
ANEXO 7

PATRIMÓNIO

(página intencionalmente deixada em branco)

**ESTUDO IMPACTE
AMBIENTAL – DESCRITOR
DE PATRIMÓNIO)**

2023

**CENTRAL SOLAR –
EÓLICA DE PISÕES**

COORDENAÇÃO GERAL	Artur Fontinha			
COORDENAÇÃO PROJETO	João Silva			
DIREÇÃO CIENTÍFICA	Artur Fontinha			
EQUIPA TÉCNICA	Artur Fontinha Hugo Gomes Mariana Fafiães João Silva			
RESPONSÁVEL DESENHO	Mariana Fafiães Artur Fontinha			
RESPONSÁVEL TOPOGRAFIA	-			
ENTIDADE ENQUADRANTE	AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO			
ENTIDADE CONTRATANTE	AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.			
PROPRIETÁRIO	EDP Renewables e EDP Gestão da produção de Energia, SA			
DESPACHO AUTORIZAÇÃO	S-2022/592163 (C.S:1615277)			08.09.22
ACRÓNIMO	CHAR.22			
DISTRITO	Vila Real			
CONCELHO	Montalegre e Boticas			
FREGUESIA	Negrões, Vila da Ponte, UF de Via de Baixo e Fervidelas, Alturas do Barroso e Cerdedo			
COORDENADAS	M	P	A	CMP
	41.738989	-7.859233		32, 45
DATA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS	Inicio		Fim	
	09.09.22		30.06.23	
DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO	Rua de São Gonçalo de Mosteiro, nº 36, 4485 366 Mosteiró, Vila do Conde			
DEPÓSITO TEMPORÁRIO DO ESPÓLIO EXUMADO	Rua de São Gonçalo de Mosteiro, nº 36, 4485 366 Mosteiró, Vila do Conde			

**FICHA
TÉCNICA**

A AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO, apresenta o Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Central Solar – Eólica de Pisões” em fase de projeto de Execução. O presente Estudo, adjudicado pela AGRI-PRO AMBIENTE Consultores S.A., foi elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural); Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992; Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos); Circular de 10 de Setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”; Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico; e Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital, tendo sido autorizado pelo ofício S-2022/592163 (C.S:1615277) de 08.09.22. O presente Documento resulta da compilação de toda a informação proveniente, quer da pesquisa bibliográfica, quer do trabalho de campo.

Este Documento é composto por:

Relatório Base
Anexos Técnicos

Moreira da Maia, Julho de 2023

ARTUR FONTINHA, DR.
Arqueólogo

NOTA INTRODUTÓRIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
ENTIDADES CONTATADAS	1
CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR	1
DESCRIÇÃO DO PROJETO	2
METODOLOGIA	2
ETAPAS	4
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	4
TRABALHO DE CAMPO	5
REGISTO E INVENTÁRIO	6
CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL	11
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	12
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	12
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	13
ANÁLISE TOPONÍMICA	8
ANÁLISE FISIAGRÁFICA	8
TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO	8
RESULTADOS - SÍNTESE	9
OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS	9
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE	31
AVALIAÇÃO DE IMPACTE	31
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	33
CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO	33
PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	34
PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO	34 35
BIBLIOGRAFIA	36
ENQUADRAMENTO LEGAL	36
CARTOGRAFIA	36
BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET	36
ANEXOS	38
ANEXO I – FICHAS DE AVALIAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS DA ÁREA EM ESTUDO	39
ANEXO II – REGISTO FOTOGRAFICO	80
ANEXO III – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	120
ANEXO IV – FICHA DE SÍTIO	124
ANEXO V – DESENHOS TÉCNICOS	127

INTRODUÇÃO

O presente Documento insere-se no âmbito do Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Central Solar – Eólica de Pisões” anteriormente designado “Central Híbrida do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão” em fase de projeto de Execução. A sua execução foi da competência da empresa AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A., que por sua vez adjudicou os trabalhos relativos ao descritor “Património Cultural” à AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO. Este relatório dá conhecimento à DRCN e à entidade contratante, da atividade desenvolvida pela equipa de arqueologia.

Este relatório pretende efetuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação das freguesias a que pertence a área do projeto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados.

Neste âmbito foram analisadas as áreas de incidência direta e indireta do projeto onde será a Implantação do projeto. Sendo que a área de incidência direta corresponde à área de projeto, a área de incidência indireta corresponde à área envolvente à área de projeto (100m de diâmetro), designada por área de estudo.

Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afetadas à empreitada.

ENTIDADES CONTATADAS

No âmbito do desenvolvimento deste Documento foram realizados os seguintes contactos:

- **DRCN** (Direção Regional Cultura Norte). Foi solicitado um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) com a data de 22.07.22. O técnico responsável da DRCN para a avaliação do PATA foi o Dr. Paulo Amaral.

- **Câmaras Municipais de Montalegre e Boticas**. Neste contato foram solicitadas informação relativas ao património arqueológico e arquitetónico na área de estudo, assim como solicitadas informações sobre as cartas de condicionantes do PDM.

CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Os trabalhos a realizar darão cumprimento à legislação em vigor, para execução de trabalhos arqueológicos:

- lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural);
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992;
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos);
- Circular de 10 de Setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”;
- Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico;
- Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

A Central Solar – Eólica de Pisões, será construída com vista ao aproveitamento da potência de injeção na rede elétrica disponível na Central Hidroelétrica do Alto Rabagão, de forma compatível com a intermitência do seu funcionamento, formando-se assim um sistema híbrido de produção de energia, rentabilizando infraestruturas existentes.

O projeto da CHAR localiza-se no distrito de Vila Real, concelhos de Montalegre e Boticas e nas respetivas freguesias de Negrões, Vila da Ponte e União das freguesias de Via de Baixo e Fervidelas (Montalegre), e Alturas do Barroso e Cerdedo (Boticas).

A Central Solar – Eólica de Pisões terá uma potência instalada de cerca de 71,5 MWac, que se distribui entre uma componente eólica e outra fotovoltaica. A configuração estimada da CHAR apresenta-se na Figura que segue em anexo. A área de estudo considerada para a instalação da CHAR, corresponde à totalidade das áreas apresentadas na Figura e permitirá instalar até 63,6 MWp de potência fotovoltaica e 22,5 MW de potência eólica.

A área disponível para implantação da central fotovoltaica está distribuída por 3 núcleos, no concelho de Montalegre e a área disponível para instalação do parque eólico contempla apenas 1 núcleo, situado em Boticas e conta com 5 aerogeradores de 4,5MW de potência unitária. Serão ainda construídas uma subestação de 30/150kV, que ficará nas imediações da subestação do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão, e um posto de corte 30 kV, a construir no núcleo junto ao aerogerador n.º 2.

Ambos os núcleos, eólico e fotovoltaico, irão ligar à subestação de 30/150kV através de linhas elétricas aéreas de 30kV, cujos corredores se apresentam na Figura anexa ao presente documento. Este conjunto de troços das linhas elétricas terá cerca de 12 km de extensão.

A ligação entre as subestações unitárias da central fotovoltaica, será feita por valas de cabo subterrâneas e linhas elétricas aéreas de 30 kV. A ligação entre os aerogeradores, será igualmente por duas vias, cabos subterrâneos e linhas elétricas aéreas, também de 30 kV.

METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a Metodologia utilizada para Estudo de Situação de Referência ao nível do Descritor do Património que teve como diretiva a Circular do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 10 de setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”.

A área onde será implementado o projeto em causa é alvo de uma análise por forma a obter um conhecimento mais aprofundado do espaço no que respeita à sua antropização ao longo dos tempos, englobando as valências **arqueológica, patrimonial, arquitectónica e etnográfica**.

São consideradas como **Ocorrências** relevantes, materiais, estruturas e sítios, agrupando-os da seguinte forma:

- Elementos abrangidos por figuras de protecção, Imóveis Classificados ou outros Monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do PDM (Plano Director Municipal). No caso de Monumentos Nacionais existe segundo a Lei nº. 107/2001 de 8 de setembro uma zona de protecção de 50m e uma zona especial de protecção de 50m (ZEP), onde estão impedidas construções e alterações de topografia, os alinhamentos e as cêrceas e em geral a distribuição de volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios;

- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico que, não estando abrangidos no item anterior, constem de trabalhos científicos ou de inventários patrimoniais;
- Elementos caracterizadores e tipificantes de uma efectiva humanização do território, da sua estruturação, organização e exploração em moldes tradicionais.

É também estabelecido um critério de definição das ocorrências consideradas como integráveis no tratamento deste Documento:

- Vestígios arqueológicos per si (quer achados isolados, quer áreas de concentração de materiais e/ou estruturas);
- Vestígios de vias viária e caminhos antigos;
- vestígios de mineração, pedreiras e extração de outras matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e de limitação de propriedade;
- Estruturas de apoio a actividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

No presente Estudo, estes dados são denominados, de forma genérica, como **Ocorrências Patrimoniais**, doravante designadas também de **OP**.

A natureza do património é assim dividida em três categorias distintas:

- **Património arqueológico;**
- **Património arquitectónico;**
- **Património etnográfico.**

Porém, esta atribuição não se apresenta como linear. O limiar conceptual entre o que é integrável em qualquer uma das vertentes não é claro e não são categorias estanques. Uma mesma ocorrência pode enquadrar-se em duas ou mesmo nas três. Na Tabela de referenciação de ocorrências, é escolhido salientar aquela em que cada registo adquire particular destaque, ponderando toda a subjetividade implícita na escolha.

São tidos em atenção dois tipos de impacte que poderão ocorrer:

- **Impacte direto negativo**, quando a Ocorrência sofresse destruição;
- **Impacte indireto negativo**, quando a Ocorrência pudesse ser afetado visualmente, pela passagem de maquinaria e pessoal afetos à obra ou devido ao revolvimento de solos na sua proximidade.

Os materiais arqueológicos que pudessem vir a ser recolhidos seriam devidamente tratados (lavagem, marcação) e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados. Após a conclusão dos trabalhos seriam acondicionados em contentor padronizado e entregues na extensão correspondente da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural).

ETAPAS

A **Caracterização de Referência** do Património Cultural é elaborada com base nas seguintes etapas de trabalho:

- **1** Recolha de elementos em fontes documentais, realizada antes do trabalho de campo e que permitem reconhecer as O pré-existentes na área afeta ao projeto (pesquisa bibliográfica e documental);
- **2** Para além da pesquisa bibliográfica é necessário proceder a prospeções arqueológicas sistemáticas, que permitem uma melhor avaliação do potencial arqueológico da área do projeto e de toda a envolvente (trabalho de campo);
- **3** Sistematização e registo sob a forma de inventário (registo e inventário).

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

A Recolha de elementos em fontes documentais baseia-se nas seguintes fases:

- **Pesquisa Bibliográfica e Documental** baseia-se num conjunto variado de fontes de informação, sendo a sua área de Estudo estendida até um mínimo 2 km para além dos limites externos da área do projeto e até ao limite de freguesia, de modo a proceder à contextualização e caracterização da ocupação humana do território da área de projeto e da sua envolvente e obter uma leitura integrada das Ocorrências existentes, permitindo, assim definir melhor a magnitude dos impactes.
 - A pesquisa bibliográfica e Documental baseia-se nas seguintes fontes de informação:
 - Bibliografia específica,
 - Documentação,
 - Cartas Arqueológicas,
 - Inventários de Património Arqueológico e Arquitectónico
 - PDM (Planos de Pormenor Municipais);
 - Inventários Patrimoniais de organismos públicos (Consultadas as seguintes bases de dados)
 - <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios> Portal do Arqueólogo: Sítios (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada Endovélico)¹ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)

- <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/>
www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm Ulysses, sistema de informação do património classificado/DGPC da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
 - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico³ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
 - <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários⁵ da autoria de Pedro Soutinho
- Contactados investigadores com publicações ou projectos de investigação sobre a área em Estudo;
 - **Análise toponímica** da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente.
 - **Análise Fisiográfica** permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospetar.

Todos os dados recolhidos foram posteriormente relocalizados no terreno, tendo em atenção dois tipos diferentes de realidades: sítios arqueológicos identificados através da existência de vestígios materiais (registados na bibliografia e bases de dados); e sítios de potencial arqueológico, identificados através de dados e interpretações bem justificadas (toponímia, indícios fisiográficos, etc.) sobre a possível existência de sítios não evidenciados fisicamente.

TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo consiste numa batida sistemática de forma ziguezagueante e paralela

com malha apertada do terreno da área de incidência do projeto, apoiada por cartografia em formato papel, e na georeferenciação com GPS, sempre que a topografia do terreno assim o permite. São igualmente introduzidas as coordenadas das estruturas e sítios conhecidos previamente, para proceder à verificação e possível correção de todas as localizações facultadas na fase anterior. Neste trabalho são utilizadas as Cartas Militares de Portugal à escala 1: 25 000 folha n.º 32 e 45 (IGeoE) e a carta com a implantação da área a ser afetada pelo projeto com implantação da obra, disponibilizada pela AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.

Os materiais arqueológicos que eventualmente viessem a ser identificados no decurso do trabalho de campo seriam recolhidos e georreferenciados os limites externos das manchas de dispersão de materiais arqueológicos, com vista a uma melhor inserção na planta de projeto e consequente avaliação de impacte.

Contudo, procura-se também proceder ao registo de outras ocorrências de interesse patrimonial na área envolvente, sempre que algum elemento se destacasse como de particular relevância.

Paralelamente foi feita recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário.

Foi ainda realizado um levantamento fotográfico em formato digital tendo como diretiva a Circular do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 01 de Setembro de 2010 sobre a “Documentação Fotográfica a constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos das diversas áreas do projeto em Estudo com o objetivo, não só de enquadramento paisagístico, mas também, para registo do grau de visibilidade do solo, bem como das Ocorrências identificadas.

A visibilidade dos solos tem por base as seguintes unidades de observação:

- Visibilidade Nula: vegetação ou Arvoredo denso do terreno, sendo intransponível ao percurso pedestre. São ainda incluídos nesta categoria o acesso vedado ao terreno, assim como terreno com forte inclinação, não prospectado por questões de segurança. Geralmente representada a vermelho nas peças desenhadas;

- Visibilidade Parcial: Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Alguma dificuldade na observação de materiais arqueológicos e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a amarelo nas peças desenhadas;

- Visibilidade Boa: Sem arvoredo, com vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre e a observação de materiais e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a verde nas peças desenhadas.

REGISTO E INVENTÁRIO

Nesta fase é elaborado um Relatório de sintetização dos resultados obtidos. Uma cópia desse Documento, após o seu terminus e aprovado pela entidade adjudicadora (o que deverá suceder até 30 dias após a sua entrega), é obrigatoriamente enviada à DGPC, de acordo com Dec. Lei 164/2014, de 04 de Novembro que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos.

Este registo obedece aos seguintes critérios:

- Organização da informação recolhida em fase de consulta documental das áreas de projeto;
- Organização da informação recolhida em fase de trabalho de campo das áreas de projeto;
- Resultados obtidos através da consulta oral de carácter específico ou indiciário;
- Indicação dos resultados da análise toponímica, realçando aqueles cuja interpretação possam conduzir à identificação de sítios arqueológicos;

- Descrição dos solos da área em estudo;
- Descrição das condições de visibilidade do solo da área em estudo e a sua representação cartográfica;
- Implantação cartográfica e descrição de O, caso estas forem identificadas. Assim como desenho de campo quando necessário;
- Localização de estaleiros, depósitos, vazadouros e empréstimos (caso se conheça a sua localização nesta fase do projeto);
- Informação sobre as distâncias de cada O às áreas de projeto;
- Classificação e descrição dos materiais arqueológicos, caso estes viessem a surgir no decorrer dos trabalhos de prospeção arqueológica;
- Inventariação sumária das O identificados, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial e avaliação dos impactes com explicitação dos critérios utilizados;
- Proposta de medidas preventivas de carácter geral e específico e indicação da fase e subsequentes, em que devem ser implementadas.

Durante os trabalhos de prospeção e levantamento documental é preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todas as Ocorrências identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação *in situ*. Essa ficha tem por modelo a base de dados do “Endovélico” do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”:

Nº Inventário - Número sequencial que identifica a Ocorrência utilizado na cartografia, nas tabelas e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).

Projecto - Nome do projeto em que se insere o Estudo.

O.P. - Nome atribuído à Ocorrência identificada.

Data - Altura em que foi realizada a avaliação.

Localização Administrativa - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência.

Localização Geográfica - Todas as Ocorrências são localizadas cartograficamente. (Sistema de Projeção: Hayford-Gauss; Sistema de Referência: sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).

Topónimo - Topónimo local onde a Ocorrência se localiza.

Microtopónimo - Microtopónimo onde a Ocorrência se localiza.

Proprietário - Sempre que for possível contactar com o proprietário onde se identifica a Ocorrência, regista-se essa informação.

CMP - “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.

Classificação - Imóvel Classificado ou outro tipo de proteção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

Decreto Lei - Decreto de lei da classificação do monumento.

Estado Conservação - Estado de conservação do monumento.

CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA

(Descrição das características principais de cada Ocorrência)

CATEGORIA				
Arqueológica		Arquitectónica		Etnográfica
Tabela 1 Categoria atribuída a cada Ocorrência. Distinção entre arqueológica, arquitectónica, etnográfica				
TIPO DE SÍTIO				
Abrigo	Achado Isolado	Alçaria	Alinhamento	Anfiteatro

Aqueduto	Arte Rupestre	Arranjo de Nascente	Atalaia	Azenha
Balneário	Barragem	Basílica	Calçada	Canalização
Capela	Casal Rústico	Castelo	Cais	Cemitério
Cetária	Chafurdo	Cidade	Circo	Cista
Cisterna	Complexo Industrial	Concheiro	Convento	Criptopórtico
Cromeleque	Curral	Depósito	Edifício com interesse histórico	Eira
Ermida	Escultura	Estrutura com interesse histórico	Fonte	Forja
Forno	Fortificação	Fórum	Fossa	Gruta
Hipocausto	Hipódromo	Igreja	Indeterminado	Inscrição
Lagar	Laje Sepulcral	Malaposta	Mancha de Ocupação	Marco
Menir	Mesquita	Miliário	Mina	Moinho de Maré
Moinho de Vento	Mosaico	Monumento Megalítico	Muralha	Muro
Nicho	Nora	Funerário	Olaria	Palácio
Paço	Pedreira	Oficina	Poço	Pombal
Ponte	Povoado	Pelourinho	Recinto	Represa
Salina	Santuário	Povoado Fortificado	Sepultura	Silo
Sinagoga	Talude	Sarcófago	Teatro	Templo
Termas	Tesouro	Tanque	Tulhas	Via
Viaduto	Moinho de Água	Torre	Laje com Covinhas	Pias
Villa	Açude e Dique	Monte	Quinta	Alminha
	Vicus	Epigrafeiro	Vest. diversos	
		Cruzeiro		

Tabela 2 Tipo funcional a que se refere a Ocorrência (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no thesaurus do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>)

CRONOLOGIA

Paleolítico Inferior	Paleolítico Médio	Paleolítico Superior	Epipaleolítico/Mesolítico
Neolítico	Neolítico Antigo	Neolítico Médio	Neolítico Final
Calcolítico	Calcolítico Final	Bronze Pleno	Bronze Final
Idade do Ferro	1ª Idade do Ferro	2ª Idade do Ferro	Romano
Romano Republicano	Romano Império	Romano Alto Império	Romano Baixo Império
Idade Média	Alta Idade Média	Baixa Idade Média	Islâmico
Moderno	Contemporâneo	Pré-História Antiga	Pré-História Recente
	Proto-História	Indeterminado	

Tabela 3 Cronologia da Ocorrência (A indicação de vários períodos cronológicos separados por "/" tem significado cumulativo)

CONTEXTO GEOLÓGICO

Granitos	Xistos	Calcários	Aluviões	Coluviões
Argila	Calcossilicatado	Basalto	Marga	Mármore
Silex	Tufo	Turfa	Outro	Arenitos
Areias	Terraço	Depósitos argilosos	Rochas vulcânicas	Dioritos
		Terraço fluvial/cascalheira		

Tabela 4 Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência

TOPOGRAFIA

Arriba	Planície	Colina suave	Cerro – topo	Cerro – vertente
Canhão	Encosta	Grande elevação	Outros	Pequena elevação
Planície	Rechã	Vale aberto	Vale fechado	Leito de rio ou ribeiro
Espigão de meandro fluvial	Esporão	Escarpa	Plataforma / rechã	Planalto
	Praia		Várzea	

Tabela 5 Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência

VISIBILIDADE

Destaca-se bem	Destaca-se medianamente
Diluída na paisagem	Escondida

Tabela 6 Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência no território envolvente

CONTROLO VISUAL

Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)
-----------------------	-----------------------	---

Tabela 7 Nível do controlo visual que a Ocorrência detém sobre a paisagem

VEGETAÇÃO

Sem vegetação	Vegetação rasteira	Arbustos ou mato denso
Floresta/mata densa	Floresta/mata pouco densa	Cultura de vinha

Tabela 8 Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência

USO DO SOLO

Agrícola	Turismo	Urbano	Agrícola regadio	Pastoreio
Eucaliptal	Mato	Montado	Olival	Outros
Florestal	Areiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Pinhal	Aterro	Baldio	Caminho	Pedregais
Agricultura manual	Agricultura mecânica	Latifúndio	Minifúndio	Socalcos
Recursos	Exploração agrícola		Pomar	Piscicultura

Tabela 9 Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no thesaurus do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>). Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

FONTES

Pesquisa Documental	Bibliográfica	Cartográfica	Planos Municipais	Projectos de investigação	Base de dados
Trabalho de Campo		Prospecção		Informação Oral	

Tabela 10 Fonte utilizada na identificação da Ocorrência: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

AMEAÇAS

Abandono	Construção	Agrícola	Agrícola regadio	Pastoreio
Florestal	Areiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Erosão marinha	Erosão fluvial	Gado	Outros	Rede viária
Barragem	Aterro	Baldio	Caminho	Agentes erosivos
	Vandalismo		Vegetação	

Tabela 11 Ameaças sobre a Ocorrência. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Presença	Ausência
----------	----------

Tabela 12 Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

DISPERSÃO DOS MATERIAIS

Extensa	Média
Pequena	Pontual

Tabela 13 Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

TIPO DE DISPERSÃO

Contínua	Dispersa
Concentrada	Progressiva

Tabela 14 Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

Local de Depósito - Localização onde os materiais quando recolhidos são guardados até serem entregues na extensão correspondente da DGPC.

ACESSIBILIDADE

Via Rápida	Estrada Nacional	Estrada Municipal
Estradão	Caminho de pé posto	Sem acesso

Tabela 15 Referência ao tipo de acesso à Ocorrência

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Conservação/Valorização	Escavação	Sondagem
Levantamento		Prospecção

Tabela 16 Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existentes em relação à Ocorrência

Bibliografia - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência.

Localização Face ao Projeto - Descrição da localização da Ocorrência em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência às unidades de projeto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25 000.

Descrição - Descrição da Ocorrência em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

(Análise, a mais objetiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Valor Arqueológico - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

Valor Arquitectónico - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência encontrada.

Valor Histórico - Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

Valor Etnográfico - Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

Representatividade - Relativo ao tipo de contexto e numa escala regional.

Potencial Científico - Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

Interesse Público - Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do público em geral e escolar em particular.

Grau de Conservação - Relativo ao estado de conservação e à especificidade da Ocorrência. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Valor Arqueológico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Arquitectónico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Histórico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Etnográfico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Representatividade	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Potencial Científico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Interesse Público	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Grau de Conservação	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado

Tabela 17 Hierarquização do interesse patrimonial da Ocorrência no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado:** Imóvel Classificado (Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, etc) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, representatividade, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio:** Ocorrência (arqueológica, arquitectónica, etnográfica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Reduzido:** Aplica-se a Ocorrências que em função do seu estado de conservação, antiguidade, valor científico, arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local não são representativos a nível nacional ou regional. **Sem interesse:** Atribuído a construção atual ou a Ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruído. **Indeterminado:** Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros fatores impedem a observação da Ocorrência (interior e exterior no caso das construções)

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

(Para além da caracterização e importância da Ocorrência, foi considerado o tipo de Impacte a que a Ocorrência está sujeita, assim como as medidas de Mitigação Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Magnitude do Impacte - Corresponde ao grau de afetação de impacte na Ocorrência.

Área Sujeita a Impacte - Dimensão do impacte a Ocorrência (salienta-se a importância da definição das áreas de dispersão dos materiais).

Probabilidade – Consiste no grau de certeza sobre a existência de impacte sobre a Ocorrência.

Fase de Ocorrência – Fase de implantação do projeto em que irá ocorrer o impacte.

Carácter de Impacte – O impacte da Ocorrência poderá ser de carácter Direto ou Indireto. Direto quando significa a destruição da Ocorrência em causa, Indireto quando significa a alteração do seu contexto primitivo.

Tipo de Impacte - Relativo ao período de tempo de impacte sobre da Ocorrência.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE

Magnitude do Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Área Sujeita a Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Probabilidade	Certo	Muito provável	Possível	Pouco provável	
Fase de Ocorrência	Construção		Exploração	Desativação	
Carácter de Impacte		Indireto		Direto	
Tipo de Impacte		Temporário		Permanente	

Tabela 18 O grau de afetação do impacte na Ocorrência

Mediante os resultados obtidos na Classificação Patrimonial e na Avaliação de Impacte

estabeleceram-se diferentes Níveis de Condicionantes que a Ocorrência impõe ao desenvolvimento do projeto, através de parâmetros específicos e objetivos, facilitando a sua inclusão dentro do projeto (Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte

Arqueológico”).

NÍVEL DE CONDICIONANTE

Nível 5	Condiciona a obra e as acções intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
Nível 4	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afetada
Nível 3	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
Nível 2	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras
Nível 1	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto

Tabela 19 Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

Por fim, estabelece-se a Medida Minimizadora mais adequada a seguir para cada Ocorrência

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Medida de classe A	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afetada que venha a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
Medida de classe B	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
Medida de classe C	Prospecção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
Medida de classe D	Prospecção sistemática de toda a área de afetação da Ocorrência antes e depois de se proceder à desmatização até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Realização de memória descritiva da Ocorrência e descrição gráfica
Medida de classe E	Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
Medida de classe F	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afetação durante a empreitada
Medida de classe G	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto
Medida de classe H	Preservação da Ocorrência em caso de afetação direta, através da sua transferência ou transladação
Medida de classe I	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência situada na área de incidência do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados
Medida de classe J	Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatização até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido
Medida de classe K	Qualquer demolição ou alteração das ocorrências identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção

Tabela 20 Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

O objetivo primordial do trabalho foi identificar o maior número de sítios, vestígios e monumentos inseridos dentro da potencial área de incidência do Projeto, bem como, avaliar o tipo e dimensão dos potenciais impactes sobre estas ocorrências de valor patrimonial.

As realidades de considerado interesse arqueológico, arquitectónico e etnográfico foram registadas através de um número de ordem inscrito nas folhas da Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), à escala 1:25 000.

PESQUISA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O concelho de Boticas, do distrito de Vila Real, situa-se na Região Norte (NUTII) e no Alto Trás os Montes (NUTIII). Localiza-se numa área fértil cercada de montes e cerros da serra de Alturas. Os rios Tâmega, Beça, Terva e Covas atravessam o concelho, que faz parte da famosa Terra do Barroso. É limitado a sul pelos concelhos de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, a nascente pelo concelho de Chaves, a poente pelos concelhos de Montalegre e Cabeceiras de Basto, e a norte também pelo concelho de Montalegre.

O concelho de Boticas ocupa uma área de 322 km², na qual se distribuem 16 freguesias: Alturas do Barroso, Ardãos, Beça, Bobadela, Boticas, Cerdedo, Codeçoso, Covas do Barroso, Curros, Dornelas, Fiães do Tâmega, Granja, Pinho, S. Salvador de Viveiro, Sapiãos e Vilar.

O concelho de Montalegre, do distrito de Vila Real, localiza-se na Região Norte (NUT II), Alto Trás-os-Montes (NUT III), no vale do Cávado, entre as serras do Gerês, Barroso e Larouco, cerca de 100 km a nordeste do Porto. É limitado a sul pelo concelho de Cabeceiras de Basto (distrito de Braga), a sudoeste pelo de Vieira do Minho (distrito de Braga), a oeste pelo concelho de Terras de Bouro (distrito de Braga), a nascente pelos concelhos de Chaves e Boticas, e a norte pela província da Galiza (Espanha). Parte do Parque Nacional Peneda-Gerês está inserida neste concelho.

O concelho de Montalegre ocupa uma área de 805,8 km², na qual se distribuem 35 freguesias: Cabril, Cambezes, Cervos, Chã, Contim, Covelães, Covelo do Gerês, Donões, Ferral, Fervidelas, Fiães do Rio, Galhas, Meixedo, Meixide, Montalegre, Morgade, Mourilhe, Negrões, Outeiro, Padornelos, Padroso, Paradela, Pitões das Júnias, Pondras, Reigoso, Salto, Santo André, Serraquinhos, Sezelhe, Solveira, Tourém, Venda Nova, Viade, Vila de Ponte e Vilar de Perdizes.

Em 2005, o concelho apresentava 12 287 habitantes.

O natural ou habitante de Montalegre denomina-se montalegrense.

Região muito pluviosa e com muitas nascentes, as suas águas dividem-se no planalto dando origem aos rios Cávado, Tâmega, Rabagão e a um grande número de ribeiros que atravessam esta região montanhosa e dão vigor aos prados naturais (VER ANEXO V, DESENHOS 1, 2).



Figura 1: Enquadramento geográfico nacional à esquerda e distrital à direita



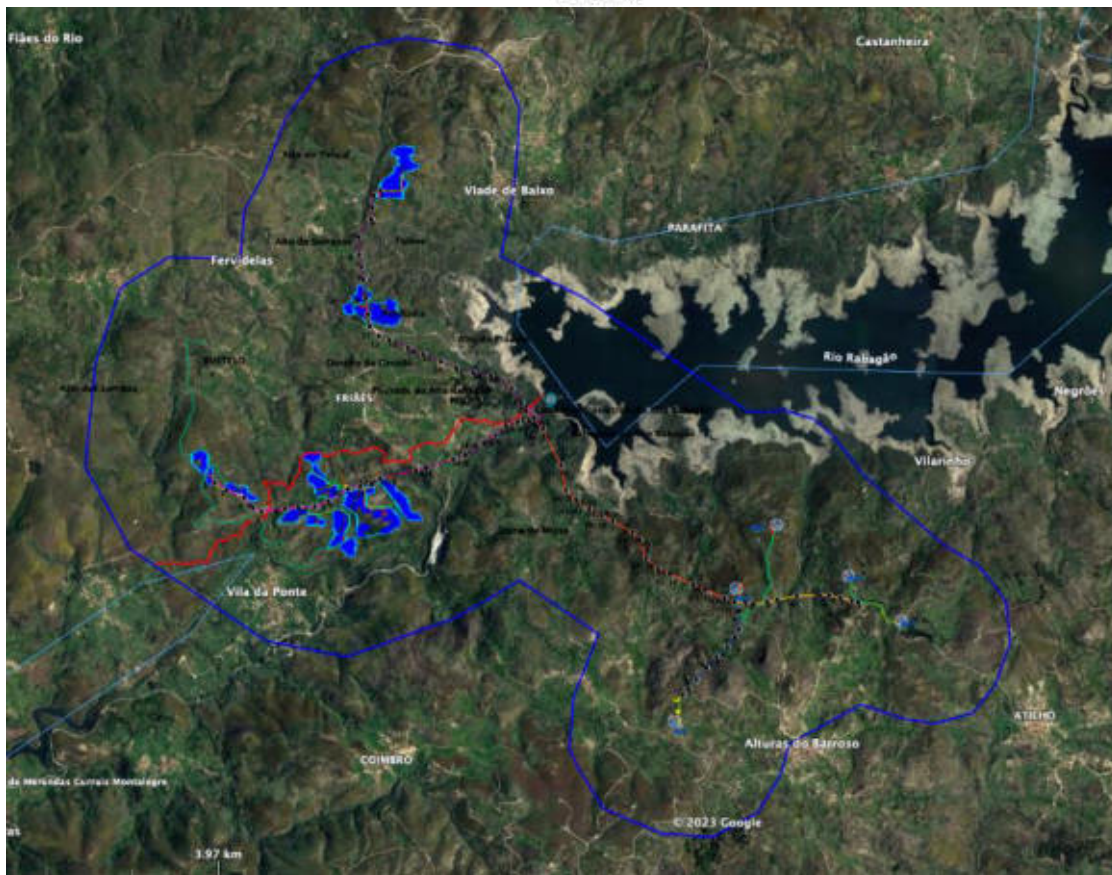


Figura 2– Área envolvente de 2km

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

Montalegre

Os primeiros vestígios conhecidos na região de Montalegre remontam ao neolítico com a presença de monumentos funerários como as antas da Mourela e da Veiga ou as cistas da Vila da Ponte.

Estes vestígios juntam-se a tantos outros que provam que a área do concelho de Montalegre já era povoada na época dos metais a fazer fé nesses vestígios que nos chegam da longínqua pré-história.

O povoamento deste território é depois feito pelos Celtas que erguem castros em número pelo menos igual ao das povoações do concelho. Com a chegada dos romanos, a região é atravessada pela via imperial e pontes, altura em que são também romanizados alguns castros. Existiram, fundadamente, nesta região, cidades romanas: Praesidium (em Vila da Ponte, identificada popularmente como Sabaraz) e Caladunum (em Cervos), das quais há alguns vestígios.

Dos Mouros não há indícios documentais que atestem a sua presença, exceptuando a tradição oral que lhes atribui tudo quanto de extraordinário e antiquíssimo existe.

Com o nascimento da nacionalidade, D. Afonso Henriques doou porções de terra ou coutos onde floresceram albergarias (Salto), hospitais (Vilar de Perdizes e Dornelas) ou mosteiros (Pitões). Sendo uma zona de fronteira com o reino da Galiza, são erguidos com preocupações defensivas os castelos de Gerês e Piconha e mais tarde do Portelo e de Montalegre. São atribuídos forais a Tourém, provavelmente por D. Sancho I em 1187, como cabeça das Terras da Piconha. Só em 9 de junho de 1273 é que D. Afonso III, em carta de foral, funda a vila de Montalegre e o respectivo alcácer tornando-se cabeça das Terras de Barroso.

Este foral é depois confirmado por D. Dinis em 1289, D. Afonso IV em 1340, D. João II em 1491 e D. Manuel em 1515 converte-o em foral novo.

Na sequência da Guerra da Independência, no reinado de D. João I, as Terras de Barroso são oferecidas a D. Nuno, Condestável do Reino. As tropas francesas tiveram problemas de monta com os barrosões, na Misarela, em 1809.

Em 6 de Novembro de 1836, o concelho de Montalegre é dividido criando-se o município de Boticas e perderam-se, para o município de Vieira do Minho, o município de Vilar de Vacas (sediado em Ruivães) e, logo a seguir, o Couto Misto de Santiago de Rubiás.

A história recente de Montalegre é igual a tantas regiões do interior, marcadas por uma forte emigração, depauperação económica e abandono das actividades económicas tradicionais. Só com a institucionalização do Poder Local após o 25 de Abril de 1974 é que surgem condições de revitalização do concelho devido às alterações estruturais que aquele movimento democrático permitiu.

UF de Viade de baixo e Fervidelas

A ocupação da área da freguesia de União das freguesias de Via de Baixo e Fervidelas remonta pelo menos ao Neolítico como se pode constatar pelo monumento megalítico Alto da Colmeia, Geodésico de Lamas e as mamoas de Chã de Muro Cavallo. A ocupação desta freguesia continuou como se pode ver pelo Castro de São Romão da Idade do Ferro, o Marco miliário romano Cantina de Leiranco e parte integrante da via XVII do Itinerário de Antonino.

Negrões

A ocupação da área da freguesia de Negrões remonta pelo menos ao Neolítico como se pode constatar pelo monumento megalítico Marouco da Raposeira. Da Idade do ferro existe na região o Castro de Negrões

Vila da Ponte

A ocupação da área da freguesia de Vila da Ponte remonta pelo menos à idade do Bronze como se pode constatar pelas Cistas da Portela do Gorgolão. A ocupação desta freguesia continuou como se pode ver pelos castros do Castelinho, Castelo, Castro de Cabeça da Armada e Castro da Portela de Andelhe.

Boticas

Com base nos Livros de Linhagens (Livro Velho 3), Título XXX.º, página 107; na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, página 313 do 4º volume; no Armorial Lusitano, página 88; e no Historial do Apelido de Família do CAPB, o apelido "Barroso", de raiz toponímica, teve a sua origem nas Terras de Barroso, em Trás-os-Montes. O primeiro que o usou, e que provinha da antiga linhagem dos Guedeões, retirou-o de uma torre no lugar de "Sipiões", naquela região, da qual foi Senhor.

Foi ele D. Egas Gomes Barroso, filho de D. Gomes Mendes Guedeão e de sua mulher D. Chamôa Mendes de Sousa, ambos tratados no Nobiliário do Conde D. Pedro, filho de D. Dinis, onde se vê ainda ser neto de D. Gueda, o Velho.

Foi D. Egas rico-homem dos Reis D. Sancho II e D. Afonso III, tendo ido em 1247, durante o reinado deste último soberano, ao cerco de Sevilha, em auxílio do Rei D. Fernando, o Santo, de Castela. Dos dois filhos de D. Egas vêm duas distintas linhagens: a dos Bastos, descendentes de seu filho segundo, D. Gomes Viegas de Basto, e os Barroso, provenientes do casamento do primogénito Gonçalo Viegas Barroso com D. Maria Fernandes de Lima. Destes ficou vasta geração, a qual manteve o uso do apelido, muitas vezes até por linha feminina. Fixando-se na região de Braga e Barcelos vieram a ser Senhores e administradores de bons Vínculos e Morgados, como os das Quintas da Falperra, do Eixidio, de Oleiros, ou de S. Jorge, que tinha Capela em S. Francisco, no Porto. As armas usadas por esta família são: de vermelho, cinco leões de púrpura, armados e linguados de ouro, cada um carregado de três ou de duas faixas também de ouro.

O concelho de Boticas está situado na parte noroeste de Portugal, província de Trás-os-Montes, Distrito de Vila Real. Criado no âmbito da reforma administrativa de 1836, o actual concelho de Boticas corresponde a uma parte da antiga terra do Barroso à qual deu o nome, pois é na sua área geográfica que existe a serra do Barroso e as povoações de Alturas do Barroso e Covas do Barroso, divisão administrativa e territorial que até então incorporava

também o actual concelho de Montalegre e o extinto concelho de Ruivães, este hoje parte do concelho de Vieira do Minho.

A Vila de Boticas, então já lugar central, é, desde a criação do Concelho, a sede do Município. As armas e a bandeira do concelho de Boticas, são, de acordo com o parecer da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de prata, com uma abelha de negro realçada a ouro, acompanhada de quatro espigas de trigo verde, cruzadas em ponta e atadas de vermelho. Coroa mural de quatro torres. Bandeira azul.

Alturas do Barroso e Cerdedo

A ocupação da área da freguesia de Alturas do Barroso e Cerdedo remonta pelo menos à ocupação da Idade do Ferro como se pode constatar pelos Povoados fortificados Castro do Côto da Moura, Castro do Côto dos Corvos.

Foram consultadas as cartas de condicionantes do PDM da área de estudo.

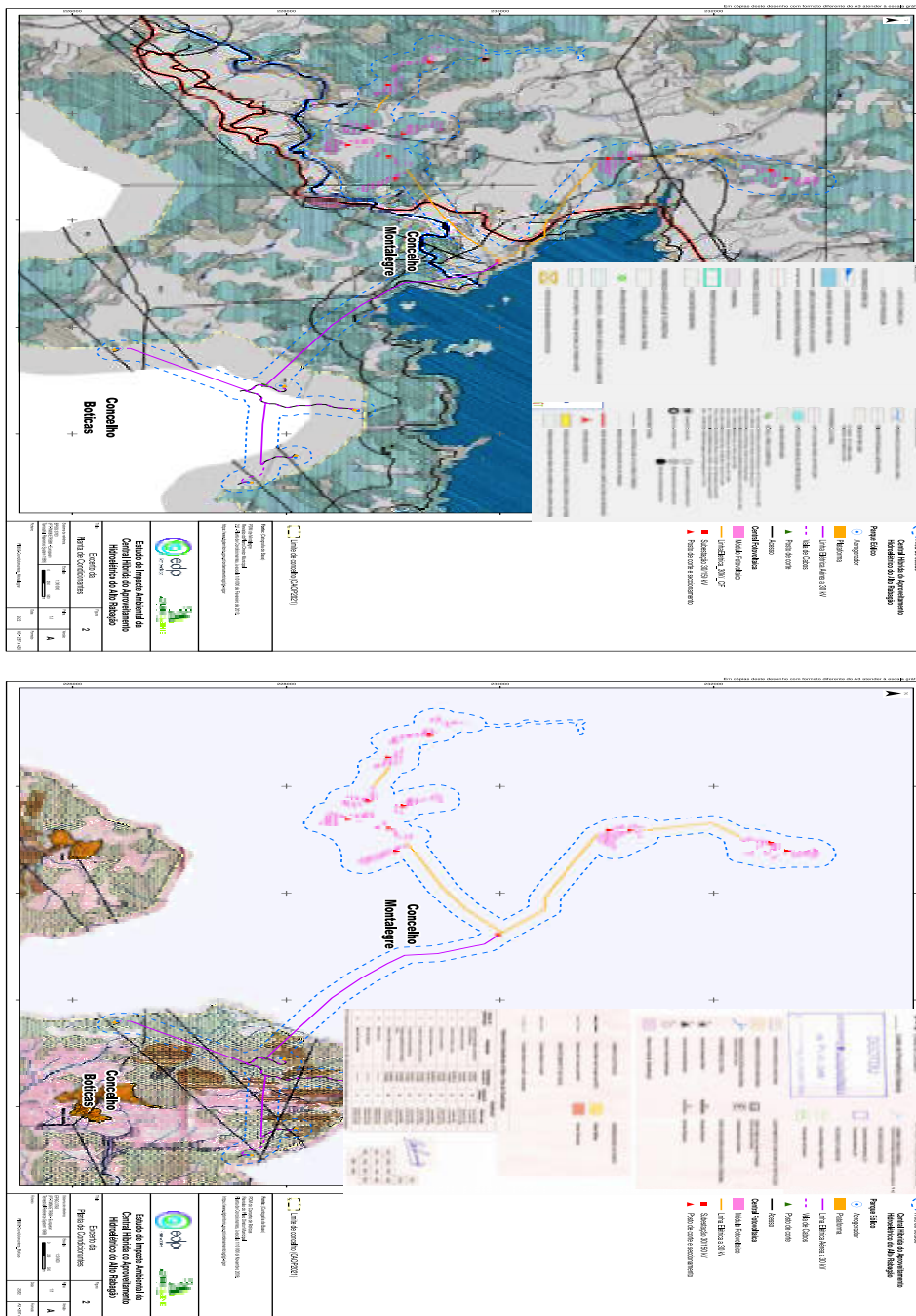


Figura 4– Extrato das cartas patrimónios cultural dos PDM de Boticas e Montalegre

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			PROTEÇÃO LEGAL	DECRETO	
						HOMOLGAÇÃO	ZEP (ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO)
Mamoas 1 de Penedo da Caldeira	Monumento Megalítico	Montalegre	Viade de Baixo e Fervidelas	41,728816 -7,875923			
Mamoas 2 do Penedo da Caldeira	Monumento Megalítico	Montalegre	Viade de Baixo e Fervidelas	41,732674 -7,882410			

Quadro 21 Ocorrências identificadas nas cartas de condicionantes de PDM

Foi ainda consultada a base de dados <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários5 da autoria de Pedro Soutinho. Foi identificada a via romana Iter XVII Bracara - Aquae Flaviae dentro da área de 2km de envolvente de implantação do projeto e mesmo dentro das áreas de incidência direta e indireta.

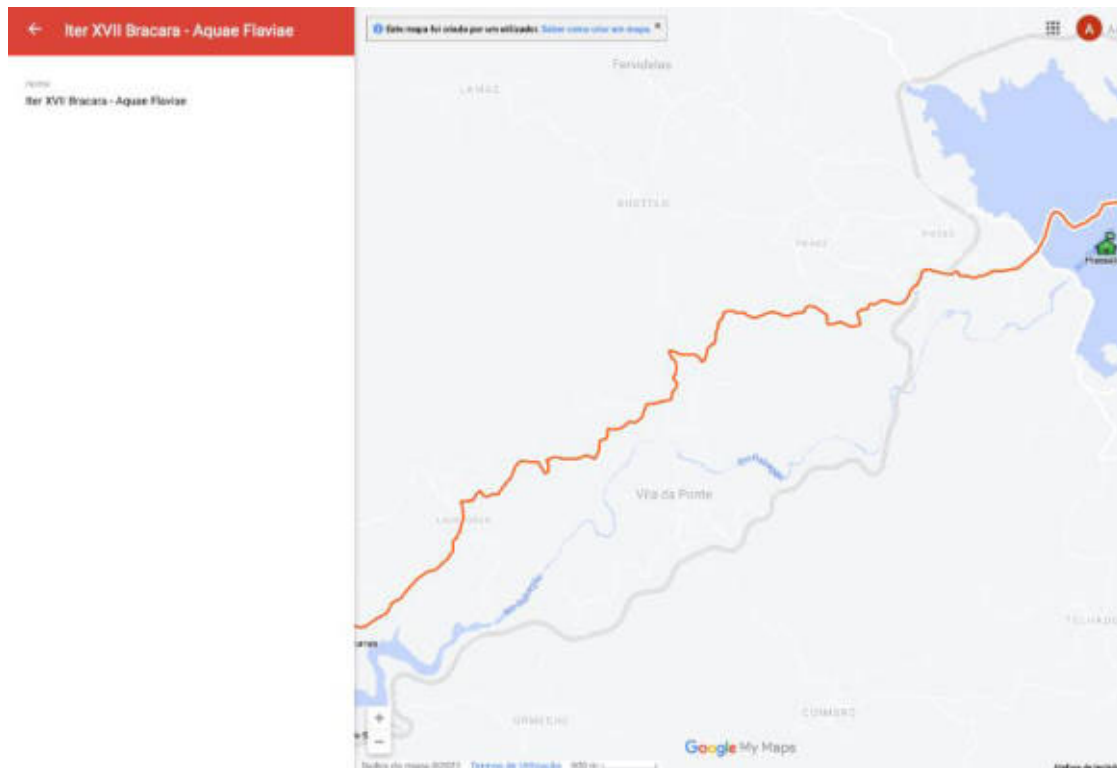


Figura 5– <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal

No quadro 22 são indicados os Monumentos Classificados/em Vias de Classificação ao abrigo da legislação nacional e no quadro 23 os locais arqueológicos que constam na base de dados “Endovélico” da DGPC, da área de 2km de implantação do projeto.

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA)		PROTEÇÃO LEGAL	DECRETO		ENDEREÇO/ LOCAL
					HOMOLGAÇÃO	ZEP (ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO)	
Sítio Arqueológico do Castelo de São Romão	Fortificação	Montalegre	Viade de Baixo e Fervidelas	SIP - sítio de interesse público	n.º 20/2014, DR, 2.ª série, n.º 7, de 10-01-2014		41,729890 -7,835967

Quadro 22 Imóveis classificados/em vias de classificação Ulysses www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			CRONOLOGIA	CNS (CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO)	DESCRIÇÃO	MEIO	ACESSO	ESPOLIO
Mamoia 1 de Penedo da Caldeira	Monumento Megalítico	Montalegre	Viade de Baixo e Fervidelas	41,728816 -7,875923	Neo-Calcolítico	32968	Num plateau sobranceiro à ribeira da Cambela, encontra-se um monumento funerário megalítico. Trata-se de uma grande mamoa, com cerca de 11 metros, de fácil visibilidade na paisagem, apresenta tumuli alto e depressão central muito acentuada. Tem extensa couraça lítica e anel de contenção. Não são visíveis vestígios de dólmen		Caminho que liga a ponte da Cambela ao planalto designado por Penedo da Caldeira	
Mamoia 2 do Penedo da Caldeira	Monumento Megalítico	Montalegre	Viade de Baixo e Fervidelas	41,732674 -7,882410	Neo-Calcolítico	32969	Localizada a cerca de 20 metros a Norte de um poste de alta tensão, sobre a ribeira da Cambela. Trata-se de um grande monumento megalítico, com poderoso tumuli de cerca de 15 metros de diâmetro e 1 metro de altura. À superfície encontram-se elementos pétreos que pertencem à couraça e uma depressão pouco profunda onde se identificam alguns esteios			
Castelo	Povoado Fortificado		Vila da Ponte	41,738251 -7,892714	Idade do Ferro	5401				
Marco Velho	Anta/Dólmen		Viade de Baixo e Fervidelas	41,697128 -7,843566	Indeterminado	27944	Estrutura dolménica de planta oval, com o tumulus relativamente bem conservado e três esteios da câmara à vista. Não conserva a tampa de cobertura da câmara e não existem vestígios do corredor. O tumulus tem um raio visível de 5m, mas pode prolongar-se por mais 10m			
Cantina de Leiranco/ Cantina de Leiranque	Marco Miliário		Viade de Baixo e Fervidelas	41,762247 -7,864871	Romano	19818	Marco anepígrafo da Via XVII do Itinerário de Antonino. Procede das imediações da Cantina do Leiranque/ Cruz de Leiranque, local actualmente submerso pela albufeira do Alto Rabagão. Foi posteriormente levado para junto da EN 103 e só depois para a entrada da aldeia de Viade de Baixo, onde se encontrava em 2005. É um marco cilíndrico, de granito de grão grosseiro a médio, ao centro foi escavado um pequeno nicho por ter servido de base duma cruz. Segundo Argote (1732-47) ...outro padrão sem letras se vê no sítio, a que chamam a Cruz de Leiranco, a qual cruz está posta sobre o tal Padrão, que tem doze palmas de alto, e nove de circunferência, e dizem foy trazido alli de uma Villa arruinada, chamada Mel. Segundo os dados referidos por António Rodrigues Colmenero, encontra-se actualmente na Praça da Aldeia de Viade de Baixo			

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			CRONOLOGIA	CNS (CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO)	DESCRIÇÃO	MEIO	ACESSO	ESPOLIO
Vale do Antigo/Brandim	Povoado		Viade de Baixo e Fervidelas	41,766070 -7,891829	Romano	32963	Monte sobranceiro à aldeia de Brandim, do lado Noroeste, designado pela população local como Vale do Antigo ou Monte do Grito. Numa larga extensão são visíveis fragmentos de cerâmica de construção de tipologia romana. Segundo a população local aquando dos trabalhos agrícolas aqui se encontram vários fragmentos cerâmicos e restos de mós, alguns recolheram mesmo peças cerâmicas inteiras. Junto a um muro de propriedade são visíveis umas escadas bem talhadas na rocha. Ao que pudemos averiguar, no local recolhe-se bom barro, usado para revestir os fornos da aldeia.			
Montalegre - Via XVII		Montalegre	Viade de Baixo e Fervidelas	41,735331 -7,874695		20566	Troço de caminho, parte integrante da via XVII do Itinerário de Antonino. Nesta freguesia tem início alguns metros para Sul da ponte da Cambela, nas imediações da qual foi encontrada uma estela funerária, de época romana. Efetivamente na descida para a ponte conserva-se um belo troço lajeado, cujos marca dos rodados é notória. A via entrava no concelho de Montalegre junto à ponte do Arco (ponte romana), milha 35 desde Bracara Augusta ou 43 desde Aquae Flaviae, continuava pela aldeia de Vilarinho dos Padrões, Venda Nova e Castro de Codeçoso. Neste troço que contempla a freguesia da Venda Nova encontra-se submersa pela albufeira da Venda Nova. Nos Pisões, segundo Leren Barradas atravessaria a antiga EN ao Km. 116, onde conservava um agradável troço de calçada. Desde os Pisões encontra-se submersa pela albufeira do Alto Rabagão até Villa de Mel, a Sul do Alto do Pedrouço. Na Cruz de Leiranque, local inundado pela albufeira foi encontrado um miliário, posteriormente transferido para Viade de Baixo - CNS 19818. Segundo informação anterior ao levantamento efetuado pela CM Montalegre, os restantes miliários provenientes deste troço encontram-se no Museu da Região Flaviense. É um dos troços mais conhecido da Via XVII do Itinerário de Antonino, onde foram registados miliários in situ e principalmente onde se encontraram miliários com marcação desde Chaves e desde Braga, na mesma milha, facto que não se volta a constatar no decurso desta via. Há ainda referencia de que neste percurso de três milhas romanas (cerca de 4,5 km) existiam 10 miliários, de entre os quais dois são anepígrafos, um apenas se conservam as milhas, dois são da dinastia Júlio-Claudiana (Cláudio e Tibério) e quatro da dinastia dos Antoninos (Trajano e Adriano). Para obtermos uma descrição deste troço tivemos que nos limitar aos registos mais antigos (anteriores à construção da albufeira), uma vez que só é possível reconhecer este caminho quando o nível da albufeira desce consideravelmente. Na ponte do Arco, segundo Argote a via cruzava a antiga estrada nacional, continuava por Padrões, Venda Nova, correspondente ao lugar antigamente conhecido por Venda dos Padrões, Codeçoso do Arco, encosta do castro de Codeçoso, milha 38, deste ponto a via descia pela encosta Ocidental até ao rio Rabagão, que cruzava no lugar de Porto de Carros, onde existia a ponte dos Três Olhais, sobre o Rabagão, referida por Argote, e destruída pelas cheias		EN103, após passar os Pisões, junto ao km115, cruzamento à direita, embora se trate de um caminho de reconstrução recente, era também este o percurso da via. O traçado	

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)		CRONOLOGIA	CNS (CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO)	DESCRIÇÃO	MEIO	ACESSO	ESPOLIO
Castelo de São Romão	Fortificação	Viade de Baixo e Fervidelas	41,729890 -7,835967	Idade do Ferro; Romano; Idade Média	4253	O Castelo de São Romão é um pronunciado promontório granítico que se implanta sobranceiramente à actual albufeira da Barragem dos Picões, situando-se no lado direito da estrada asfaltada que corre de ocidente para leste e permite a ligação à aldeia de Vilarinho de Negrões. O sítio tem vindo a ser referido como um castro da Idade do Ferro com uma ocupação posterior durante o período da romanização do território barrosão. No entanto, nenhum elemento material nos permitiu atestar tal hipótese cronológica. A tipologia do assentamento revela características mais condizentes com um castelo roqueiro medieval. Os vestígios estruturais centram-se numa reduzida plataforma que coroa o promontório. É aqui que estão patentes os restos de uma estrutura, realizada à base de pedra aparelhada, que poderá ter correspondido a uma portentosa torre. É ainda nesta plataforma que se deteta com alguma facilidade pequenos alinhamentos e uma estrutura de planta quadrangular escavada no afloramento rochoso. Sobre o lado norte e oriental o promontório cai em arriba, o que faz dispensar qualquer construção de carácter defensivo. O complexo de amuralhamento que estrutura a respetiva arquitetura de defesa, assenta numa linha de muralha que corre sobre o lado oeste e sul. Os elementos vestigiais dessa estrutura são revelados por uma ténue linha de alinhamentos de derrubes que se articulam, a sul, com uma via que vem culminar na porta de entrada do reduto. A zona habitacional deve ter-se estruturado na base do outeiro, ao longo dos flancos, oeste, sul e leste, tendo-se aproveitado, em alguns casos, a grande quantidade de monólitos graníticos que formam uma espécie de barreira de defesa, estruturada de forma natural. Por toda a área se dispersa uma grande quantidade de silhares, detectando-se com alguma frequência negativos e encaixes de estruturas já desaparecidas. A prospeção de superfície apenas permitiu detectar fragmentos cerâmicos de tipologia inequivocamente medieval. Há ainda referências à recolha de mós e de uma moeda do reinado de D. Fernando (Fontes, 1978:19). O castelo de S. Romão de Parafita é referido nas inquirições de 1258, com o reguengo real de S. Romanus. Em 1758 é citado nas memórias paroquiais Há no districto desta freguesia...hum oiteiro ou pinasco munto alto chamado o castelo de Sam Romam e nelle se vêem pedras de cantaria, cazas, figuras dizem vulgarmente havitaram ali os mouros nos tempos antigos. O padre Baltazar Pereira Barroso informa que há alguns anos, os moradores do lugar de Veade, procurando descobrir algum tesouro, demoliram muitas coisas memoráveis, entre elas onde estava pintado um novilho e parte de uma cisterna no alto do castelo. Há notícia de ter apresentado as muralhas pedra bem aparelhada, contendo no seu interior algumas construções retangulares e redondas. O sítio estava duplicado no CNS 19719			

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			CRONOLOGIA	CNS (CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO)	DESCRIÇÃO	MEIO	ACESSO	ESPOLIO
Castro do Coto dos Corvos	Povoado Fortificado	Boticas	Alturas do Barroso e Cerdedo	41,713427 -7,827319	Idade do Ferro	19716	O Castro dos Corvos é um povoado fortificado que se implanta a cerca de 1 Km. para Noroeste da aldeia de Alturas do Barroso, próximo da estrada nº 520 de desce no sentido da Barragem de Pisões. O morro granítico faz parte de um conjunto de três cabeços designados localmente como Cornos das Alturas do Barroso. O picoto que se encontra numa posição mais setentrional é o designado de Coto dos Corvos, e é nele que se podem detectar alguns vestígios estruturais de um antigo povoado proto-histórico. O local reúne excelentes condições de defesa natural, mormente pelos sectores sul, oeste e norte. Apenas a vertente este se apresenta com uma pendente mais amena. Todos os vestígios estruturais do complexo defensivo do povoado se concentram sobre este sector, e compõem-se por três linhas de muralha que acompanham o colgado no sentido Sul-Norte. A primeira muralha, realizada à base de pedra aparelhada de granito, descreve um circuito que cobre toda a secção oriental e um trecho do sector sul, para depois inflectir para ocidente, onde vai culminar num fragredo natural que dá origem a uma penedia que cai em arriba. A segunda linha de muralha corre paralelamente a esta, mas a uma cota superior. Actualmente os seus vestígios são bastante parcelares, e surgem frequentemente ocultos entre a vegetação de médio porte que vai invadindo a estação arqueológica. Uma terceira linha cobre uma área mais reduzida, próximo da crista do relevo, definindo um perímetro de planta subcircular, onde alguns depoimentos orais referem ter existido, até há muito pouco tempo, vestígios e alicerces de habitações com plantas circulares. O conjunto das três muralhas organiza plataformas que permitem a ocupação do monte apenas na sua vertente oriental. Uma prospeção de superfície permitiu detectar alguns fragmentos cerâmicos de clara filiação castreja			
Castro de Vilarinho de Negrões/ Castro do Mau Vizinho	Povoado Fortificado	Montalegre	Negrões	41,729949 -7,818321	Indeterminado	5445	Na margem esquerda da albufeira do Alto Rabagão, sobranceiro à estrada asfaltada que ladeia a albufeira, encontra-se o castro de Vilarinho de Negrões ou do Mau Vizinho. É um monte cónico, com vestígio de duas potentes linhas de muralha, que nalguns pontos se adaptam aos penedos. No interior do castro identificam-se pedras afeiçoadas, resultantes das construções. As muralhas estão em derrube parcial. A densa vegetação que cobre o sítio não permite uma análise mais detalhada. Os vestígios mais evidentes consistem nas duas linhas de muralha.			

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			CRONOLOGIA	CNS (CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO)	DESCRIÇÃO	MEIO	ACESSO	ESPOLIO
Cistas da Portela do Gorgulão	Cista	Montalegre	Vila da Ponte	41,720572 -7,885906	Idade do Bronze - Inicial; Idade do Bronze - Médio	32965	O primeiro monumento era uma sepultura individual, tipo cista, edificada com lajes de granito local, com altura aproximada de 0,50 metros e 1,5 metros de comprimento, com orientação Oeste/ Este. Foi encontrada em Março de 1931 quando se efectuavam trabalhos agrícolas no local, continha três vasos cerâmicos, fragmentados na altura do achado. A segunda Cista do Gorgulão foi encontrada em 1994, aquando da construção da actual residencial "A Cista", na altura em que se faziam os desaterros para a piscina. O monumento foi colocado a cerca de vinte metros do local original. Continha apenas um vaso cerâmico e está na posse dos proprietários da residencial. As lajes laterais que compõe o monumento tem aproximadamente 2,27 metros de comprimento e uma delas foi fracturada. As duas lajes que recobriam o túmulo, são de formato irregular e tem cerca de 0,90 metros de comprimento por 1,06 metros de largo. As de cabeceira e pés tem 0,70 e 0,58 metros respectivamente. A altura do monumento ronda os 0,50 metros. A câmara sepulcral tem cerca de 1,75 metros. Estas medidas foram tiradas já depois do monumento estar em exposição fora do seu local de origem. Das lajes que serviam de tampa só uma resta pelo que não cobre na totalidade a câmara sepulcral. Segundo informação oral, foi no mês de Março de 1931, quando alguns populares da aldeia de Vila da Ponte cavavam um terreno para plantação de batatas que encontraram a cista. O Sr. João Francisco Branco (Sr. João Balbina) foi quem primeiro encontrou o monumento funerário e respectivo espólio e partiu os vasos. Durante o ano de 1994 encontraram o segundo monumento, quando se efectuavam as escavações para a piscina da Residencial "A Cista". O monumento foi posto a descoberto por uma giratória.			
Ponte Velha/Ponte de Vila da Ponte	Ponte	Montalegre	Vila da Ponte	41,722768 -7,893733	Romano	3558	Sólida construção em alvenaria de granito, que data do período Medieval. Tem o tabuleiro em caveleto e a rampa do lado esquerdo maior que do direito, o pavimento é em lajeado está assente em três arcos de diferentes tamanhos, os quais crescem da esquerda para a direita. Os dois arcos mais pequenos são de volta perfeita, enquanto o terceiro é levemente apontado. Os paramentos laterais são apenas em uma fiada de cantaria. Na margem direita, à entrada da ponte existe um cruzeiro com moldura e inscrição frontal "AQGRADECIDO. AO. SENHOR. A.D.P." Característica do sistema viário Medieval, trata-se certamente da primeira ponte a ser construída sobre a ribeira de Cabril. Estas obras de arte são testemunhos da importância da rede viária em época Medieval			
Vila da Ponte	Achado(s) Isolado(s)	Montalegre	Vila da Ponte	41,720252 -7,896386	Indeterminado	3529	Na margem de um ribeiro afluente do Rabagão foram encontradas algumas contas policromas. Esta zona é muito rica em vestígios de povoamento, existindo a cerca de 2 Km do achado vestígios da existência de um castro			

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			CRONOLOGIA	CNS (CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO)	DESCRIÇÃO	MEIO	ACESSO	ESPOLIO
Estalagem	Vestígios de Superfície	Montalegre	Vila da Ponte	41,723676 -7,893057	Romano	32966	<p>Junto ao sítio de Cangosto, a cerca de 50 metros da saída da Ponte Velha da Vila da Ponte, encostado ao caminho que segue em direcção Norte e se chamou Estrada Régia ou Caminho Régio, em terrenos agrícolas designados de "Além da Ponte" e "Forno", existia uma construção, cujo assentamento era visível ainda há poucas dezenas de anos. Segundo informações orais "tratava-se de uma estalagem da Via Romana, que passava ali perto". A população local recorda com bastante clareza a construção existente; a zona da frente da casa era mais alta que o caminho e exibia duas grandes pias para bebedouros de animais. No actual terreno designado por "Forno" existia o forno da habitação. Junto à entrada da construção estavam duas pias que foram destruídas pelos enormes Euclides da EDP que procediam ao alargamento do caminho para a construção do túnel que por ali passa ligando as duas barragens, Pisões e Venda Nova. Este local era ainda habitado em 1710. Segundo informação conseguida na aldeia da Vila da Ponte, a última moradora morreu em 1725, como consta do Livro de Defuntos da freguesia dessa data. A ter ligação com a via Romana XVII faltam as evidências arqueológicas, de facto não encontramos espólio romano que justifique ali ter existido uma construção de grande amplitude, como uma mansio. A ter existido poderia tratar-se de uma mutatio, construção mais vulgar que a mansio e de menores dimensões. As mutationes correspondiam a estações de muda com pessoal mais reduzido e instalações mais simples, destinadas fundamentalmente a abrigar sumariamente os animais e os carros e a alojar as equipagens e os elementos ocupados no serviço da mutatio. O local fica na mesma área, onde Luís Fontes, arqueólogo da Universidade do Minho, refere ter encontrado "fragmentos de tegullae, de tijolos e "pias de pedra", em Corça Seca</p>			
Castro de Valongo	Povoado Fortificado	Montalegre	Reigoso	41,728959 -7,910500	Idade do Ferro	5392	<p>Pequeno povoado, embora com um excelente sistema de fortificações, implantado num promontório sobre a margem direita da ribeira de Valongo, a qual serve de marco natural para limite das freguesias de Reigoso e Vila da Ponte. Os traços mais evidentes são os vestígios de fortificação, constituídos por um fosso e três linhas de muralha. A primeira linha de muralha circunda o reduto superior, originando uma larga plataforma, onde se observam restos de construções. A segunda, pouco espaçada da anterior, bem visível é reforçada por uma terceira, em meia-lua, nas vertentes Este e Sudeste. De Oeste a defesa é complementada por um largo e profundo fosso, inteiramente escavado no afloramento. O povoado é sobranceiro à via Romana XVII, que passa alguns metros a Sul.</p>			

Quadro 23 Sítios arqueológicos identificados na base de dados do *Endovélico* <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios>

ANÁLISE TOPONÍMICA

Na pesquisa documental de 2km em volta da área de implantação do projeto foram identificados os seguintes topónimos que podem evidenciar sítios arqueológicos:

Pedralhos
Pedra do Argo
Marco Velho
Alto da Pena Cavada
Alto do Castro
Alto da Atalaia
Alto do Castelo

ANÁLISE FISIAGRÁFICA

A área em estudo é caracterizada por ser uma zona de montanha. Mais a Oeste verifica-se uma zona mais planáltica, sendo que a Este se verifica uma altimetria mais acentuada.

O solo é constituído por terras argilosas, sendo que o geológico é granítico. O mesmo está à superfície em diversos sítios. O coberto vegetal é essencialmente de arbustos de urze, e outras espécies autóctones do norte de Portugal.

A área de estudo é caracterizada por uma grande quantidade de muros de limitação de propriedades rudimentares em pedra seca.

A área de estudo abrange a povoação de Pisões.

Da análise fisiográfica nesta fase, não foram identificados vestígios inéditos.

TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO

Esta fase de trabalhos tem como objetivo o reconhecimento, descrição, classificação e inventariação dos dados inventariados durante a fase de pesquisa documental e o reconhecimento de indícios toponímicos e fisiográficos que apontem para a presença de outros vestígios inéditos relativos aos elementos de interesse arqueológico, histórico, etnográfico e patrimonial construído na área a ser afetada.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, considerando as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro), foi elaborado um pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos à DRCN.

Os trabalhos de campo foram realizados nos dias 12 a 16 de Setembro de 2022. A visibilidade do terreno, no geral era parcial, ou mesmo nula (VER ANEXO V, DESENHO 3) e as condições meteorológicas adequadas. Da análise fisiográfica durante a prospeção arqueológica não foram identificados vestígios inéditos.

Foi efetuada prospeção sistemática da totalidade do terreno (área de incidência direta e indireta do projeto). Sendo que a área de incidência direta corresponde à área de projeto, a área de incidência indireta corresponde à área envolvente à área de projeto (100m de diâmetro), designada por área de estudo.

Em relação à localização de estaleiro de obra, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

No que respeita a áreas de empréstimos e vazadouros, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

RESULTADOS - SÍNTESE

OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS


Devido à grande quantidade de muros limitadores de propriedade em pedra seca, optou-se por apenas individualizar os que serão afetados pelo projeto.


Não foram consideradas habitações recentes dentro da área de estudo como ocorrência Patrimonial.



Foram identificadas 40 Ocorrências Patrimoniais (OP) na fase de pesquisa Bibliográfica e Documental dentro da área de 100,00m em volta da área de estudo (área de incidência direta e indireta).



As OP 1, 2, 8, 12, 19, 23, 24, 25, 27, 28 e 32 encontram-se na área de incidência indireta e as OP 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40, encontram-se na área de incidência direta. A OP3 encontra-se tanto na área de incidência direta como na área de incidência indireta.



3 Ocorrências Patrimoniais são de caráter arqueológico, OP1, OP2 e OP3 e 37 são de caráter etnográfico.



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
OP 1	Mamoia 1 de Penedo da Caldeira	Arqueológica	Neo-Calcolítico	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Penedo da Caldeira	http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios PDM	41,728816 -7,875923 A 50,00m do Núcleo solar do Cruzeiro. Área de incidência indireta. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos Caminho que liga a ponte da Cambela ao planalto designado por Penedo da Caldeira
<p>Num plateau sobranceiro à ribeira da Cambela, encontra-se um monumento funerário megalítico. Trata-se de uma grande mamoia, com cerca de 11 metros, de fácil visibilidade na paisagem, apresenta tumuli alto e depressão central muito acentuada. Tem extensa couraça lítica e anel de contenção. Não são visíveis vestígios de dólmen</p>							
OP 2	Mamoia 2 do Penedo da Caldeira	Arqueológica	Neo-Calcolítico	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Penedo da Caldeira	http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios PDM	41,732674 -7,882410 A 161,00m do Núcleo solar do Cruzeiro. Área de incidência indireta. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos Caminho que liga a ponte da Cambela ao planalto designado por Penedo da Caldeira



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
							
	<p>Localizada a cerca de 20 metros a Norte de um poste de alta tensão, sobre a ribeira da Cambela. Trata-se de um grande monumento megalítico, com poderoso tumuli de cerca de 15 metros de diâmetro e 1 metro de altura. A superfície encontram-se elementos pétreos que pertencem à couraça e uma depressão pouco profunda onde se identificam alguns esteios</p>						
OP 3	Montalegre - Via XVII	Arqueológica		Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm http://viasromanas.pt/	41,735331 -7,874695 Incidência indireta e incidência direta no Nucleo Solar do Cruzeiro e Sobreposta à linha área Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão entre o P21 e P22 EN103, após passar os Pisões, junto ao km115, cruzamento à direita, embora se trate de um caminho de reconstrução recente, era também este o percurso da via.
	<p>Troço de caminho, parte integrante da via XVII do Itinerário de Antonino. Nesta freguesia tem início alguns metros para Sul da ponte da Cambela, nas imediações da qual foi encontrada uma estela funerária, de época romana. Efetivamente na descida para a ponte conserva-se um belo troço lajeado, cujos marca dos rodados é notória. A via entrava no concelho de Montalegre junto à ponte do Arco (ponte romana), milha 35 desde Bracara Augusta ou 43 desde Aquae Flaviae, continuava pela aldeia de Vilarinho dos Padrões, Venda Nova e Castro de Codeçoso. Neste troço que contempla a freguesia da Venda Nova encontra-se submersa pela albufeira da Venda Nova. Nos Pisões, segundo Leren Barradas atravessaria a antiga EN ao Km. 116, onde conservava um agradável troço de calçada. Desde os Pisões encontra-se submersa pela albufeira do Alto Rabagão até Villa de Mel, a Sul do Alto do Pedrouço. Na Cruz de Leiranque, local inundado pela albufeira foi encontrado um miliário, posteriormente transferido para Viade de Baixo - CNS 19818. Segundo informação anterior ao levantamento efetuado pela CM Montalegre, os restantes miliários provenientes deste troço encontram-se no Museu da Região Flaviense. É um dos troços mais conhecido da Via XVII do Itinerário de Antonino, onde foram registados miliários in situ e principalmente onde se encontraram miliários com marcação desde Chaves e desde Braga, na mesma milha, facto que não se volta a constatar no decurso desta via. Há ainda referencia de que neste percurso de três milhas romanas (cerca de 4,5 km) existiam 10 miliários, de entre os quais dois são anepígrafos, um apenas se conservam as milhas, dois são da dinastia Júlio-Claudiana (Cláudio e Tibério) e quatro da dinastia dos Antoninos (Trajano e Adriano). Para obtermos uma descrição deste troço tivemos que nos limitar aos registos mais antigos (anteriores à construção da albufeira), uma vez que só é possível reconhecer este caminho quando o nível da albufeira desce consideravelmente. Na ponte do Arco, segundo Argote a via cruzava a antiga estrada nacional, continuava por Padrões, Venda Nova, correspondente ao lugar antigamente conhecido por Venda dos Padrões, Codeçoso do Arco, encosta do castro de Codeçoso, milha 38, deste ponto a via descia pela encosta Ocidental até ao rio Rabagão, que cruzava no lugar de Porto de Carros, onde existia a ponte dos Três Olhais, sobre o Rabagão, referida por Argote, e destruída pelas cheias</p>						
OP 4	Muro1	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Alto do Fossadouro	Prospecção	41.733164 -7.904997



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
							Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro.
							
OP 5	Muro2	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Pormidela	Prospecção	41.728465 -7.896062 Área de incidência direta. Afetado pela linha Cruzeiro - Alto Rabagão (ramal4), entre o P5 e P6.
							
OP 6	Muro3	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospecção	41.728099 -7.889144 Área de incidência direta do Núcleo Solar do Cruzeiro e afetado pela linha Cruzeiro - Alto Rabagão (ramal4), entre o P8 e P9.



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 440. Liga com a OP7. Poderá ser o mesmo elemento.</p>							
OP 7	Muro4	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospeção	41.727089 -7.888030 Área de incidência direta do Núcleo Solar do Cruzeiro e afetado pela linha Cruzeiro - Alto Rabagão (ramal4), entre o P9 e P10.
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 1270m. Liga com a OP6. Poderá ser o mesmo elemento.</p>							
OP 8	Muro5	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospeção	41.726233 -7.890158. Área de incidência indireta. A 90,00m do Núcleo Solar do Cruzeiro. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 400m</p>							
OP 9	Muro6	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospeção	41.725471 -7.887262. Área de incidência direta. Núcleo Solar do Cruzeiro. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 322. Liga com as OP10 e OP11. Poderá ser o mesmo elemento.</p>							
OP 10	Muro7	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospeção	41.724969 -7.886495. Área de incidência direta. Núcleo Solar do Cruzeiro. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 960m. Liga com as OP9 e OP39. Poderá ser o mesmo elemento.</p>							
OP 11	Muro8	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospecção	41.727580 -7.886285. Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 435m. Liga com a OP9. Poderá ser o mesmo elemento.</p>							
OP 12	Muro9	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospecção	41.724321 -7.883979 Área de incidência indireta. A 6,00m do Núcleo Solar do Cruzeiro. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 216m</p>							
OP 13	Muro10	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospeção	41.725680 -7.884063 Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 689m</p>							
OP 14	Muro11	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospeção	41.729472 -7.884457 Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 380m</p>							
OP 15	Muro12	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospeção	41.727360 -7.884912 Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 230m</p>							
OP 16	Muro13	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Outeiro da Cavada	Prospeção	41.744219 -7.871991. Área de incidência direta. Afetado pela linha área Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão entre o P16 e P17



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de tijolo limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 390m</p>							
OP 17	Muro14	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Perdizela	Prospecção	41.750946 -7.881370 Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar da Perdizela
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 700m</p>							
OP 18	Muro15	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Irbosele	Prospecção	41.765195 -7.876449 Área de incidência direta. Núcleo Solar de Irbosele. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 440m</p>							
OP 19	Muro16	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Alto de Sorrapos	Prospecção	<p>41.757262 -7.883918 Área de incidência indireta. Junto à linha área Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão entre o P4 e P5. A 52,00m do P5. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos</p>
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 130m</p>							
OP 20	Muro17	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Alto de Sorrapos	Prospecção	<p>41.754650 -7.883588 Área de incidência direta. Afetado pela linha área Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão entre o P4 e P5.</p>



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 400m</p>							
OP 21	Muro18	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Perdizela	Prospeção	41.750880 -7.883184 Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar da Perdizela
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 430m</p>							
OP 22	Muro19	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Irbosele	Prospeção	41.765397 -7.878290 Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar de Irbosele.


Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 220m</p>							
OP 23	Muro20	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Irbosele	Prospeção	41.764971 -7.878153 Área de incidência indireta. A 10,00m do Núcleo Solar de Irbosele. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 230m</p>							
OP 24	Muro21	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Irbosele	Prospeção	41.762458 -7.876023 Área de incidência indireta. A 68,00m do Núcleo Solar de Irbosele. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 185m</p>							
OP 25	Muro22	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Irbosele	Prospecção	41.760627 -7.880485 Área de incidência indireta. A 21,00m do Núcleo Solar de Irbosele. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 275m</p>							
OP 26	Muro23	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Além do Rio	Prospecção	41.733156 -7.854965 Área de incidência direta. Afetado pela construção da linha Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum) entre os P25/24 e P24/23



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 481m</p>							
OP 27	Muro24	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Alto da Fragoseira	Prospecção	<p>41.722997 -7.840549 Área de incidência indireta. Linha Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum) entre os P16/15 e P15/14. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos. A 93,00m do P15/14</p>
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 170m</p>							
OP 28	Muro25	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Alto da Fragoseira	Prospecção	<p>41.722284 -7.838868 Área de incidência indireta. Linha Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum) entre os P15/14 e P14/13. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos. A 137,00m do P15/14</p>



Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 95m</p>							
OP 29	Muro26	Etnográfico	Contemporâneo	Boticas, Alturas do Barroso	Couto do Castelo	Prospeção	41.718362 -7.829758 Área de incidência direta. Afetado pela beneficiação do Acesso AG5
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 530m</p>							
OP 30	Muro27	Etnográfico	Contemporâneo	Boticas, Alturas do Barroso	Couto do Castelo	Prospeção	41.722687 -7.826990 Área de incidência direta. Afetado pela beneficiação do Acesso AG5

Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 360m</p>							
OP 31	Muro28	Etnográfico	Contemporâneo	Boticas, Alturas do Barroso	Alto do Ranhadouro	Prospeção	41.718998 -7.822045 Área de incidência direta. Afetado pela construção da linha Barroso IV - Alto Rabagão (ramal 1) entre os P6 e P5
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 215m</p>							
OP 32	Muro29	Etnográfico	Contemporâneo	Boticas, Alturas do Barroso	Alto do Ranhadouro	Prospeção	41.718966 -7.819955 Área de incidência indireta. Linha Barroso IV - Alto Rabagão (ramal 1) entre os P6 e P5. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos. A 38,00m do P5

Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 170m</p>							
OP 33	Muro30	Etnográfico	Contemporâneo	Boticas, Alturas do Barroso	Alto da Perdição	Prospeção	41.720602 -7.815581 Área de incidência direta. Afetado pela beneficiação do Acesso AG4
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 335m</p>							
OP 34	Muro31	Etnográfico	Contemporâneo	Boticas, Alturas do Barroso	Corvos	Prospeção	41.735286 -7.867282 Área de incidência direta. Afetado pela construção da linha Barroso IV - Alto Rabagão (ramal 2) entre os P6 e P5

Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 655m</p>							
OP 35	Muro32	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Pisões	Prospecção	41.735286 -7.867282 Área de incidência direta. Linha a Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4+5). Entre os P18/8 e P17/7
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 70m</p>							
OP 36	Muro33	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Pisões	Prospecção	41.733427 -7.872693 Área de incidência direta. Linha a Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4+5). Entre os P17/7 e P15/5

Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 615m</p>							
OP 37	Muro34	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Pedra da Caldeira	Prospeção	41.732941 -7.874374 Área de incidência direta. Linha a Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4+5). Entre os P15/5 e P14/4
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 215m</p>							
OP 38	Muro35	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	Pedra da Caldeira	Prospeção	41.732345 -7.876506 Área de incidência direta. Linha a Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4+5). Entre os P14/4 e P13/3

Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 400m</p>							
OP 39	Muro36	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Carga Seca	Prospeção	41.725698 -7.886348. Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 130m. Liga com a OP10. Poderá ser o mesmo elemento.</p>							
OP 40	Muro37	Etnográfico	Contemporâneo	Montalegre, Vila da Ponte	Pormidela	Prospeção	41.730184 -7.899925 Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro


Nº	Designação	Categoria	Cronologia	Localização Administrativa	Topónimo	Fontes	Localização Face ao Projeto
<p>Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 100m</p>							

Tabela 24 Caracterização das Ocorrências Patrimoniais identificadas (Anexo 1 contém fichas pormenorizadas e completas para cada Ocorrência Patrimonial)

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE

Na análise de impactes podem-se distinguir dois tipos de impactes: impactes diretos negativos e impactes indiretos negativos. Os primeiros significam a destruição da Ocorrência em causa, os segundos a alteração do seu contexto primitivo.

As medidas de minimização preconizadas têm como objetivo a preservação integral de todas as Ocorrências Patrimoniais de valor patrimonial identificadas na área afeta ao projeto e a salvaguarda de toda a informação arqueológica, patrimonial e etnográfica que eventualmente poderá ser afetada.

Neste contexto teve-se em consideração:

- A probabilidade de destruição da Ocorrência;
- A possibilidade de degradação/destruição, devido à circulação de maquinaria pesada e pessoal afetos à obra da Ocorrência;
- A possibilidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a existência de achados de superfície, ou notícia da sua existência;
- A eventualidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a notícia de um achado isolado ou de um monumento já destruído.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE

A área em estudo tem uma condicionante de nível 2: "Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras" (VER ANEXO I).

Nº	CATEGORIA	MAGNITUDE	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	PROBABILIDADE	FASE OCORRÊNCIA	CARACTER	TIPO DE IMPACTE	CONDICIONANTE	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Mamoa 1	Arqueológica	Elevado	AIDP	Possível	Construção	Directo	Permanente	2	E
Mamoa 2	Arqueológica	Elevado	AIDP	Possível	Construção	Directo	Permanente	2	E
Montalegre	Arqueológica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	J
Muro 1	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 2	Etnográfica	Elevado	AIDP	Muito provável	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 3	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 4	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 5	Etnográfica	Elevado	AIDP	Possível	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 6	Etnográfica	Elevado	AIDP	Muito provável	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 7	Etnográfica	Elevado	AIDP	Muito provável	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 8	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 9	Etnográfica	Elevado	AIDP	Muito provável	Construção	Directo	Permanente	2	K

Nº	CATEGORIA	MAGNITUDE	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	PROBABILIDADE	FASE OCORRÊNCIA	CARACTER	TIPO DE IMPACTE	CONDICIONANTE	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Muro 10	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 11	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 12	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 13	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 14	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 15	Etnográfica	Elevado	AIDP	Muito provável	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 16	Etnográfica	Elevado	AIDP	Possível	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 17	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 18	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 19	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 20	Etnográfica	Elevado	AIDP	Muito provável	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 21	Etnográfica	Elevado	AIDP	Possível	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 22	Etnográfica	Elevado	AIDP	Muito provável	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 23	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 24	Etnográfica	Elevado	AIDP	Possível	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 25	Etnográfica	Elevado	AIDP	Possível	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 26	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 27	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 28	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 29	Etnográfica	Elevado	AIDP	Possível	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 30	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 31	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 32	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 33	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K

Nº	CATEGORIA	MAGNITUDE	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	PROBABILIDADE	FASE OCORRÊNCIA	CARACTER	TIPO DE IMPACTE	CONDICIONANTE	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Muro 34	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 35	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 36	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K
Muro 37	Etnográfica	Elevado	AIDP	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	K

Tabela 25 Tabela síntese de avaliação de impacte das Ocorrências Patrimoniais identificadas

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico.

- Medidas de minimização de carácter geral:

Medida de classe J - Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatagem até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

- Medidas de minimização de carácter específico:

Para as Ocorrências Patrimoniais OP1 e OP2 recomendam-se as medidas de minimização de classe E:

Medida de classe E - Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo

Para a Ocorrência Patrimonial OP3, recomenda-se a medida de minimização de classe J:

Medida de classe J - Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatagem até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

Para as Ocorrências Patrimoniais de OP4 a OP40 recomendam-se as medidas de minimização de classe K:

Medida de classe K - Qualquer demolição ou alteração das ocorrências identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção

CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO

O presente Estudo de prospecção sistemática e de levantamento bibliográfico realizado no âmbito do projeto da “Central Solar – Eólica de Pisões” teve como objetivo a identificação de vestígios arqueológicos e património etnográfico e arquitectónico, que pudessem vir a ser afetados pela execução da obra. A investigação realizada permitiu compreender a dinâmica ocupacional da região e obter o máximo de informações respeitantes aos vestígios de paleocupação humana existentes na zona. Através da pesquisa foi, ainda, possível compreender as principais características histórico-culturais da área de implantação do projecto e da sua envolvente.

Comprova-se assim, que a área em estudo pertence a dois concelhos que teve uma ocupação permanente e de grande importância no contexto histórico do interior Norte de Portugal.

No estudo bibliográfico e de prospecção foram identificadas 40 Ocorrências Patrimoniais dentro da área de incidência indireta e direta.

As OP 1, 2, 8, 12, 19, 23, 24, 25, 27, 28 e 32 encontram-se na área de incidência indireta e as OP 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38,

39 e 40, encontram-se na área de incidência direta. A OP3 encontra-se tanto na área de incidência direta como na área de incidência indireta.

3 Ocorrências Patrimoniais são de caráter arqueológico, OP1, OP2 e OP3 e 37 são de caráter etnográfico.

A área em estudo tem uma condicionante de nível 2: “Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras”.

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico.

- Medidas de minimização de carácter geral:

Medida de classe J - Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

- Medidas de minimização de carácter específico:

Para as Ocorrências Patrimoniais OP1 e OP2 recomendam-se as medidas de minimização de classe E:

Medida de classe E - Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo

Para a Ocorrência Patrimonial OP3, recomenda-se a medida de minimização de classe J:

Medida de classe J - Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

Para as Ocorrências Patrimoniais de OP4 a OP40 recomendam-se as medidas de minimização de classe K:

Medida de classe K - Qualquer demolição ou alteração das ocorrências identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção

PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO

Considerando os resultados obtidos, prevê-se a necessidade de implementação:

-Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos.

- Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

- No âmbito do acompanhamento arqueológico deve complementar-se a caracterização arqueológica através da consulta dos processos relativos aos sítios arqueológicos identificados, de cartografia e documentação histórica.

- A descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos durante o acompanhamento nas áreas de intervenção obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e à sua comunicação ao órgão competente da Tutela e demais autoridades, em conformidade com as disposições legais em vigor. Esta situação pode determinar a adoção de medidas de minimização complementares pelo que deve ser apresentada uma Nota Técnica com a descrição, avaliação do impacto, registo gráfico e uma proposta de medidas a implementar. Deve ser tido em consideração que

as áreas com vestígios arqueológicos conservados e que venham a ser afetados de forma irreversível têm que ser integralmente escavados.

- A recolha de espólio móvel deve ocorrer de forma a prevenir qualquer perigo imediato para os bens, assim como deve ser executada sem que em momento algum seja colocada em perigo a integridade dos bens e assegurar a sua preservação a longo prazo empregando técnicas e métodos não destrutivos, em conformidade com a legislação em vigor (Resolução da Assembleia da República nº 51/2006, de 18 de julho e publicada pelo aviso 6/2012 de 26 de Março, Decreto-Lei nº164/97, de 27 de Junho e a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO

No cumprimento da legislação em vigor (DL no 164/2014, de 4 de novembro) os resultados obtidos durante as intervenções realizadas no âmbito dos trabalhos de Prospecção Arqueológica Prévia deverão ser alvo de publicação científica, em língua portuguesa ou inglesa. Deste modo a AFA Arqueologia Conservação e Restauro prevê a publicação dos resultados da intervenção em revista da especialidade, sem prejuízo de outras formas de publicitação. Não se descarta também a possibilidade da apresentação das intervenções e dos seus resultados em conferências, congressos e palestras. Para além disto, também se envia agora, como resulta das disposições legais vigentes, uma cópia em CD.

**MOREIRA DA MAIA,
JULHO DE 2023**

ARTUR FONTINHA, ARQUEÓLOGO

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1998), *Roman Portugal*, Aris & Philips Ltd, Warminster;
- ALMEIDA, C. A. F. (1978), *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Dissertação de doutoramento, 2 volumes, edição policopiada, Porto;
- ALMEIDA, C. A. F. De (1978), *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: Desde as Origens a 1220*. Porto;
- ALMEIDA, C. A. F. De (1986), *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa Publicações Alfa;
- ALMEIDA, C. A. F. (1986), *Vias Medievais Entre Douro e Minho*. Porto. Edição do Autor;
- BAPTISTA, J. D. (1989), Os castros do concelho de Montalegre. In *Revista Aquae Flaviae*. Chaves. 2, 111124.
- BARRADAS, L. A. (1956), Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 66:12, p.159240.
- BARREIROS, F. B. (1920), Materiais para a arqueologia do concelho de Montalegre. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série: 24, p. 5887.
- BARROCA, M. J. (2000), *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa;
- BARROCA, M. J. (1987), *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*, Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto;
- BRANDÃO, A. P. (1995), *Estradas e Pontes Romanas a Norte do Tejo*. Lisboa;
- COSTA, J. G. (1987), *Montalegre e Terras de Barroso*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre, Vol. 1, p. 241.
- FONTES, L. F. O. (1992), *Sítios e achados arqueológicos do concelho de Montalegre*. Porto: Comissão de Coordenação da Região do Norte.
- MARTINS, J. B. (1984), *Breves Notas sobre a região do Alto Tâmega*. Chaves: Comissão Regional do Turismo do Alto Tâmega, p. 41.
- MARTINS, J. B. (1989), *Concelho de Boticas. Zonas de interesse arqueológico, histórico e turístico*. In *Notícias de Chaves*. Chaves.
- MIRANDA JÚNIOR, A., SANTOS, J. N. e SANTOS JÚNIOR, J. R. (1985), *Castros do Concelho de Boticas II. Campanhas de 1984 e 1985*. In *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto.
- PIEL, J. M. (1945), *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa*. Lisboa: Junta de Educação Nacional.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S., *Geografia de Portugal (1988)*, I- A Posição Geográfica e o Território. Lisboa, Sá da Costa.
- SILVA, A. C. F. (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins e Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

ENQUADRAMENTO LEGAL

- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Lei n.º 107/01*, 209/01 SÉRIE I-A, Sábado, 8 de Setembro de 2001, Assembleia da República, Pág. do DR 5808 a 5829;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Resolução da Assembleia da República n.º 71/97*, DR 289/97 SÉRIE I-A de 1997-12-16;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n.º 164/2014*, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos)
- DGPC, Circular de 10 de Setembro de 2004, *Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental*;
- DGPC, Circular de 01 de Setembro de 2010, *Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos*;
- DGPC, Circular de 24 de Maio de 2011, *Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico, para Atualização do Endovélico*.
- DGPC, Circular de 27 de Dezembro de 2011, *Documentação Gráfica*.

CARTOGRAFIA

- “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 32, 45.

BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET



- www.earth.google.com (consultado a 09.09.22)
- www.patrimoniocultural.gov.pt/pt (consultado a 09.09.22)
- www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm (consultado a 09.09.22)



www.monumentos.pt/Site/APP (consultado a 09.09.22)
www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/ (consultado a 09.09.22)


ANEXOS


**ANEXO I – FICHAS DE AVALIAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS DA ÁREA
EM ESTUDO**

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Mamoa 1 de Penedo da Caldeira	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 1	DATA <input type="text"/>	
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41,728816	-7,875923	
TOPÓNIMO	Penedo da Caldeira	MICROTOPÓNIMO	<input type="text"/>	PROPRIETÁRIO	<input type="text"/>
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	<input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO	<input type="text"/>
CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL					
CATEGORIA	Arqueológica				
TIPO DE SÍTIO	Monumento Megalítico				
CRONOLOGIA	Neo-Calcolítico				
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos				
TOPOGRAFIA	Cerro – topo				
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente				
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado				
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso				
USO DO SOLO	Florestal				
FONTES	Bibliográfica				
AMEAÇAS	Gado				
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência				
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>				
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>				
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto				
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção				
BIBLIOGRAFIA	http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios PDM				
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	A 50,00m do Núcleo solar do Cruzeiro, Área de incidência indireta. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos				
DESCRIÇÃO					
	Num plateau sobranceiro à ribeira da Cambela, encontra-se um monumento funerário megalítico. Trata-se de uma grande mamoa, com cerca de 11 metros, de fácil visibilidade na paisagem, apresenta tumuli alto e depressão central muito acentuada. Tem extensa couraça lítica e anel de contenção. Não são visíveis vestígios de dólmen				
CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL					
VALOR ARQUEOLÓGICO	Elevado	REPRESENTATIVIDADE	Elevado		
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Elevado		
VALOR HISTÓRICO	Elevado	INTERESSE PÚBLICO	Elevado		
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado		
AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO					
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP		
CARATER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente		
PROBABILIDADE	Possível	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção		
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	E		

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Mamo 2 de Penedo da Caldeira	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 2	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41,732674 -7,882410
TOPÓNIMO	Penedo da Caldeira	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Arqueológica	
TIPO DE SÍTIO	Monumento Megalítico	
CRONOLOGIA	Neo-Calcolítico	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Bibliográfica	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios PDM	
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	A 161,00m do Núcleo solar do Cruzeiro, Área de incidência indireta, Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos	



DESCRIÇÃO

Localizada a cerca de 20 metros a Norte de um poste de alta tensão, sobre a ribeira da Cambela. Trata-se de um grande monumento megalítico, com poderoso tumuli de cerca de 15 metros de diâmetro e 1 metro de altura. À superfície encontram-se elementos pétreos que pertencem à couraça e uma depressão pouco profunda onde se identificam alguns esteios

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Elevado	REPRESENTATIVIDADE	Elevado
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Elevado
VALOR HISTÓRICO	Elevado	INTERESSE PÚBLICO	Elevado
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

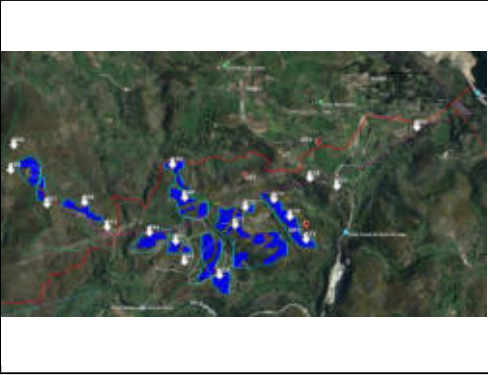
AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Possível	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	E

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Montalegre - Via XVII	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 3	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41,735331 -7,874695
TOPÓNIMO	<input type="text"/>	MICROTOPÓNIMO	<input type="text"/>	PROPRIETÁRIO
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	<input type="text"/>	CMP 45
		ESTADO CONSERVAÇÃO	<input type="text"/>	

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Arqueológica	
TIPO DE SÍTIO	Via	
CRONOLOGIA	Romano	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Bibliográfica	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm http://viasromanas.pt/	
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Incidência indireta e incidência direta no Núcleo Solar do Cruzeiro e Sobreposta à linha área Irbosejo e Perdizeja - Alto Rabagão entre o P21 e P22	



DESCRIÇÃO

Trço de caminho, parte integrante da via XVII do Itinerário de Antonino. Nesta freguesia tem início alguns metros para Sul da ponte da Cambela, nas imediações da qual foi encontrada uma estela funerária, de época romana. Efectivamente na descida para a ponte conserva-se um belo troço lajeado, cujos marca dos rodados é notória. A via entra no concelho de Montalegre junto à ponte do Arco (ponte romana), milha 35 desde Bracara Augusta ou 43 desde Aquae Flaviae, continuava pela aldeia de Vilarinho dos Padrões, Venda Nova e Castro do Codeço. Neste troço que contempla a freguesia da Venda Nova encontra-se submersa pela albufeira da Venda Nova. Nos Pisões, segundo Lerenio Barradas atravessaria a antiga EN ao Km, 116, onde conservava um agradável troço de calçada. Desde os Pisões encontra-se submersa pela albufeira do Alto Rabagão até Villa de Mai, a Sul do Alto do Pedrouco. Na Cruz de Leiranne, local inundado pela albufeira foi encontrado um miliário, posteriormente transferido para Viade de Baixo - CNS

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

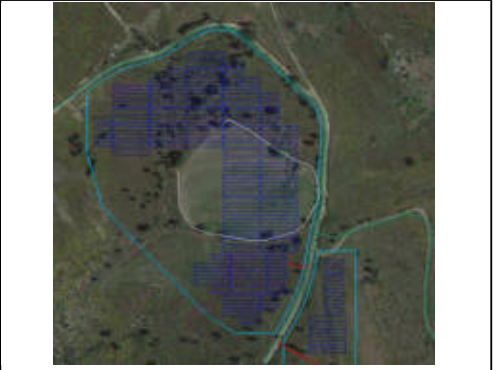
VALOR ARQUEOLÓGICO	Elevado	REPRESENTATIVIDADE	Elevado
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Elevado
VALOR HISTÓRICO	Elevado	INTERESSE PÚBLICO	Elevado
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	J

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 1	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 4	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.733164 -7.904997		
TOPÓNIMO Alto do Fossadouro	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro





DESCRIÇÃO


Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 300m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 2	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 5	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.728465 -7.896062
TOPÓNIMO	Pormidela	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO: Área de incidência direta. Afetado pela linha Cruzeiro - Alto Rabagão (ramal4), entre o P5 e P6.



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 30m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Muito provável	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 3	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 6	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.728099 -7.889144		
TOPÓNIMO Carga Seca	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>



LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência direta do Núcleo Solar do Cruzeiro e afetado pela linha Cruzeiro – Alto Rabagão (ramaH), entre o P8 e P9.



DESCRIÇÃO


Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 440m. Liga com a OP7. Poderá ser o mesmo elemento.


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 4	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 7	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.727089 -7.888030		
TOPÓNIMO Carga Seca	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO <small>Área de incidência direta do Núcleo Solar do Cruzeiro e afetado pela linha Cruzeiro – Alto Rabagão (rama4), entre o P9 e P10.</small>	






DESCRIÇÃO
Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 1270m. Liga com a OP6. Poderá ser o mesmo elemento.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 5	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 8	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.726233 -7.890158
TOPÓNIMO	Carga Seca	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência indireta, A 90,00m do Núcleo Solar do Cruzeiro, Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 400m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Possível	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 6	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 9	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.725471 -7.887262		
TOPÓNIMO Carga Seca	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>	
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>	

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência direta, Núcleo Solar do Cruzeiro, Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



DESCRIÇÃO
Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 322. Liga com as OP10 e OP11. Poderá ser o mesmo elemento.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARATER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Muito provável	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÓS VE</small>	Muro 7	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 10	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.724969 -7.886495
TOPÓNIMO	Carga Seca	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência direta, Núcleo Solar do Cruzeiro, Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 960m. Liga com as OP9 e OP11. Poderá ser o mesmo elemento.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARATER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Muito provável	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 8	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 11	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.727580 -7.886285		
TOPÓNIMO Carga Seca	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro	






DESCRIÇÃO
Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 435m. Liga com a OP9. Poderá ser o mesmo elemento.


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 9	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 12	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.724321 -7.883979		
TOPÓNIMO Carga Seca	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência indireta, A 6,00m do Núcleo Solar do Cruzeiro, Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos





DESCRIÇÃO


Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 216m.


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Muito provável	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 10	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 13	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.725680 -7.884063		
TOPÓNIMO Carga Seca	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro





DESCRIÇÃO


Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 689m


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 11	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 14	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.729472 -7.884457
TOPÓNIMO	Carga Seca	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro	



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 380m

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 12	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 15	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.727360 -7.884912		
TOPÓNIMO Carga Seca	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>	
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>	

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO **Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro**



DESCRIÇÃO
Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 230m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 13	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 16	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.744219 -7.871991		
TOPÓNIMO Outeiro da Cavada	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 32	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO <small>Área de incidência direta, Afetado pela linha área Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão entre o P16 e P17</small>	





DESCRIÇÃO


Muro de tijolo limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 390m


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE INCOGNITO</small>	Muro 14	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 17	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.750946 -7.881370
TOPÓNIMO	Perdizela	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 32
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar da Perdizela	



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 700m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 15	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 18	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.765195 -7.876449		
TOPÓNIMO Irboselo	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 32	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO <small>Área de incidência direta, Núcleo Solar de Irboselo, Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos</small>	



DESCRIÇÃO


Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 440m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARATER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Muito provável	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 16	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 19	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.757262 -7.883918		
TOPÓNIMO Alto de Sorrapos	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 32	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>



LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência indireta. Junto à linha área Irbosejo e Perdizela - Alto Rabagão entre o P4 e P5, A 52,00m do P5. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos




DESCRIÇÃO
Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 130m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Possível	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 17	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 20	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.754650 -7.883588 <input type="text"/>
TOPÓNIMO	Alto de Sorrapos	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	<input type="text"/> CMP 32
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO	<input type="text"/>

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>	
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>	

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência direta. Afetado pela linha área Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão entre o P4 e P5.



DESCRIÇÃO Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 400m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 18	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 21	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.750880 -7.883184		
TOPÓNIMO Carga SecaPerdizela	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 32	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar da Perdizela






DESCRIÇÃO	Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 430m.
-----------	--


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 19	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 22	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.765397 -7.878290		
TOPÓNIMO Irboselo	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 32	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar de Irboselo.	






DESCRIÇÃO Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 220m.


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE ESQUECE</small>	Muro 20	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 23	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.764971 -7.878153		
TOPÓNIMO Irboselo	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 32	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência indireta. A 10,00m do Núcleo Solar de Irboselo. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos





DESCRIÇÃO


Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 230m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARATER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Muito provável	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 21	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 24	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.762458 -7.876023		
TOPÓNIMO Irboselo	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 32	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>	
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>	

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência indireta, A 68,00m do Núcleo Solar de Irboselo, Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



DESCRIÇÃO
Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 185m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Possível	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 22	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 25	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.760627 -7.880485		
TOPÓNIMO Irboselo	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 32	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>	
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>	

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência indireta, A 21,00m do Núcleo Solar de Irboselo, Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 275m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARATER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Muito provável	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 23	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 26	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.733156 -7.854965		
TOPÓNIMO Além do Rio	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>	
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>	

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência direta, Afetado pela construção da linha Barroso IV - Alto Rabação (Troço comum) entre os P25/24 e P24/23



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 481m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 24	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 27	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.722997 -7.840549
TOPÓNIMO	Alto da Fragoeira	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência indireta, Linha Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum) entre os P16/15 e P15/14. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos. A 93,00m do P15/14.



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 170m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

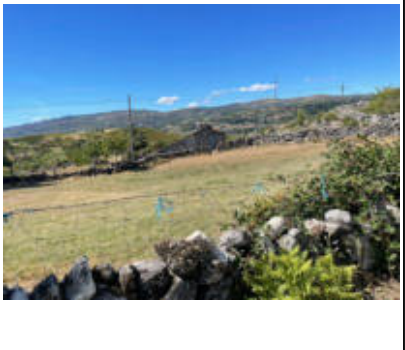
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Possível	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 25	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 28	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.722284 -7.838868		
TOPÓNIMO Alto da Fragoeira	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência indireta, Linha Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum) entre os P15/14 e P14/13. Poderá ser afetado pela circulação de máquinas e aberturas de caminhos. A 137,00m do P15/14






DESCRIÇÃO Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 95m.


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Possível	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 26	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 29	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Boticas, Alturas do Barroso		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.718362 -7.829758
TOPÓNIMO	Couto do Castelo	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	
TIPO DE DISPERSÃO	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Afetado pela beneficiação do Acesso_AG5





DESCRIÇÃO


Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 530m.


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE IMPORTA</small>	Muro 27	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 30	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Boticas, Alturas do Barroso		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.722687 -7.826990
TOPÓNIMO	Couto do Castelo	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	
TIPO DE DISPERSÃO	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Afetado pela beneficiação do Acesso_AG5





DESCRIÇÃO


Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 360m.


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VE</small>	Muro 28	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 31	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Boticas, Alturas do Barroso		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.718998 -7.822045		
TOPÓNIMO Alto do Ranhadouro	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO <small>Área de incidência direta, Afetado pela construção da linha Barroso IV - Alto Rabagão (ramal 1) entre os P6 e P5</small>	






DESCRIÇÃO Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 215m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VE</small>	Muro 29	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 32	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA <input type="text" value="Boticas, Alturas do Barroso"/>		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA <input type="text" value="41.718966"/> <input type="text" value="-7.819955"/>		
TOPÓNIMO <input type="text" value="Alto do Ranhadouro"/>	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP <input type="text" value="45"/>	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>



LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO





DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 170m.

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 30	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 33	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Boticas, Alturas do Barroso		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.720602 -7.815581
TOPÓNIMO	Alto da Perdição	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Afetado pela beneficiação do Acesso_AG4	



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 335m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 31	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 34	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Boticas, Alturas do Barroso		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.735286 -7.867282
TOPÓNIMO	Corvos	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência direta, Afetado pela construção da linha Barroso IV - Alto Rabagão (ramal 2) entre os P6 e P5



DESCRIÇÃO
Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 655m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE INCOGNITO</small>	Muro 32	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 35	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.735286 -7.867282
TOPÓNIMO	Pisões	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO	<input type="text"/>

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>	
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>	

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO: Área de incidência direta. Linha a Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4+5). Entre os P18/8 e P17/7



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 70m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 33	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 36	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.733427 -7.872693
TOPÓNIMO	Pisões	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Linha a Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4+5). Entre os P17/7 e P15/5	



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 615m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 34	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 37	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.732941 -7.874374
TOPÓNIMO	Pedra da Caldeira	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO: Área de incidência direta. Linha a Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4+5). Entre os P15/5 e P14/4



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 215m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO


MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 35	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 38	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.732345 -7.876506		
TOPÓNIMO Pedra da Caldeira	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>	
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>	
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>	

LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO **Área de incidência direta. Linha a Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4+5). Entre os P14/4 e P13/3**



DESCRIÇÃO

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO VÊ</small>	Muro 36	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 39	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 41.725698 -7.886348		
TOPÓNIMO Carga Seca	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP 45	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	Etnográfica
TIPO DE SÍTIO	Muro
CRONOLOGIA	Contemporâneo
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso
USO DO SOLO	Florestal
FONTES	Prospecção
AMEAÇAS	Gado
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção
BIBLIOGRAFIA	<input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro	





DESCRIÇÃO


Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 130m. Liga com a OP10. Poderá ser o mesmo elemento.


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

AFA <small>DESCOBRIMOS O QUE NÃO SE VÊ</small>	Muro 37	Central Solar – Eólica de Pisões	O. 40	DATA <input type="text"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Montalegre, Viade de Baixo e Fervidelas		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	41.730184 -7.899925
TOPÓNIMO	Pormidela	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CMP 45
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	Etnográfica	
TIPO DE SÍTIO	Muro	
CRONOLOGIA	Contemporâneo	
CONTEXTO GEOLÓGICO	Granitos	
TOPOGRAFIA	Cerro – topo, colina	
VISIBILIDADE	Destaca-se medianamente	
CONTROLO VISUAL	Controlo condicionado	
VEGETAÇÃO	Arbustos ou mato denso	
USO DO SOLO	Florestal	
FONTES	Prospecção	
AMEAÇAS	Gado	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	Ausência	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS		
TIPO DE DISPERSÃO		
ACESSIBILIDADE	Caminho de pé posto	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	Prospecção	
BIBLIOGRAFIA		
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	Área de incidência direta. Afetado pela construção do Núcleo Solar do Cruzeiro	



DESCRIÇÃO

Muro de pedra seca limitador de propriedade com cerca de 1,00m de altura. Tem um comprimento de cerca de 100m.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

VALOR ARQUEOLÓGICO	Reduzido	REPRESENTATIVIDADE	Reduzido
VALOR ARQUITETÓNICO	Reduzido	POTENCIAL CIENTÍFICO	Reduzido
VALOR HISTÓRICO	Médio	INTERESSE PÚBLICO	Médio
VALOR ETNOGRÁFICO	Médio	GRAU DE CONSERVAÇÃO	Indeterminado

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	Elevado	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	AIDP
CARÁTER DE IMPACTE	Directo	TIPO DE IMPACTE	Permanente
PROBABILIDADE	Certo	FASE DE OCORRÊNCIA	Construção
NÍVEL DE CONDICIONANTE	2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	K

ANEXO II – REGISTO FOTOGRÁFICO (NAS PEÇAS DESENHADAS APRESENTADAS NO ANEXO V APRESENTA-SE O PONTO DE LOCALIZAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS, DESIGNADAS DE FX, ONDE O X CORRESPONDE AO NÚMERO DA FOTOGRAFIA RESPETIVA E IDENTIFICADA ABAIXO.)



F1 OP1



F2 OP2



F3 OP3



F4 OP3



F5 OP4



F6 OP5



F7 OP6 e OP7



F8 OP8



F9 OP9, OP10 e OP39



F10 OP11



F11 OP12



F12 OP13



F13 OP14



F14 OP15



F15 OP16



F16 OP17



F17 OP18



F18 OP19



F19 OP20



F20 OP21



F21 OP22



F22 OP23



F23 OP24



F24 OP25



F25 OP26



F26 OP27



F27 OP28



F28 OP29



F29 OP30



F30 OP31



F31 OP32



F32 OP33



F33 OP34



F34 OP35



F35 OP36



F36 OP37



F37 OP38



F38 OP40



F39 coordenadas 41.732001 -7.872658



F40 coordenadas 41.732634 -7.875550



F41 coordenadas 41.733707 -7.890182



F42 coordenadas 41.731097 -7.888877



F43 coordenadas 41.727636 -7.889835



F44 coordenadas 41.724926 -7.885174



F45 coordenadas 41.728751 -7.897146



F46 coordenadas 41.728315 -7.892643



F47 coordenadas 41.726004 -7.888908



F48 coordenadas 41.730708 -7.899546



F49 coordenadas 41.747800 -7.881733



F50 coordenadas 41.748356 -7.879393



F51 coordenadas 41.749301 -7.881932



F52 coordenadas 41.752826 -7.883073



F53 coordenadas 41.757924 -7.883004



F53 coordenadas 41.761141 -7.879857



F54 coordenadas 41.762415 -7.878173



F56 coordenadas 41.760555 -7.876815



F57 coordenadas 41.763783 -7.876684



F58 coordenadas 41.765321 -7.877104



F59 coordenadas 41.745608 -7.876267



F60 coordenadas 41.735186 -7.855783



F61 coordenadas 41.727278 -7.849324



F62 coordenadas 41.736683 -7.864162



F63 coordenadas 41.721156 -7.836030



F64 coordenadas 41.726611 -7.825903



F65 coordenadas 41.721636 -7.815732



F66 coordenadas 41.717935 -7.809664



F67 coordenadas 41.711428 -7.836413



F68 coordenadas 41.706643 -7.839787



F69 coordenadas 41.730569 -7.903553



F70 coordenadas 41.735257 -7.907088



F71 coordenadas 41.733275 -7.907421



F72 coordenadas 41.745811 -7.907295



F73 coordenadas 41.728924 -7.883507



F74 coordenadas 41.730326 -7.882416



F75 41.730957 -7.879390



F76 coordenadas 41.729585 -7.877684



F77 coordenadas 41.727770 -7.875958

ANEXO III – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS



C/C
Câmara Municipal de
Montalegre
Boticas

Exmo(a) Sr. (a)
Artur Jorge Rodrigues Fontinha
afontinha@gmail.com

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	S-2022/592163 (C.S:1615277)
		Data	08/09/2022
		Procº n.º	DRCN-DSBC/2022/17-02/1096/PATA/21771 (C.S:240635)
		Cód.Manual	

Assunto: PATA (Prospecção) - Elaboração do descritor Património para o Estudo de Impacto Ambiental da Central Híbrida do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão, Boticas e Montalegre.

Requerente: Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Comunico a V. Ex.^a que por despacho do(a) Sr.(a) Subdiretora Geral do Património Cultural de 02/09/2022, foi emitido parecer **Favorável** sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informação em anexo.

Com os melhores cumprimentos.

Diretor de Serviço dos Bens Culturais

Assinado por: **DAVID JOSÉ DA SILVA FERREIRA**
Num. de Identificação: 10348571
Data: 2022.09.08 18:24:51+01'00'



Direção Regional de Cultura do Norte
Praceta da Carreira
5000-560 Vila Real, PORTUGAL
TEL + 351 259 330 770 | FAX + 351 259 330 779
Endereço eletrónico: geral@culturanoorte.gov.pt
www.culturanoorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

Direção de Serviços dos Bens Culturais
Casa de Ramalde
Rua da Igreja de Ramalde, n.º 1
4149-011 Porto
TEL + 351 226 197 080 | FAX + 351 226 179 385
Endereço eletrónico: dbsc.drcn@culturanoorte.gov.pt
www.culturanoorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

3

Assunto : PATA (Prospecção) - Elaboração do descritor Património para o Estudo de Impacto Ambiental da Central Híbrida do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão, Boticas e Montalegre.

Requerente : Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Local : Alto Rabagão Boticas e Montalegre

**Servidão
Administrativa :**

Inf. n.º: S-2022/590898 (C.S:1612320)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRCN-DSBC/2022/17-02/1096/PATA/21771
(C.S:240635)

Data Ent. Proc.: 25/07/2022

Subdiretora Geral do Património Cultural, Rita Jerónimo a 02/09/2022

Aprovo.

Diretor de Serviço dos Bens Culturais, David José da Silva Ferreira a 24/08/2022

Proponho a autorização do PATA. À DGPC.

DSBC/2022-1096

Assunto: Elaboração do Descritor Património para o Estudo de Impacte Ambiental (Projeto de Execução) da Central Híbrida do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão, Boticas e Montalegre. Pedido de Autorização para a realização de Trabalhos Arqueológicos

Re q: EDP Renewables

Arqueólogo: Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Foi apresentado pelo Dr. Artur Jorge Rodrigues Fontinha um pedido de autorização e respetiva documentação complementar referente à realização de uma intervenção arqueológica no âmbito da elaboração do Descritor Património do Estudo de Impacte Ambiental, na sua fase de Projeto de Execução, da Central Híbrida do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão, Boticas e Montalegre. É indicado que a entidade enquadrante é a empresa AFA - ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO (Artur Fontinha – Arqueologia, Unipessoal, Lda).

O empreendimento, abrangendo a freguesia de Negrões, a freguesia de Vila da Ponte e a união das freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, no concelho de Montalegre, e a união das freguesias de Alturas do Barroso e Cerdedo, no concelho de Boticas, contempla uma central fotovoltaica, distribuída por 3 núcleos, e um parque eólico conta com 5 aerogeradores. O projeto também integra uma subestação de 30/150kV, nas imediações da subestação do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão, e um posto de corte 30 kV, implantado junto ao aerogerador nº 2.

Direção Regional de Cultura do Norte
Praceta da Carreira
5000-560 Vila Real, PORTUGAL
TEL + 351 259 330 770 | FAX + 351 259 330 779
Endereço eletrónico: geral@culturanorte.gov.pt
www.culturanorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

Direção de Serviços dos Bens Culturais
Casa de Ramalde
Rua da Igreja de Ramalde, n.º 1
4149-011 Porto
TEL + 351 226 197 080 | FAX + 351 226 179 385
Endereço eletrónico: dsbc.drcn@culturanorte.gov.pt
www.culturanorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

3

Ambos os núcleos, eólico e fotovoltaico, serão ligados à subestação de 30/150kV através de valas de cabos subterrâneas e linhas elétricas aéreas de 30kV, tendo uma extensão de cerca de 12 km.

O presente PATA considera as áreas de incidência direta e de incidência indireta deste projeto.

Está contemplada a realização de uma fase prévia para pesquisa bibliográfica, documental e cartográfica, assim como a consulta dos Instrumentos de Gestão do Território em vigor para a área em estudo e de bases de dados de entidades oficiais, com o intuito de obter um inventário de todos os sítios com interesse patrimonial situados na referida área.

A esta fase de trabalho suceder-se-á a prospeção arqueológica sistemática da área de incidência do projeto, de modo a relocalizar todos os elementos previamente compulsados. Deste trabalho resultará a descrição, cartografia com localização dos sítios à escala 1:25.000, com georreferenciação dos limites externos das manchas de dispersão de materiais arqueológicos que vierem a ser identificados, incluindo a indicação sobre as distâncias de cada ocorrência relativamente às áreas de afetação direta e indireta do projeto, e o competente registo fotográfico, numa ficha de sítio previamente elaborada para o efeito. De igual modo, será efetuada a avaliação patrimonial dos sítios identificados e avaliação do grau de afetação dos locais com interesse patrimonial, com o objetivo de proceder à hierarquização da sua importância científica e patrimonial. Será, ainda, apresentada uma proposta de medidas de minimização, de carácter geral e específico.

Da análise efetuada, consideram-se reunidos os elementos necessários à aprovação do pedido de trabalhos arqueológicos, pelo que se propõe a emissão de parecer Favorável ao mesmo.

À consideração superior
O Técnico Superior
Paulo Amaral

ANEXO IV – FICHA DE SÍTIO

Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico

(para acompanhar o relatório)

Sítio Arqueológico

Designação

Central Solar – Eólica de Pisões

Distrito Concelho

Freguesia Lugar

C.M.P. 1:25.000 folha n.º Altitude (m)

Coordenada X Coordenada Y

Tipo de sítio *

Período cronológico *

Descrição do sítio (15 linhas)

A Central Híbrida do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão (CHAR), será construída com vista ao aproveitamento da potência de injeção na rede elétrica disponível na Central Hidroelétrica do Alto Rabagão, de forma compatível com a intermitência do seu funcionamento, formando-se assim um sistema híbrido de produção de energia, rentabilizando infraestruturas existentes.
O projeto da CHAR localiza-se no distrito de Vila Real, concelhos de Montalegre e Boticas e nas respetivas freguesias de Negrões, Vila da Ponte e União das freguesias de Via de Baixo e Fervidelas (Montalegre), e Alturas do Barroso e Cerdedo (Boticas).
A CHAR terá uma potência instalada de cerca de 71,5 MWac, que se distribui entre uma componente eólica e outra fotovoltaica. A configuração estimada da CHAR apresenta-se na Figura que segue em anexo. A área de estudo considerada para a instalação da CHAR, corresponde à totalidade das áreas apresentadas na Figura e permitirá instalar até 63,6 MWp de potência fotovoltaica e 22,5 MW de potência eólica.
A área disponível para implantação da central fotovoltaica está distribuída por 3 núcleos, no concelho de Montalegre e a área disponível para instalação do parque eólico contempla apenas 1 núcleo, situado em

Bibliografia

ALARCAO, J. (1998), Roman Portugal, Aris & Philips Ltd, Warminster;
ALMEIDA, C. A. F. (1978), Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho, Dissertação de doutoramento, 2 volumes, edição policopiada, Porto;
ALMEIDA, C. A. F. De (1978), Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: Desde as Origens a 1220. Porto;
ALMEIDA, C. A. F. De (1986), História da Arte em Portugal. O Românico. Lisboa Publicações Alfa;

Proprietários

Classificação *

Decreto

Estado de conservação * Uso do solo *

Ameaças * Protecção/Vigilância *

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

Acessos

EM

Descrição do Espólio

Neste estudo não foram identificados vestígios de materiais arqueológicos.

Local de depósito -

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável Artur Fontinha

Tipo de trabalho * Prospecção

Datas: de início 09.09.22 de fim 30.06.23 duração (em dias) 22

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

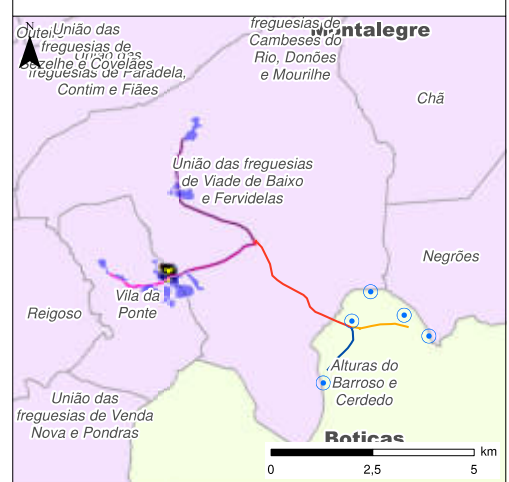
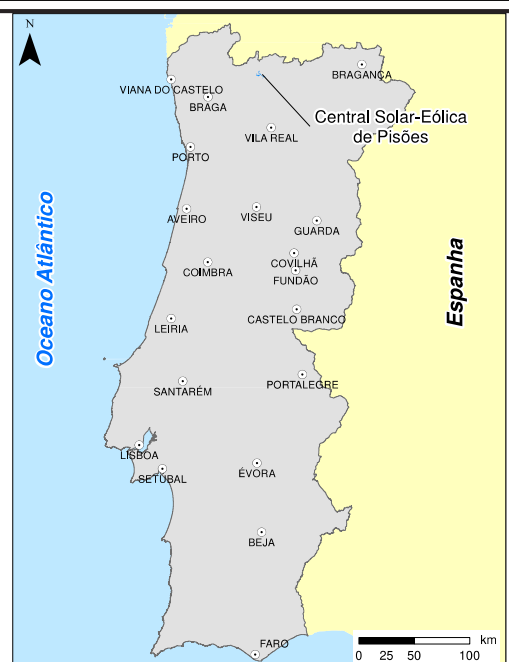
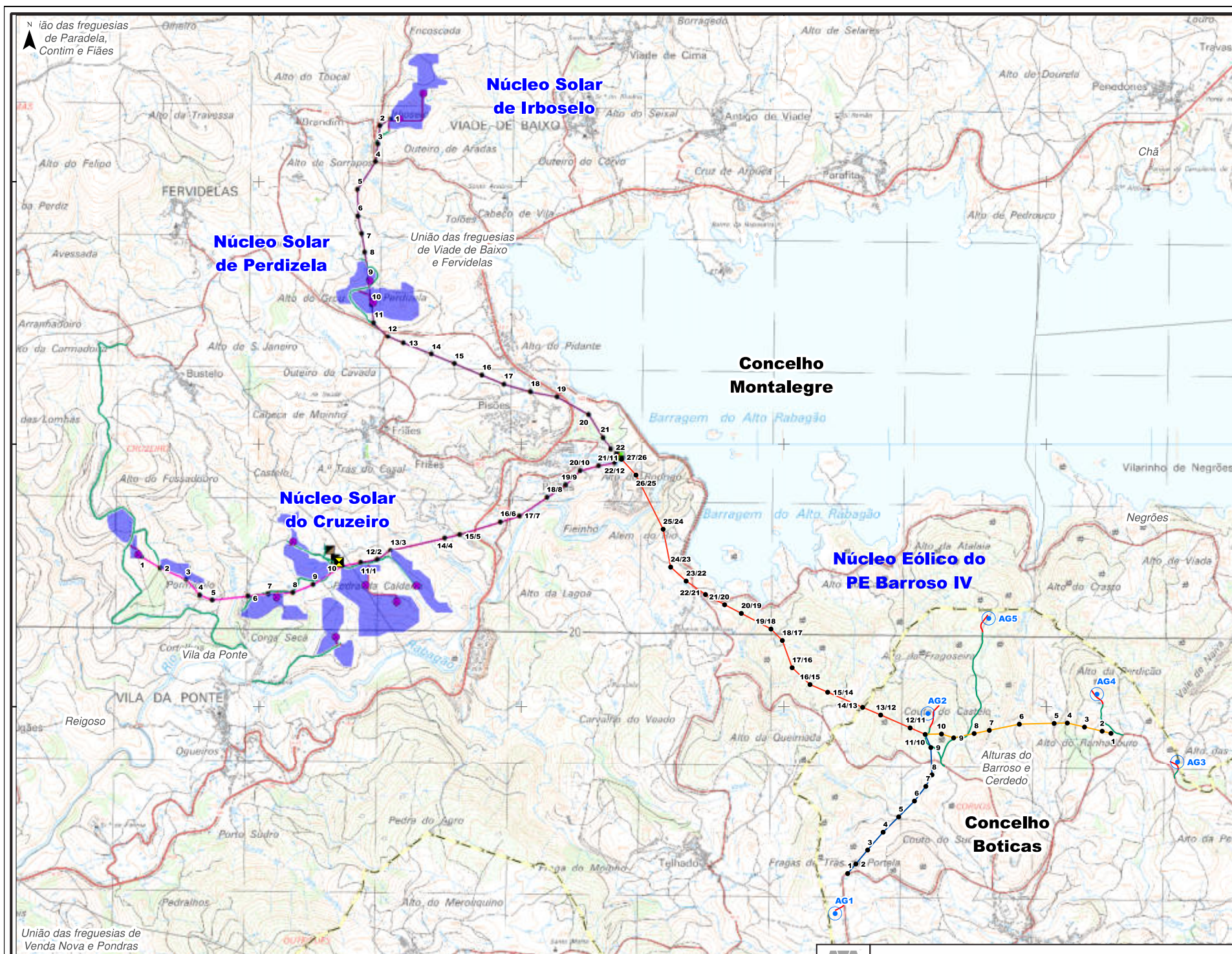
Este relatório pretende efectuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação da freguesia a que pertence a área do projecto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados. Neste âmbito foram analisadas as áreas de implantação. Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afectas à empreitada.

Resultados (15 linhas)

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico. - Medidas de minimização de carácter geral: Medida de classe J - Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido. - Medidas de minimização de carácter específico: Para as Ocorrências Patrimoniais OP1 e OP2 recomendam-se as medidas de minimização de classe E e classe G: Medida de classe E - Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo Medida de classe G - Sempre que a fase de projecto permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto. Deve ser criada uma área de proteção de 50m do limite da Ocorrência Patrimonial. Para a Ocorrência Patrimonial OP3, recomenda-se a medida de minimização de classe J: Medida de classe J - Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido. Para as Ocorrências Patrimoniais de OP4 a OP40 recomendam-se as medidas de minimização de classe K: Medida de classe K - Qualquer demolição ou alteração das ocorrências identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo gráfico e fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo.

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

ANEXO V – DESENHOS TÉCNICOS

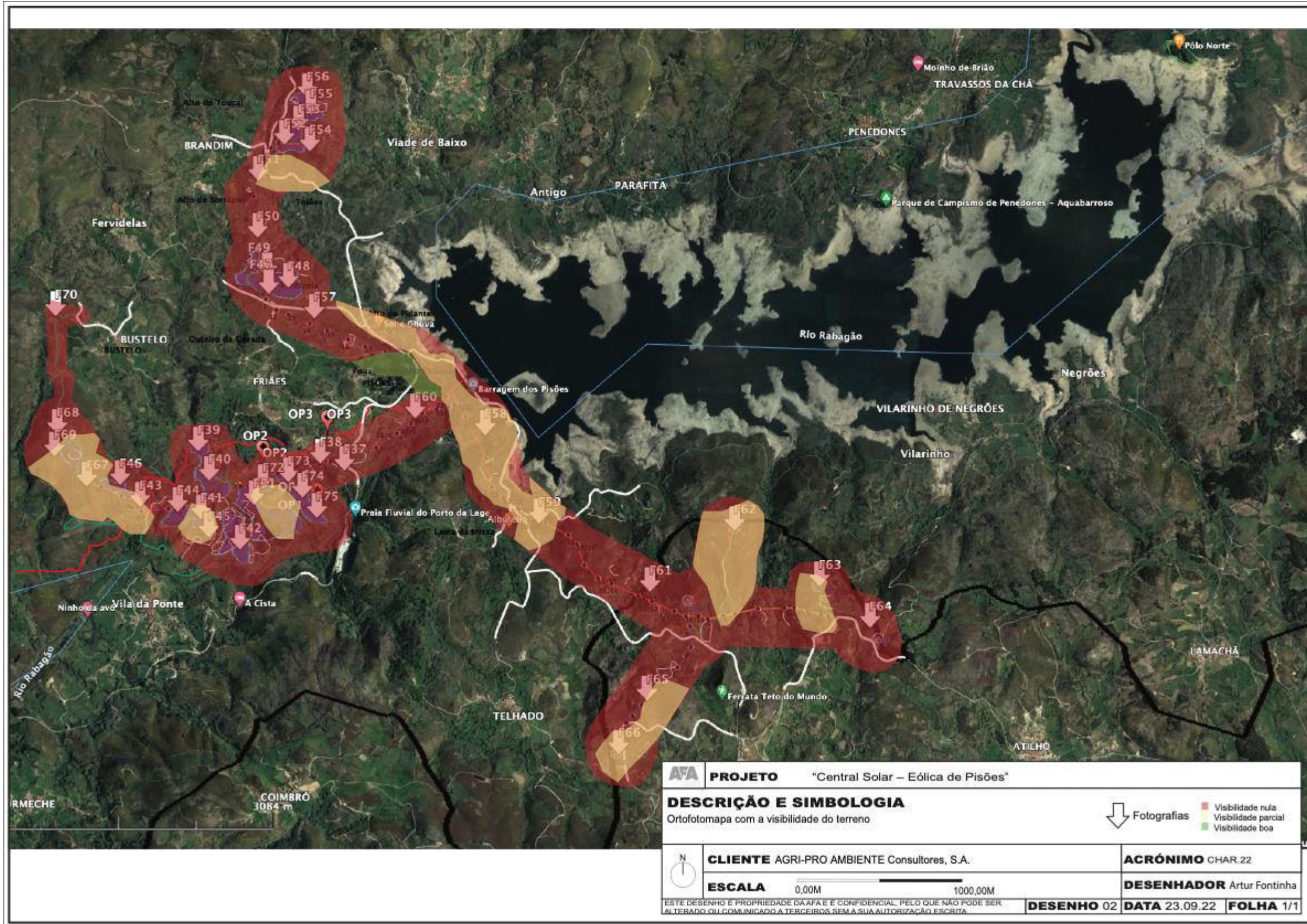


Fonte: (Cartografia de Base)
Instituto Geográfico do Exército, Cartas Militares de Portugal da Série M888 à escala 1:25.000: Folha 31 - Outeiro (Montalegre), 3.ª edição de 2013; Folha 32 - Montalegre, 3.ª edição de 2013; Folha 44 - Ruivães (Vieira do Minho), 3.ª edição de 2013 e Folha 45 - Alturas do Barroso, 3.ª edição de 2013.
Elementos cartográficos cedidos pela EDPR ENVIRONMENTAL
Licença de Utilização n.º 100/20 21.

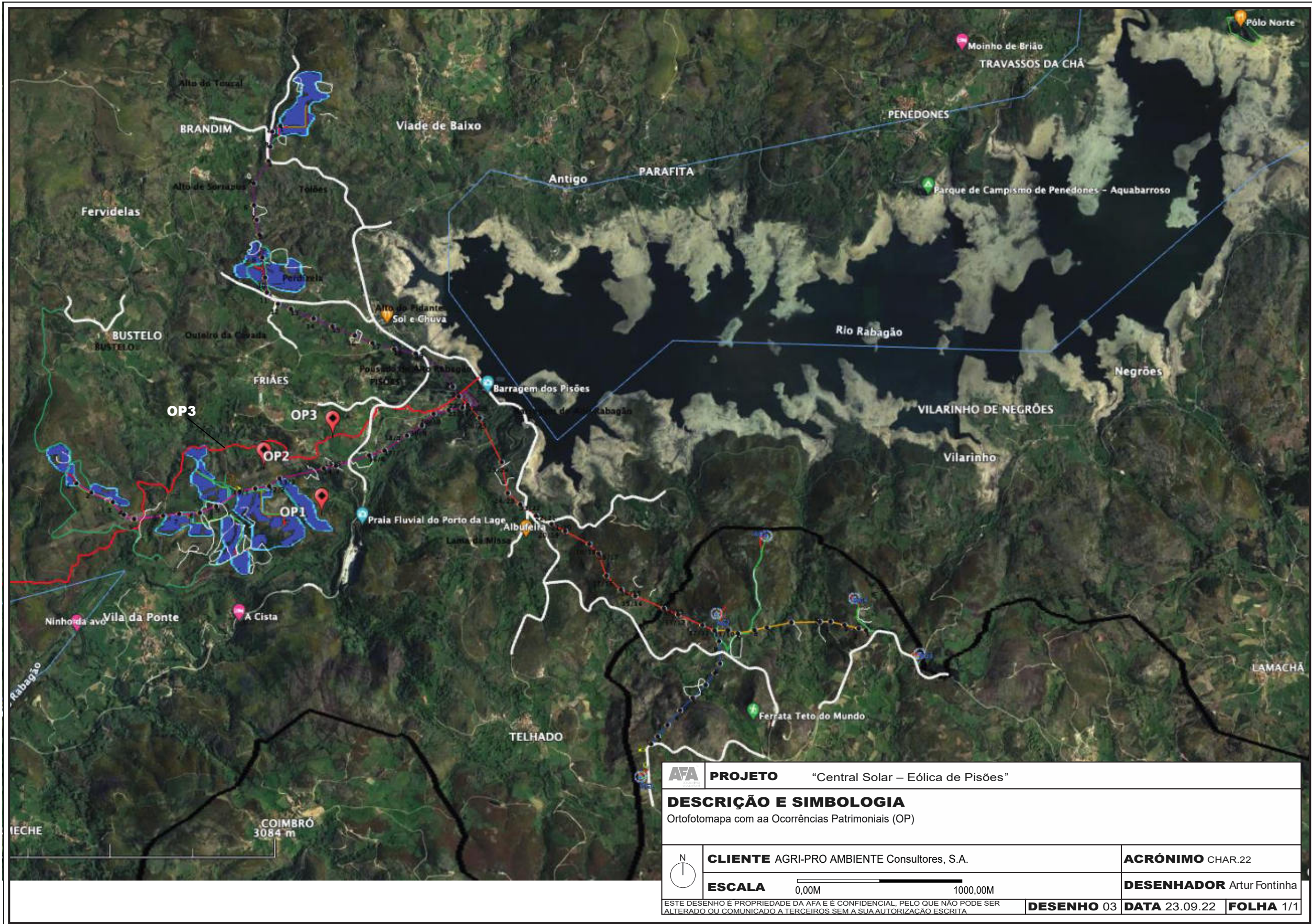


Central Solar-Eólica de Pisões		Núcleo Eólico	
Núcleo Solar		● Aerogerador (AG#)	
■ Área útil de implantação do núcleo solar	— Linha a 30 kV NS Irbosele e Perdizela - Alto Rabagão	— Linha a 30 kV PE Barroso IV	— Linha a 30 kV PE Barroso IV
● Centro de transformação unitária	— Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)	— Linha a 30 kV PE Barroso IV	— Linha a 30 kV PE Barroso IV
■ Subestação 30/60kV	--- Troço Subterrâneo	--- Troço Subterrâneo	--- Troço Subterrâneo
	● Apoio (#)	● Apoio (#)	● Apoio (#)
	— Acesso a construir	— Acesso a construir	— Acesso a construir
	— Acesso existente a beneficiar	— Acesso existente a beneficiar	— Acesso existente a beneficiar
	■ Estaleiro	■ Estaleiro	■ Estaleiro
	■ Área de armazenamento	■ Estaleiro	■ Estaleiro

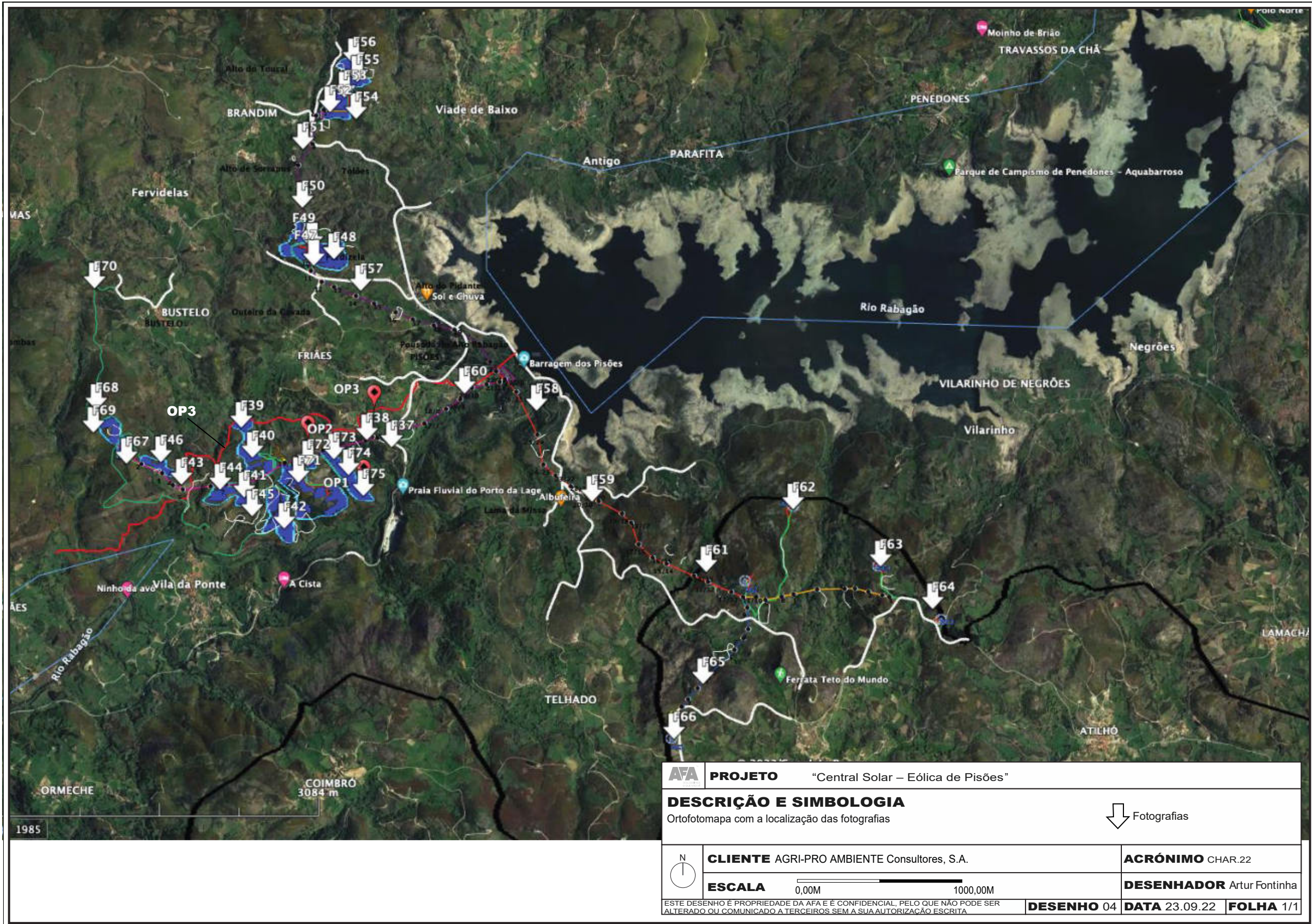
AFA	PROJETO "Central Solar – Eólica de Pisões"
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Excerto da "Carta Militar de Portugal" (1999), Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 32, 45	
CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.	ACRÓNIMO CHAR.22
ESCALA 1/25000	DESENHADOR Artur Fontinha
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA	
DESENHO 01	DATA 20.07.22 FOLHA 1/1

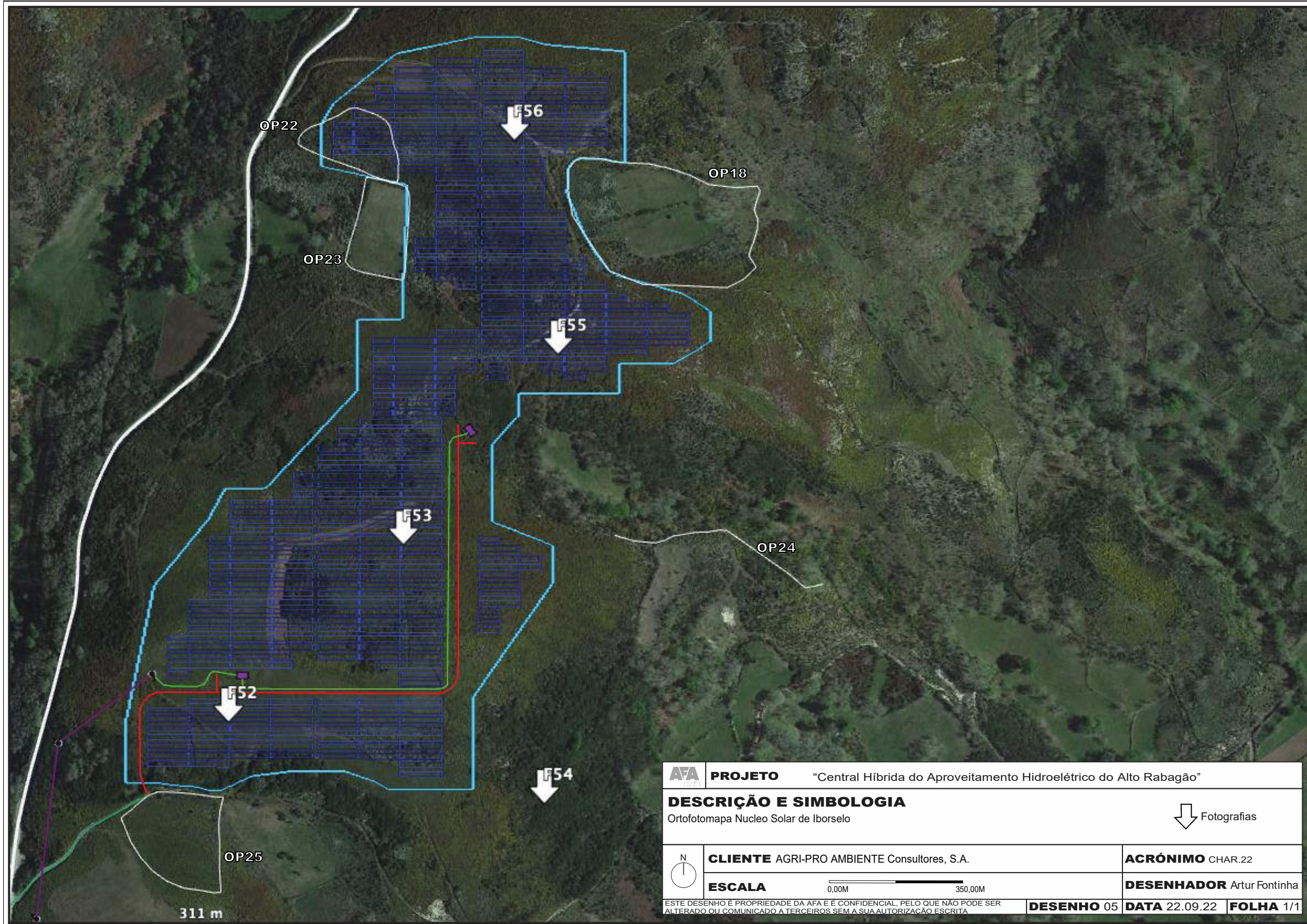


AFA	PROJETO	"Central Solar – Eólica de Pisões"	
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA			
Ortofotomapa com a visibilidade do terreno		↓ Fotografias	■ Visibilidade nula ■ Visibilidade parcial ■ Visibilidade boa
N	CLIENTE	AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.	
	ESCALA	0,00M	1000,00M
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.		DESENHO 02	DATA 23.09.22 FOLHA 1/1
		ACRÓNIMO	CHAR.22
		DESENHADOR	Artur Fontinha

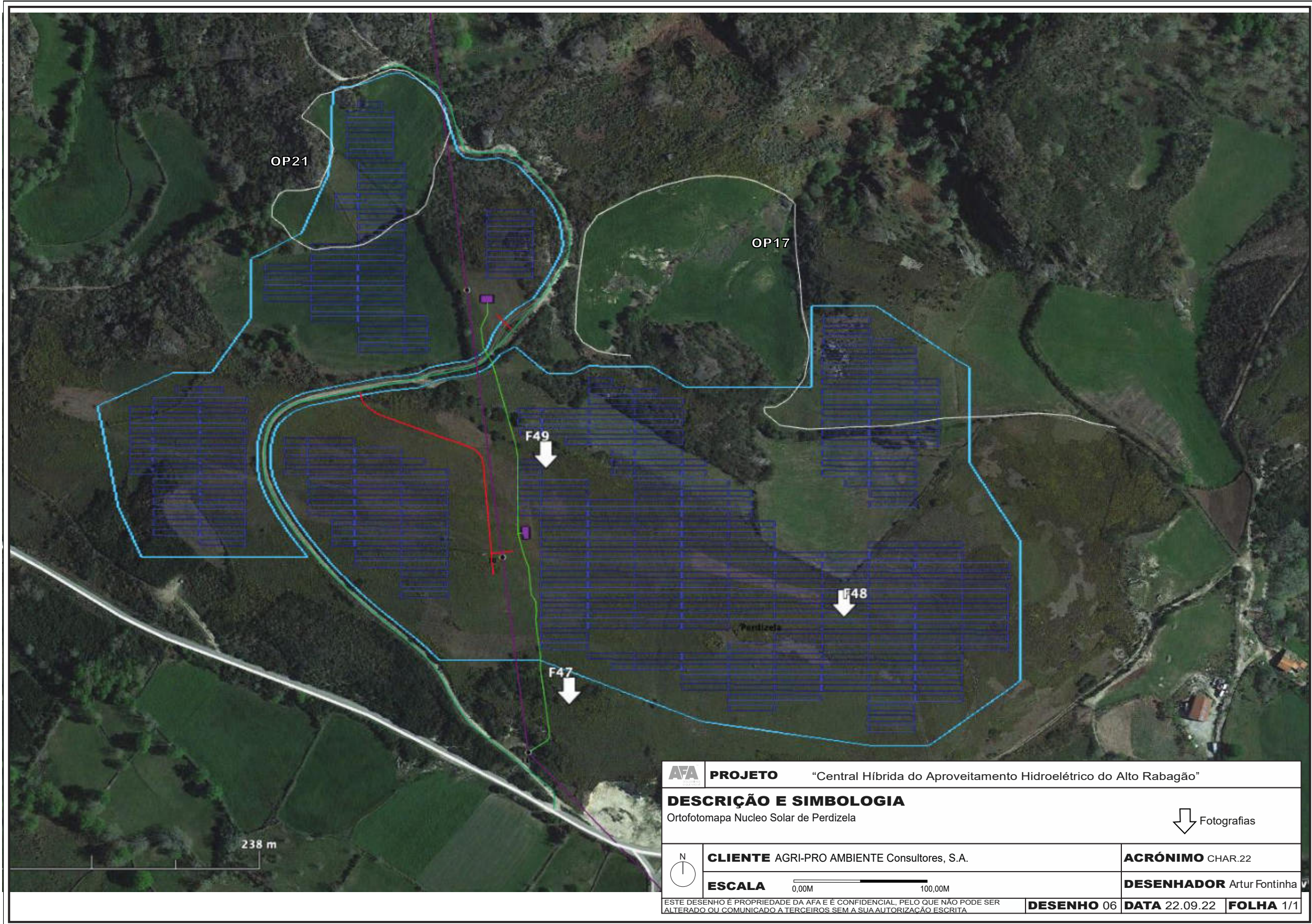


		PROJETO "Central Solar – Eólica de Pisões"	
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Ortofotomapa com as Ocorrências Patrimoniais (OP)			
	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.		ACRÓNIMO CHAR.22
	ESCALA 0,00M ————— 1000,00M		DESENHADOR Artur Fontinha
<small>ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.</small>		DESENHO 03	DATA 23.09.22 FOLHA 1/1

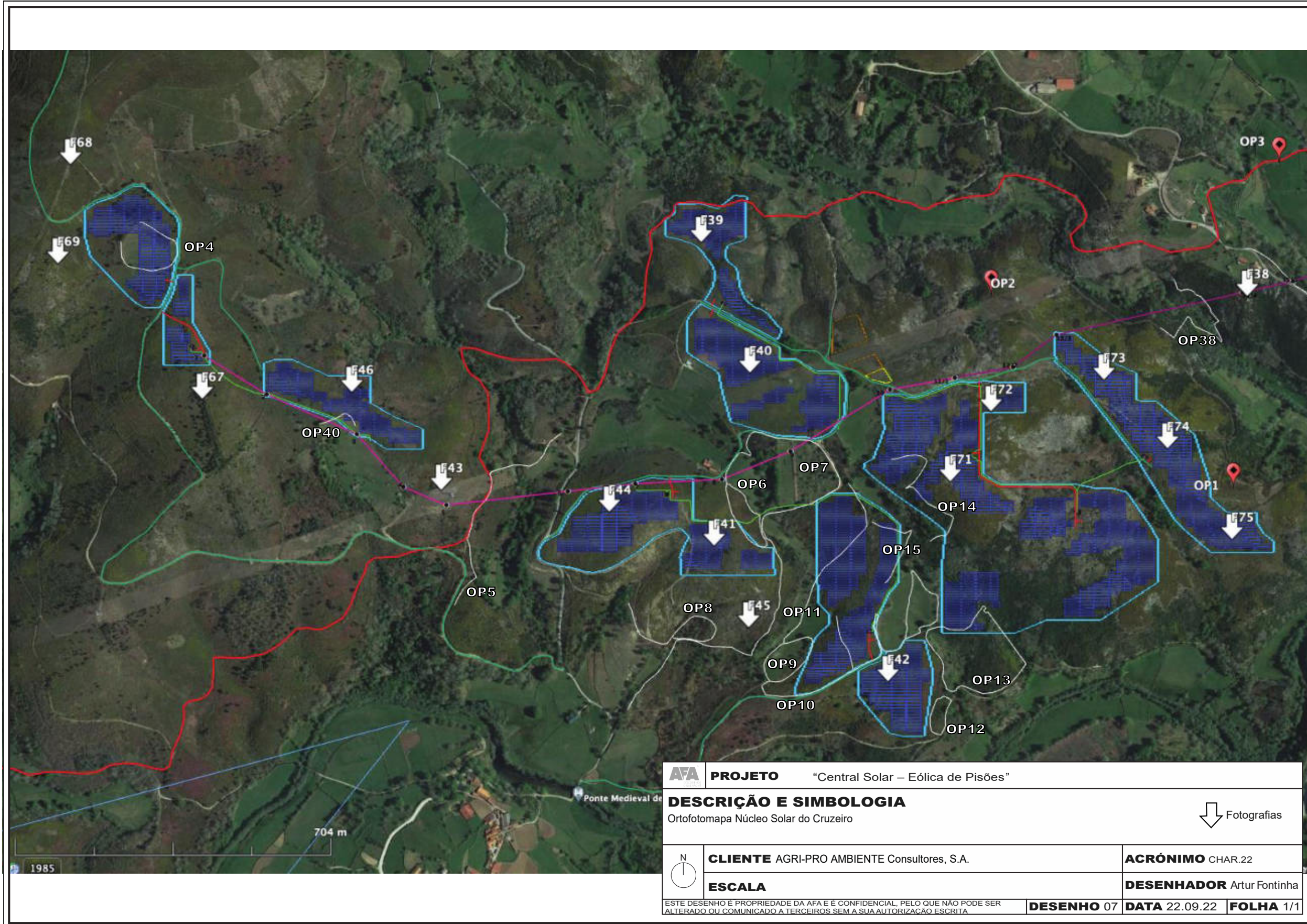




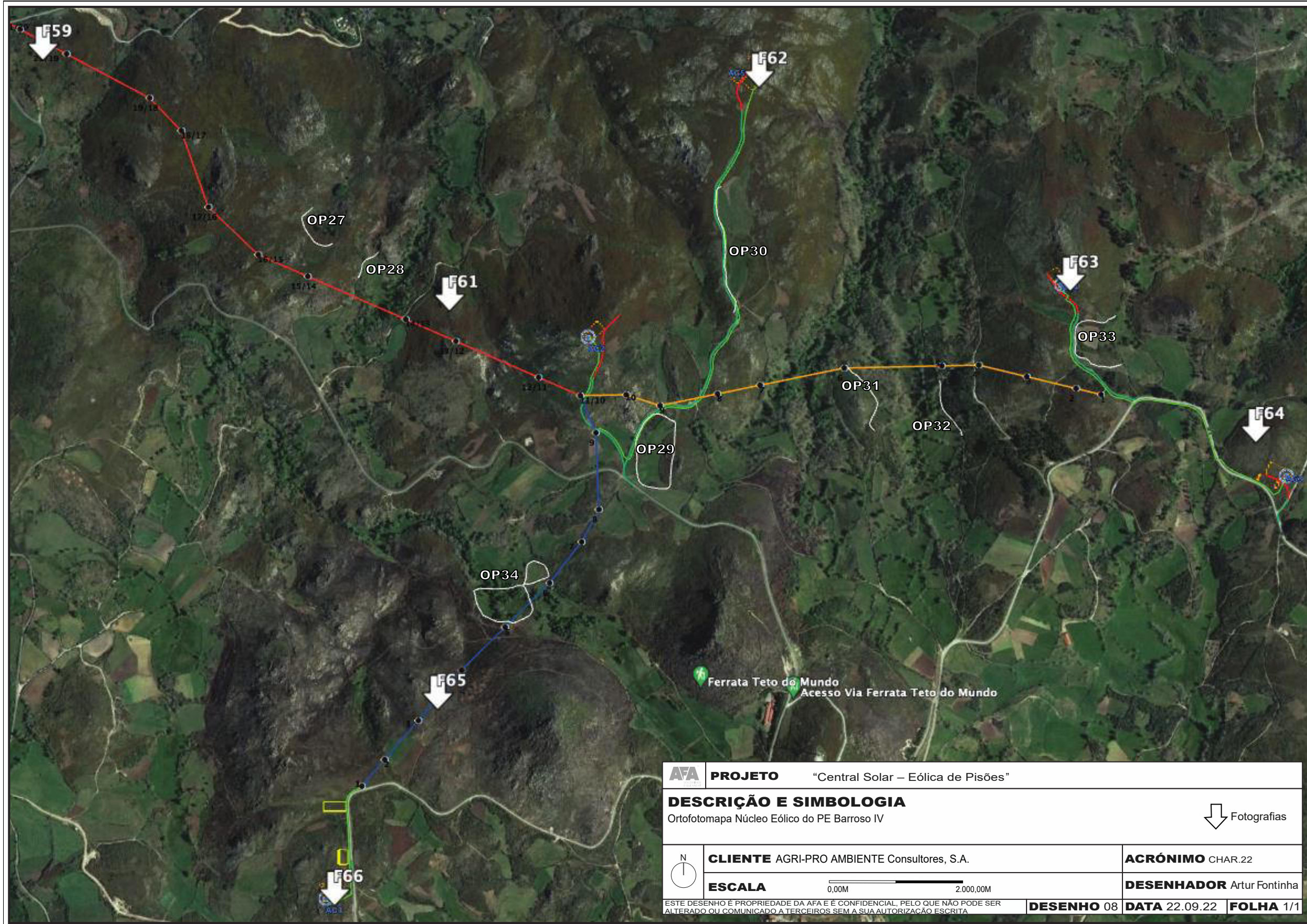
AFA		PROJETO	"Central Híbrida do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão"	
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA				
Ortofotomapa Nucleo Solar de Iborselo				↓ Fotografias
N	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.		ACRÓNIMO CHAR.22	
ESCALA	0,00M 350,00M		DESENHADOR Artur Fontinha	
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA			DESENHO 05	DATA 22.09.22 FOLHA 1/1



AFA	PROJETO "Central Híbrida do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão"	
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Ortofotomapa Nucleo Solar de Perdizela		↓ Fotografias
N ↑	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.	ACRÓNIMO CHAR.22
	ESCALA 0,00M ————— 100,00M	DESENHADOR Artur Fontinha
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA		DESENHO 06 DATA 22.09.22 FOLHA 1/1



		PROJETO "Central Solar – Eólica de Pisões"	
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Ortofotomapa Núcleo Solar do Cruzeiro			
		Fotografias	
CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.		ACRÓNIMO CHAR.22	
ESCALA		DESENHADOR Artur Fontinha	
<small>ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA</small>		DESENHO 07	DATA 22.09.22
		FOLHA 1/1	



PROJETO "Central Solar – Eólica de Pisões"	
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Ortofotomapa Núcleo Eólico do PE Barroso IV	
Fotografias	
	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.
ESCALA	0,00M ————— 2,000,00M
<small>ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.</small>	
DESENHO 08	DATA 22.09.22
FOLHA 1/1	ACRÓNIMO CHAR.22 DESENHADOR Artur Fontinha

ANEXO 8

LISTA DE MEDIDAS E PLANOS PARA A FASE DE CONSTRUÇÃO

(página intencionalmente deixada em branco)



ANEXO 8.1

PLANO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL

(página intencionalmente deixada em branco)

CENTRAL SOLAR-EÓLICA DE PISÕES

PLANO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL

ÍNDICE DE PORMENOR

MEMÓRIA DESCRITIVA

1. Introdução.....	1
2. Breve descrição do Projeto.....	2
2.1 Infraestruturas Previstas.....	2
2.2 Programação das Obras.....	3
3. Entidades intervenientes no acompanhamento ambiental e respetivas responsabilidades.....	9
3.1 Calendarização do Acompanhamento Ambiental e Arqueológico da Obra	12
3.2 Conteúdo dos relatórios a elaborar.....	13
4. Identificação das medidas de minimização aplicáveis à obra.....	14

ANEXOS

Anexo I – Lista de Medidas Ambientais Aplicável à Empreitada de Construção da Central Solar-Eólica de Pisões

Anexo II – Plano de Gestão de Resíduos (PGR)

Anexo III – Planta Geral e de Condicionamentos

Anexo IV – Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI) (inclui Planta de Recuperação)

Versão	Data	Descrição da Alteração
01	Set-23	1ª Edição

(página intencionalmente deixada em branco)

CENTRAL SOLAR-EÓLICA DE PISÕES

PLANO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DESCRITIVA

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Plano de Acompanhamento Ambiental (PAA) de construção da **Central Solar-Eólica de Pisões**, cuja implementação é da responsabilidade do Dono da Obra, a EDP Gestão da Produção de Energia, S.A..

Este documento funciona como um compromisso do Dono de Obra, no sentido de assegurar o cumprimento das medidas de minimização previstas no Estudo de Impacte Ambiental para a fase de construção.

O Dono da Obra integrará ainda no Contrato da obra as medidas de minimização para a fase de construção (**Anexo I**), o Plano de Gestão de Resíduos (**Anexo II**), a Declaração de Impacte Ambiental emitida para o projeto, bem como a Planta Geral e de Condicionamentos e o Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas, que inclui a Planta de Recuperação (**Anexo III** e **Anexo IV** deste documento, respetivamente), comprometendo desta forma o empreiteiro à sua implementação.

De referir que após a concretização da obra, e num prazo de 2 anos, o Dono de Obra irá proceder ao acompanhamento do revestimento natural, de modo a verificar o sucesso da recuperação da flora e vegetação nas superfícies intervencionadas, sendo elaborado no final um relatório de verificação ambiental.

Assim, o acompanhamento ambiental irá também consistir num serviço de assistência técnica ambiental, dirigido para a fiscalização e aplicação das medidas de minimização por parte do empreiteiro durante a fase de execução da obra. Esta fiscalização abrange também o acompanhamento arqueológico.

O PAA, para além de indicar quais as entidades intervenientes no processo de acompanhamento ambiental e quais as suas responsabilidades, estabelece os procedimentos que a equipa de acompanhamento ambiental terá de realizar, de forma a concretizar os seguintes objetivos principais:

- Verificação do cumprimento, por parte do empreiteiro, das medidas de minimização da fase de construção.
- Correção de inconformidades detetadas no decorrer da obra.
- Assegurar o cumprimento da legislação ambiental em vigor.
- Adaptação de medidas de minimização e/ou implementação de outras medidas mais ajustadas a situações concretas ou imprevistas durante o decorrer da obra.

- Assegurar a verificação da recuperação ambiental durante os dois primeiros anos de exploração da central.

Importa referir que o presente Plano é um documento dinâmico, que poderá sofrer ajustes decorrentes da DIA a emitir e, ainda, do desenvolvimento da empreitada.

2. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1 Infraestruturas Previstas

O projeto da Central Solar-Eólica de Pisões (CSEP), de 83,9 MW, será composto por dois centros produtores principais, de diferente tipologia, nomeadamente por uma central solar fotovoltaica, repartida por três núcleos solares (NS), e uma central eólica, composta por cinco aerogeradores.

Os núcleos solares são: o núcleo solar (NS) de Cruzeiro, mais a sul/poente e, maioritariamente, na freguesia de Vila da Ponte, e o NS de Irboselo e NS de Perdizela, mais a norte/nascente, na união de freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas. O NS de Cruzeiro é constituído por 10 áreas vedadas com uma área total de 59,9 ha. O NS de Irboselo é constituído por uma área vedada com uma área total de 13,4 ha. O NS de Perdizela é constituído por 2 áreas vedadas com uma área total de 15,9 ha.

A **central solar fotovoltaica** é fundamentalmente composta pelos seguintes elementos:

- Equipamento de geração
 - Módulos fotovoltaicos
 - Estruturas para fixação dos módulos
 - Inversores
- Instalações elétricas
 - Rede interna de distribuição de energia (baixa tensão)
 - Rede interna de distribuição de energia (média tensão)
 - Postos de transformação e seccionamento
- Vedação
- Acessos

A **central eólica** é, por sua vez, composta pelos seguintes elementos:

- Equipamento de geração
 - Aerogeradores
- Instalações elétricas
 - Rede interna de distribuição de energia (vala de cabos)
 - Posto de corte
- Acessos

Há, ainda, a considerar a rede interna de distribuição de energia a 30 kV (média tensão), composta pelas seguintes **linhas aéreas**:

- Linha NS Cruzeiro – Alto Rabagão
- Linha NS Irboselo e NS Perdizela – Alto Rabagão
- Linha Núcleo Eólico Barroso – Alto Rabagão

Estas linhas aéreas efetuam ligação ao **edifício de equipamentos elétricos (30/150 kV)** a construir na subestação do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Rabagão, ponto de ligação à RESP.

Previamente à execução das obras será efetuada uma visita para reconhecimento do projeto no terreno que contará com a participação do Dono da Obra, do respetivo empreiteiro e da equipa de fiscalização ambiental e arqueológica. Nesta visita participam também a Equipa de Fiscalização das obras civil e elétrica, bem como a Equipa responsável pela Segurança e Saúde.

2.2 Programação das Obras

Neste ponto apresenta-se a programação temporal dos trabalhos prevista para a fase de construção do empreendimento, realçando-se, no entanto, a atenção para o facto de ser um cronograma indicativo pois este depende significativamente das condições climatéricas.

Prevê-se um período de construção de cerca de 19 meses. As intervenções de maior vulto e mais generalizadas a nível do sítio estima-se que apresentem uma duração de cerca de 10 meses, tendo em atenção que as primeiras semanas consideradas se destinam, essencialmente, a garantir os acessos aos sítios e à instalação dos respetivos estaleiros de apoio à obra.

As últimas semanas correspondem fundamentalmente a trabalhos de modelação final dos terrenos nos locais onde ocorreram movimentos de terras e à subsequente recuperação paisagística, ao melhoramento dos acessos utilizados durante a fase de construção, bem como aos ensaios dos equipamentos.

No **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** apresenta-se a programação temporal dos trabalhos previstos.

Quadro 1 – Programação temporal da fase de construção da CSEP

Núcleo Solar	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19
Construção dos NS																			
0. Desmatamento / Desarborização																			
1. Mobilização e Trabalhos Prévios de Condicionamento																			
2. Obras Cíveis - Acessos, Plataformas e Valas de Cabos																			
3. Instalação e Montagens																			
4. Comissionamento e Ensaios																			
5. Recuperação Ambiental/Paisagística																			
6. Receção Provisória																			
Número de trabalhadores em obra	5	10	15	25	25	35	50	75	100	100	150	150	150	150	100	75	50	50	25

(Cont.)

Núcleo Eólico	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19
Construção do PE																			
0. Desmatação / Desarborização																			
1. Montagem de Estaleiro																			
2. Obras Civas																			
3. Equipamentos e Instalações Elétricas - Rede Interna de MT																			
4. Aero geradores - Montagens e verificações prévias																			
5. Recuperação Ambiental/Paisagística																			
6. Ensaio e Período Experimental																			
7. Receção Provisória																			
Número de trabalhadores em obra	5	10	20	20	20	25	25	30	30	30	20	10	5						

(Cont.)

Edifício de equipamentos elétricos	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19
Construção do edifício de equipamentos elétricos																			
0. Desmatção / Desarborização																			
1. Início da Obra																			
2. Construção Civil																			
3. Instalações Elétricas																			
4. Comissionamento e Ensaio																			
5. Recepção provisória																			
Número de trabalhadores em obra		5	8	15	15	15	25	25	15	15	15	15	10	8					

3. ENTIDADES INTERVENIENTES NO ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL E RESPETIVAS RESPONSABILIDADES

São intervenientes no processo de acompanhamento ambiental as seguintes entidades:

- Dono da Obra;
- Empreiteiro;
- Equipa de Acompanhamento Ambiental (incluindo acompanhamento arqueológico).

Apresenta-se em seguida uma descrição das competências e responsabilidades das entidades acima referidas.

Dono de Obra

O Dono da Obra constitui a primeira entidade com obrigações e responsabilidades ao nível de Acompanhamento Ambiental, nomeadamente:

- Garantir o cumprimento da DIA;
- Fornecer o PAA às entidades intervenientes no Acompanhamento Ambiental;
- Contratar a Equipa de Acompanhamento Ambiental (EAA);
- Acompanhar a implementação do PAA;
- Atualizar a Planta Geral e de Condicionamentos da central, sempre que se venham a identificar elementos que justifiquem a sua salvaguarda;
- Estar presente sempre que necessário, nas reuniões periódicas de Acompanhamento Ambiental;
- Informar sobre o início da construção e instalação do Projeto às entidades com jurisdição na área de implantação do projeto;
- Garantir as condições de acessibilidade e operação dos meios de socorro;
- Cumprir rigorosamente as disposições constantes na Circular de Informação Aeronáutica n.º 10/03, de 6 de Maio, do Instituto Nacional de Aviação Civil, no que se refere às “Limitações em Altura e Balizagem de Obstáculos Artificiais à Navegação Aérea”;
- Divulgar a informação aos restantes intervenientes na Obra, nomeadamente de eventuais comunicações de entidades externas (ex: entidades oficiais) que possam ter implicações no processo de Acompanhamento Ambiental;
- Assegurar o cumprimento de todos os procedimentos ambientais previstos no Caderno de Encargos, nomeadamente os que se encontram definidos no PAA, Listas de Medidas de Minimização, PGR e PRAI;
- Remeter à Autoridade de AIA os relatórios de Acompanhamento Ambiental;
- Assegurar a correta implementação do PRAI durante a fase final da obra e monitorizar a recuperação ambiental de todas as áreas intervencionadas.

Empreiteiro

No início da obra o Empreiteiro deverá designar o Responsável Ambiental de Obra.

Constituem obrigações e responsabilidades do Empreiteiro extensíveis a todos os subcontratados que possam intervir na obra:

- Garantir os recursos necessários para uma adequada Gestão Ambiental da Obra;
- Manter o Dono da Obra e a EAA informada quanto à calendarização e evolução da obra;
- Assegurar o cumprimento de toda a legislação em vigor, em matéria de ambiente, aplicável à empreitada;
- Cumprir o Plano de Gestão de Resíduos (PGR) constante do Projeto de Execução.
- Implementar o Plano de Gestão de Resíduos, assegurando que o processo de recolha/transporte/destino final dos resíduos é efetuado por empresas devidamente acreditadas e cumpre o estipulado na legislação em vigor;
- Designar o Gestor de Resíduos que fará esta gestão ao longo de todas as frentes de obra, como recolha e acondicionamento temporário no estaleiro, transporte e destino final, recorrendo para o efeito a operadores licenciados;
- O Gestor de Resíduos será responsável pela formação e sensibilização dos colaboradores afetos à obra em assuntos relacionados com a gestão de resíduos;
- Implementar as medidas de minimização, aplicáveis à sua atividade, e previstas no PAA;
- Previamente a qualquer intervenção no terreno e com a supervisão e orientação do técnico de acompanhamento arqueológico, delimitar os sítios arqueológicos da PGC que se situem perto do local de implantação do projeto;
- Respeitar os condicionamentos constantes da Planta Geral e de Condicionamentos, bem como os resultantes de eventuais atualizações da mesma;
- Implementar medidas corretivas que venham a ser recomendadas pela EAA e aprovadas pelo Dono da Obra;
- Reportar à EAA e ao Dono da Obra eventuais reclamações e/ou queixas que lhes venham a ser dirigidas;
- Assegurar que a informação relativa ao Acompanhamento Ambiental é do conhecimento de todos os trabalhadores da obra, incluindo eventuais subempreiteiros;
- Comunicar e sensibilizar os subempreiteiros e todos os trabalhadores em obra para a necessidade e importância de serem cumpridos todos os requisitos ambientais que lhes sejam aplicáveis;
- Dar conhecimento à EAA de todas as dificuldades que, eventualmente, possam vir a ser sentidas na implementação das medidas de minimização recomendadas nos PAA e PGR, ou outras que eventualmente possam vir a ser recomendadas no decorrer da obra;
- Aplicar e cumprir o PRAI.

- Estar presente em todas as reuniões com relevância para o Acompanhamento Ambiental.

Equipa de Acompanhamento Ambiental e Arqueológico

A Equipa de Acompanhamento Ambiental deverá incluir, pelo menos, um técnico de acompanhamento ambiental, e um técnico de acompanhamento arqueológico, que será previamente autorizado pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Sempre que se revele necessário, a equipa de acompanhamento ambiental será reforçada por técnicos especialistas.

O técnico de **Acompanhamento Ambiental** é responsável por:

- Assegurar e verificar a implementação, por parte do Empreiteiro, do exposto no PAA e das medidas ambientais constantes na lista que constitui o **Anexo 8.3** do Volume 3 do EIA (Anexos Técnicos);
- Assegurar a existência na obra de um dossier (Dossier de Ambiente da Obra) que incluirá o PAA, a Planta Geral e de Condicionamentos, as Medidas Ambientais a que o Empreiteiro se encontra obrigado e a documentação associada à gestão de resíduos. Este dossier ficará acessível a todos os intervenientes;
- Detetar e corrigir, em tempo útil, eventuais situações não previstas na obra, e comunicá-las a todos os intervenientes;
- Assegurar que os relatórios relativos às visitas de fiscalização efetuadas, a apresentar à Autoridade de AIA, bem como outros documentos relevantes relacionados com a ação de acompanhamento/fiscalização ambiental, sejam remetidos a todos os intervenientes;
- Corrigir, caso se verifique necessário, os procedimentos aplicados para implementação das medidas de minimização;
- Identificar a necessidade de definição e implementação de outras medidas de minimização, para assegurar a resolução de situações concretas e/ou imprevistas que podem surgir no decorrer da obra;
- Assegurar o cumprimento da legislação ambiental em vigor aplicável;
- Comparecer nas reuniões de obra para as quais seja convocado;
- Identificar, e submeter à aprovação do Dono da Obra, a necessidade de revisão das medidas de minimização preconizadas no PAA;
- Efetuar visitas periódicas à obra: a periodicidade das visitas da EAA deverá ser ajustada às necessidades da obra;
- Comunicar ao Empreiteiro eventuais alterações ao PAA, nomeadamente no que respeita às medidas de minimização preconizadas no mesmo;
- Proceder, em cada visita efetuada, e sempre que aplicável, ao registo de Constatações Ambientais – identificação de situações que constituam “*Não Conformidades*” com a legislação ambiental em vigor ou com o PAA, ou situações que ainda não constituam “*Não Conformidades*” mas carecem da tomada de medidas de minimização adicionais com vista à sua correção/melhoria;

- Assegurar a verificação da recuperação das áreas intervencionadas.

O técnico responsável pelo **Acompanhamento Arqueológico** da obra tem a responsabilidade de:

- Obter da DGPC a autorização para a realização dos trabalhos, no âmbito da legislação em vigor;
- Realização de sondagens arqueológicas manuais, no caso de se encontrarem contextos habitacionais ou funerários, durante o acompanhamento arqueológico. As sondagens serão de diagnóstico e têm como principais objetivos: identificação e caracterização de contextos arqueológicos, avaliação do valor patrimonial do local, apresentação de soluções para minimizar o impacto da obra;
- Adotar medidas de minimização específicas (registo documental, sondagens, escavações arqueológicas, entre outras), sempre que os resultados obtidos no Acompanhamento Arqueológico o determinem, devendo eventuais achados móveis ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património;
- Efetuar o registo fotográfico completo de todas as realidades com valor patrimonial que venham a ser identificadas na área de afetação do projeto e nas suas imediações;
- Efetuar o acompanhamento arqueológico integral de todas as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, terraplenagens).
- Sempre que forem identificados elementos que justifiquem a sua salvaguarda, dar indicação ao Dono de Obra para que os mesmos sejam incluídos na Planta Geral e de Condicionamentos;
- Comparecer nas reuniões de obra para as quais seja convocado;
- Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento da obra, tendo que elaborar um relatório final para entrega à DGPC.

3.1 Calendarização do Acompanhamento Ambiental e Arqueológico da Obra

O técnico de acompanhamento ambiental irá deslocar-se à obra com a seguinte periodicidade:

- Quinzenalmente: durante as fases com intervenções de maior vulto da obra;
- Mensalmente: durante as restantes fases e quando as más condições climatéricas impliquem um lento progresso da obra.

A EDP Gestão da Produção de Energia, S.A. disporá de Equipa de Fiscalização da obra civil, a qual estará em obra quase continuamente e que garantirá o cumprimento das especificações do Projeto. Essa equipa colaborará com a equipa de ambiente, no sentido da fiscalização do cumprimento dos condicionamentos e medidas ambientais.

A periodicidade definida poderá vir a ser ajustada conforme se revele necessário durante o desenvolvimento da obra, havendo sempre a possibilidade de se realizarem visitas extraordinárias para resolução de situações pontuais.

O arqueólogo da obra acompanhará os trabalhos durante a prospeção sistemática após desmatamento, eventuais sondagens arqueológicas, e sempre que as atividades que estejam a decorrer correspondam a:

- Desmatamento e decapagens superficiais em ações de preparação e regularização do terreno nos locais de incidência da obra (estaleiros, caminhos, zona de implantação dos aerogeradores e respetivas plataformas, painéis solares, centros de transformação e edifício de equipamentos elétricos);
- Escavações no solo relacionadas com a abertura das fundações, da vala e dos trabalhos necessários à construção dos caminhos de acesso.

3.2 Conteúdo dos relatórios a elaborar

Atendendo à dimensão da obra em causa, a EDP Gestão da Produção de Energia, S.A. preconiza a elaboração de quatro relatórios de monitorização, a enviar à autoridade de AIA, com a periodicidade seguidamente indicada:

- O primeiro, a meio da obra, no fim dos movimentos de terra;
- O segundo, no final da fase de construção, numa altura em que já estarão concluídas as operações de modelação dos terrenos e espalhamento de terra vegetal nas áreas intervencionadas;
- O terceiro e o quarto, no final do primeiro e segundo anos de exploração, dando conta da evolução do revestimento vegetal e dos resultados obtidos na monitorização realizada.

Estes relatórios serão desenvolvidos de acordo com estrutura prevista na Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, incluindo os seguintes pontos principais:

1) Introdução, que inclui a identificação da empreitada e dos principais objetivos e âmbito do relatório de acompanhamento ambiental, nomeadamente dos fatores ambientais considerados e dos limites espaciais e temporais de monitorização, o enquadramento legal e a estrutura adotada para o mesmo;

2) Antecedentes do projeto, com referência ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental;

3) Resultados, discussão, interpretação e avaliação do acompanhamento ambiental, apresentando-se:

- As principais atividades desenvolvidas na empreitada;
- Os principais aspetos ao nível da implementação da gestão ambiental, as ações de sensibilização e formação promovidas, planeamento dos estaleiros e frentes de obra, apresentando-se as medidas de minimização implementadas, bem como os processos de licenciamentos e autorizações por entidades oficiais com requisitos legais associados;
- As principais situações ambientais e quando aplicável, a aplicação dos respetivos planos de atuação determinados na sequência do acompanhamento e monitorização ambiental;
- As verificações segundo as medidas ambientais aplicáveis à fase do projeto a que se refere o relatório;

4) Conclusões, face ao desempenho ambiental atingido, e medidas de minimização implementadas durante a empreitada;

5) Anexos, com a inclusão dos elementos complementares relevantes para a boa compreensão do relatório e onde se inclui a documentação relativa ao desenvolvimento da empreitada e a respetiva reportagem fotográfica.

O conteúdo dos relatórios será adaptado sempre que se verifique necessário incluir informação adicional relevante não especificada.

A documentação específica relativa ao acompanhamento arqueológico incluirá o registo das ocorrências que entretanto sejam encontradas no decurso das obras.

Quando terminarem as fases da obra que necessitam de acompanhamento arqueológico será elaborado um relatório global, que integrará toda a informação constante nos vários relatórios de progresso, o qual será entregue à DGPC.

O relatório final conterà uma memória descritiva e o registo fotográfico de todos os elementos referidos, e sempre que se considere necessário, será complementado com peças desenhadas com a inserção cartográfica das ocorrências.

4. IDENTIFICAÇÃO DAS MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO APLICÁVEIS À OBRA

No **Anexo I** deste documento apresenta-se o conjunto de medidas de minimização relativamente à fase de construção do projeto da Central Solar-Eólica de Pisões, e que terão de ser implementadas pelo respetivo empreiteiro.

Para além destas medidas, deverão ser implementadas um conjunto de boas práticas nomeadamente as Medidas de Minimização Gerais da Fase de Construção, definidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) disponíveis no sítio da internet da APA.

ANEXO I

LISTA DE MEDIDAS AMBIENTAIS APLICÁVEIS À EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL SOLAR-PISÕES

(A lista de medidas corresponde ao Anexo 8.3 do EIA)

(página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS (PGR)

(O PGR corresponde ao Anexo 8.2 do EIA)

(página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

PLANTA GERAL E DE CONDICIONAMENTOS (PGC)

(A PGC corresponde ao Anexo 6 do EIA)

(página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS INTERVENCIONADAS (PRAI)

(O PRAI corresponde ao Anexo 8.4 do EIA)

(página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 8.2

PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS (MODELO)

(página intencionalmente deixada em branco)

CENTRAL SOLAR-EÓLICA DE PISÕES

EMPREITADA DE 

PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA CENTRAL SOLAR-EÓLICA DE PISÕES

Nome da empreitada: _____

Dono de Obra: _____

Gestão e Fiscalização: _____

Empresa Executante: _____

Gestor de Resíduos: _____

Versão do Plano: _____

Data: ____/____/____

O Gestor de Resíduos

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	2
2 - Prevenção da produção de resíduos	2
3 - IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS.....	3
3.1 - CLASSIFICAÇÃO DOS RCD'S SEGUNDO A LISTA EUROPEIA DE RESÍDUOS.....	3
3.2 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS. CALENDARIZAÇÃO E FASEAMENTO DA OBRA.....	3
4 - TAREFAS, MEIOS E RESPONSABILIDADES ASSOCIADOS À GESTÃO DOS RESÍDUOS..	5
4.1 - TAREFAS E MEIOS.....	5
4.1.1 - Deposição	5
4.1.2 - Características do armazenamento	7
4.1.3 - Recolha, transporte e destino final.....	8
4.2 - Registos	9
4.3 - RESPONSABILIDADES.....	9
5 - FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	10
6 - FISCALIZAÇÕES.....	10
7 - REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS.....	11

ANEXOS

ANEXO I – Modelo de registo de dados de RCD

ANEXO II – *Checklist* de verificação do PGR

1 - INTRODUÇÃO

Este documento constitui o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos (PGR) da fase de construção da Central Solar-Eólica de Pisões. São aqui identificados e classificados os resíduos produzidos no âmbito das diferentes atividades a desenvolver para a construção da central, sendo igualmente descritos os objetivos e as tarefas a executar na gestão dos mesmos, bem como as responsabilidades associadas e os meios envolvidos.

O PGR constitui assim um instrumento importante para assegurar uma correta prevenção e gestão dos resíduos de obra, de forma a minimizar os impactos ambientais associados e garantir o cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis.

Antes do início dos trabalhos, o PGR deverá ser completado e adaptado pelo Gestor Ambiental, de forma que se adeque à empreitada em causa, devendo ser apresentado ao Dono de Obra para aprovação.

O Empreiteiro deverá nomear o Gestor de Resíduos que será o responsável pela implementação deste plano (gestão dos resíduos nas frentes de obra, recolha e acondicionamento temporário no estaleiro, transporte e destino final, recorrendo para esse efeito a operadores licenciados.

O PGR é passível de sofrer alterações durante o decurso da obra, de forma a melhor se adaptar às realidades e circunstâncias do projeto na sua fase de construção. As alterações serão sempre registadas e uma nova versão do plano será distribuída por todos os intervenientes.

2 - PREVENÇÃO DA PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Na escolha de fornecedores e produtos e equipamentos a utilizar em obra, é importante considerar a minimização na produção de resíduos. Para o efeito devem ser adotados os seguintes critérios:

- Preferir fornecedores/materiais com embalagem de tara retornável, para que se possam devolver as embalagens aos fornecedores;
- Reutilizar na própria obra, como material de aterro (aterro das fundações ou execução das plataformas de montagem), o material inerte proveniente das ações de escavação que deverá ser depositado na envolvente dos locais de onde foi removido;
- Reutilizar eventual material de escavação sobranter, na recuperação paisagística de pedreiras ou como material de aterro em outras obras desde que devidamente licenciadas;
- Reutilizar madeiras das cofragens na própria obra e em outras obras em execução, desde que devidamente licenciadas;

- Reutilizar na própria obra ou em obras exteriores, desde que devidamente licenciadas, vigas de ferro provenientes de restos das armações;
- Sempre que possível deve ser promovida a reutilização de outro tipo de materiais (redes plásticas, sobras de revestimentos, restos de tubos, ...) dentro da própria obra ou em obras exteriores, desde que devidamente licenciadas.

Estes materiais não chegam assim a ser classificados como resíduos, no entanto a sua produção e encaminhamento devem ser registadas, conforme se explica em capítulos seguintes.

3 - IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS

3.1 - CLASSIFICAÇÃO DOS RCD'S SEGUNDO A LISTA EUROPEIA DE RESÍDUOS

No Quadro 1 apresentam-se os resíduos que poderão eventualmente ser produzidos no âmbito das atividades associadas à construção da central.

Note-se, no entanto, que, tal como se encontra patente no referido quadro, nem todos os resíduos identificados virão a ser produzidos, uma vez que a ocorrência de alguns deles só se verificará em caso de acidente ou em resultado de qualquer situação inesperada. Assim, apresenta-se, também, no Quadro 1 a probabilidade de ocorrência de cada um dos resíduos listados.

3.2 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS. CALENDARIZAÇÃO E FASEAMENTO DA OBRA

Pode-se considerar que as intervenções mais significativas em termos de produção de resíduos correspondem a [REDACTED] e apresentam uma duração de [REDACTED] meses.

Quadro 1 – Identificação e classificação dos resíduos produzidos em obra e probabilidade de ocorrência.

Resíduo	Probabilidade de Ocorrência	
	Regular	Reduzida
<i>Resíduos de construção e demolição (incluindo solos escavados de locais contaminados)</i>		
Betão	X	
Tijolos		X
Madeira	X	
Vidro	X	
Plástico	X	
Cobre, bronze e latão		X
Ferro e Aço	X	
Mistura de metais		X
Resíduos metálicos contaminados com óleos ou outras substâncias perigosas (*)		X
Cabos elétricos e outros cabos não contaminados com substâncias perigosas	X	
Solos e rochas contaminados com óleos ou outras substâncias perigosas (*)		X
Outros resíduos de construção e demolição contendo substâncias perigosas (incluindo mistura de resíduos) (*)		X
Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos noutras categorias		X
<i>Óleos usados e resíduos de combustíveis líquidos</i>		
Óleos minerais não clorados de motores, transmissões e lubrificação (*)		X
Óleos minerais clorados de motores, transmissões e lubrificação (*)		X
Óleos sintéticos de motores, transmissões e lubrificação (*)		X
Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação (*)		X
<i>Resíduos de embalagens; absorventes, panos de limpeza, materiais filtrantes e vestuário de proteção não anteriormente especificado</i>		
Embalagens de papel e cartão	X	
Embalagens de plástico	X	
Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas (*)	X	
Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário contaminado com óleos ou outras substâncias perigosas (*)	X	
Mistura de embalagens	X	
<i>Resíduos urbanos ou equiparados</i>		
Papel e cartão	X	
Vidro	X	
Mistura de resíduos urbanos	X	
Resíduos vegetais das desmatações	X	

[COMPLETAR OU CORRIGIR A TABELA]

4 - TAREFAS, MEIOS E RESPONSABILIDADES ASSOCIADOS À GESTÃO DOS RESÍDUOS

4.1 - TAREFAS E MEIOS

4.1.1 - Deposição

Em cada empreitada devem ser garantidos pelo menos os seguintes meios de deposição:

A. Empreitada de construção civil

<i>Resíduo</i>	<i>Código LER</i>
Resíduos Urbanos	
Papel e cartão	200101
Embalagens	150106
Vidro	200102
Mistura de Resíduos Urbanos	200301
Resíduos de Construção e Demolição	
Mistura de metais	170407
Madeira	170201
Mistura de resíduos de construção e demolição não perigosos	170904
Resíduos Perigosos	
Solos e rochas contendo substâncias perigosas	170503
Óleos minerais não clorados de motores, transmissões e lubrificação	130205
Embalagens contendo ou contaminadas por substâncias perigosas	150110
Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas.	150202

B. Montagem dos aerogeradores e painéis solares

<i>Resíduo</i>	<i>Código LER</i>
Resíduos Urbanos	
Papel e cartão	200101
Embalagens	150106
Vidro	200102
Mistura de Resíduos Urbanos	200301
Resíduos de Construção e Demolição	
Mistura de resíduos de construção e demolição não perigosos	170904
Resíduos Perigosos	
Solos e rochas contendo substâncias perigosas	170503
Outros resíduos de construção e demolição contendo substâncias perigosas (incluindo mistura de resíduos) (*)	170903

C. Instalações elétricas

<i>Resíduo</i>	<i>Código LER</i>
Resíduos Urbanos	
Papel e cartão	200101
Embalagens	150106
Vidro	200102
Mistura de Resíduos Urbanos	200301
Resíduos de Construção e Demolição	
Mistura de metais	170407
Plásticos	170203
Madeira	170201
Mistura de resíduos de construção e demolição não perigosos	170904
Resíduos Perigosos	
Solos e rochas contendo substâncias perigosas	170503
Óleos minerais não clorados de motores, transmissões e lubrificação	130205
Embalagens contendo ou contaminadas por substâncias perigosas	150110
Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas.	150202

[Adaptar e apagar as tabelas relativas a outras empreitadas]

Todos os recipientes devem estar sinalizados com a identificação do resíduo e o respetivo código LER.

Em casos eventuais em que se produzam resíduos de um determinado tipo em quantidades significativas, ou cujas características não permita a sua mistura com outros resíduos, será estudada a necessidade de colocar mais um contentor no estaleiro para o seu armazenamento.

Os resíduos resultantes das ações de decapagem e desmatação e desflorestação, necessários à implantação do projeto, poderão ser aproveitados na fertilização de solos, mediante a obtenção para o efeito da EAA.

Os materiais para reutilização que não constituam resíduos devem ser armazenados em condições adequadas, separados dos resíduos, devidamente identificados e de forma a não causarem contaminação do solo ou da água. Alguns resíduos industriais não perigosos, que possuam dimensões maiores que os recipientes, podem ser armazenados dentro do estaleiro, sem recipiente próprio, mas em condições adequadas, de forma a não provocar a contaminação do solo ou da água.

Junto aos locais onde vierem a decorrer trabalhos estarão sempre presentes pelo menos 3 recipientes temporários para deposição de resíduos urbanos, industriais perigosos e industriais não perigosos que serão periodicamente (pelo menos diariamente) transportados para o estaleiro principal para serem colocados nos recipientes adequados.

Os resíduos perigosos deverão estar acondicionados sobre bacia de retenção e abrigados de intempéries.

Os resíduos sólidos urbanos e os equiparáveis deverão ser triados de acordo com as seguintes categorias: vidro, papel/cartão, embalagens e resíduos orgânicos. Estes resíduos poderão ser encaminhados e recolhidos pelo circuito normal de recolha de RSU do município ou por uma empresa designada para o efeito.

Os resíduos resultantes das diversas obras de construção (embalagens de cartão, plásticas e metálicas, armações, cofragens, entre outros) deverão ser armazenados temporariamente num contentor na zona de estaleiro, para posterior transporte para local autorizado.

É proibido efetuar qualquer descarga ou depósito de resíduos ou qualquer outra substância poluente, direta ou indiretamente, sobre os solos ou linhas de água, ou em qualquer local que não tenha sido previamente autorizado. A única exceção é relativa aos resíduos de decapagem, desmatagem e desflorestação que podem ser armazenados junto aos locais onde ocorrer a decapagem, desde que em depósitos de não excedam os 1,5 metros de altura e que estejam afastados entre si, de forma a reduzir os riscos de incêndio. Estes resíduos devem ser recolhidos o mais brevemente possível por empresa autorizada ou pelos proprietários dos terrenos em causa, caso assim esteja acordado entre a *EDP Renováveis* e os proprietários, podendo ser aproveitados na fertilização dos solos.

Caso se verifique a existência de materiais de escavação com vestígios de contaminação, estes devem ser armazenados em locais que evitem a contaminação dos solos e das águas subterrâneas, por infiltração ou escoamento das águas pluviais, até esses materiais serem encaminhados para destino final adequado.

Não é permitida a queima ou o enterramento de quaisquer resíduos.

Caso, acidentalmente, ocorra algum derrame fora das zonas destinadas ao armazenamento de substâncias poluentes, deverá ser imediatamente aplicada uma camada de material absorvente e o empreiteiro providenciar a remoção dos solos afetados para locais adequados a indicar pela entidade responsável pela fiscalização ambiental, onde não causem danos ambientais adicionais, enquanto aguardam encaminhamento para destino final adequado.

4.1.2 - Características do armazenamento

Os recipientes para a recolha de resíduos no estaleiro estão localizados no estaleiro principal numa área de fácil acesso aos veículos de recolha de resíduos e devidamente sinalizada por tipo de resíduo armazenado (indicando o respetivo código LER).

Adicionalmente, para o armazenamento dos resíduos perigosos, existe uma área específica, que além da sinalização, está devidamente impermeabilizada e possui uma cobertura para desviar as águas da chuva. Nestas áreas deve estar sempre presente um *kit* de limpeza de derrames, composto por produto absorvente (tipo *spill-sorb*).

Deve ser prevista a contenção/retenção de eventuais escorrências/derrames. Não é admissível a deposição de resíduos, ainda que provisória, nas margens, leitos de linhas de água e zonas de máxima infiltração.

Os recipientes devem ter dimensões suficientes e adequadas à quantidade de resíduos a produzir. Devem ainda ser compostos por material resistente e adequado ao tipo de resíduos a armazenar. Os recipientes para mistura de urbanos devem estar sempre fechados para evitar a libertação de odores. Os recipientes para resíduos perigosos devem ser perfeitamente estanques, estar em bom estado de conservação e colocados sobre uma fina para contenção, para evitar eventual fuga ou derrame. Os recipientes deverão estar claramente identificados e possuir rótulos que indiquem o seu conteúdo.

Os resíduos de vegetação podem ser armazenados junto aos locais de decapagem, conforme referido anteriormente.

4.1.3 - Recolha, transporte e destino final

Os adjudicatários providenciarão a recolha de resíduos com a periodicidade suficiente para que os recipientes não fiquem sobrecarregados.

A recolha dos resíduos armazenados no estaleiro principal é efetuada por empresas/entidades devidamente autorizadas no seu transporte, assim como os destinatários terão de ser operadores de gestão licenciados.

na planta de estaleiro o local de armazenamento dos diferentes tipos de resíduos dever ser identificado, bem como o kit de derrames e que a empresa executante é responsável por manter a planta atualizada.

Para tal, apenas serão selecionadas empresas constantes da Lista de Operadores de Resíduos, periodicamente atualizada e disponível no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente. Poderão também ser utilizadas as entidades gestoras do tipo de resíduos em questão, como a SOGILUB para os óleos usados ou a Sociedade Ponto Verde para as embalagens.

Na seleção do operador de gestão e âmbito do serviço encomendado, a **empresa executante** _____ deverá considerar a obrigatoriedade de proceder à triagem dos resíduos que não forem separados em obra, de forma a permitir posteriores operações de valorização material (reciclagem), conforme determina o novo Regime Geral de Gestão de Resíduos publicado no Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação.

Os resíduos sólidos urbanos e os equiparáveis poderão ser encaminhados e recolhidos pelo circuito normal de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) do município ou por uma empresa designada para o efeito.

Durante a operação de recolha de resíduos, a empresa executante preenche as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), conforme as instruções explicitadas na Portaria n.º 145/2017, de 26 de julho alterada pela Portaria n.º 18/2019, de 18 de janeiro. No caso de derrames acidentais de produtos poluentes durante as operações de recolha de resíduos, a empresa executante auxilia o transportador na limpeza do local e espalhamento de produtos absorventes (*spill-sorb*) nas áreas contaminadas.

4.2 - REGISTOS

A empresa executante preenche e mantém atualizado um registo de produção de resíduos e de materiais reutilizados, conforme modelo apresentado no Anexo I, publicitado no sítio na Internet da Agência Portuguesa do Ambiente face ao exposto na alínea e) do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020.

Cópias desse registo são enviadas, pelo menos mensalmente, à Gestão e Fiscalização da obra.

Serão arquivadas, para efeitos de prova, no âmbito do PGR, cópias das guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril, alterada pela Portaria n.º 18/2019, de 18 de janeiro). As cópias das guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos no “Estado concluído” devem ainda ser enviadas à Gestão e Fiscalização da obra até 5 dias após a sua receção e anexadas ao registo de dados.

No caso de resíduos urbanos que venham a ser recolhidos por serviços municipais ou entregues em pontos de recolha dos serviços municipais, não será necessário o preenchimento de guias de acompanhamento de resíduos. No entanto, deverão ser registadas as quantidades em causa, no modelo do Anexo I, atrás referido.

Os quantitativos de materiais reutilizados em obra ou no exterior devem também ser registados no modelo apresentado no Anexo I, conforme exigido na alínea e) do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020.

4.3 - RESPONSABILIDADES

Todos os trabalhadores que estejam direto ou indiretamente envolvidos na obra, quer estejam presentes em permanência ou se desloquem pontualmente à central fotovoltaica devem atuar em concordância com este Plano, nomeadamente no que diz respeito à correta deposição dos resíduos nos locais indicados.

O Gestor de Resíduos, nomeado pela **empresa executante _____**, é responsável pela atribuição de meios e recursos necessários ao funcionamento deste Plano (recipientes, mão de obra, etc.). É também responsável pela seleção e contratação das empresas ou entidades autorizadas na recolha, tratamento e destino final dos resíduos, devendo preencher todos os registos obrigatórios e dar conhecimento dos mesmos à EDP Renováveis. É ainda responsável pela formação e sensibilização dos seus colaboradores afetos à obra em assuntos relacionados com este Plano de Gestão de Resíduos e pela verificação do cumprimento do Plano de Gestão de Resíduos.

A EDP Gestão da Produção de Energia S.A., é responsável pela fiscalização geral da implementação do Plano, pelas alterações e distribuição do Plano pelos intervenientes e pela prestação de informação às entidades oficiais no âmbito do acompanhamento ambiental da obra.

5 - FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

A **empresa executante _____** garante que todos os seus trabalhadores, assim como os trabalhadores das empresas subcontratadas estejam informados sobre a existência deste plano e sobre a necessidade de serem cumpridas todas as regras de gestão de resíduos aqui identificadas.

A **empresa executante _____** prepara e executa, sempre que considere necessário, campanhas de sensibilização aos trabalhadores, através da colocação de cartazes, entrega de folhetos ou outros métodos que considere eficaz para alterar mentalidades e comportamentos no que respeita à gestão de resíduos. No mínimo, será obrigatória a colocação de sinalética de proibição de queima ou enterramento de resíduos e sinalética informativa com as regras para uma correta triagem dos resíduos na obra.

6 - FISCALIZAÇÕES

A EDP Gestão da Produção de Energia S.A., realizará fiscalizações ambientais periódicas ao funcionamento do Plano de Gestão de Resíduos, no âmbito do Plano de Acompanhamento Ambiental, das quais resultarão relatórios que descreverão as não conformidades detetadas e as ações sugeridas para serem desencadeadas.

A **empresa executante _____** está sempre disponível para acompanhar essas fiscalizações e prestar os esclarecimentos necessários. Em resultado de eventuais “não conformidades” detetadas, **a empresa executante _____** colabora com o Dono de Obra na análise de causas e na definição do tratamento das “não conformidades”.

As ações a verificar pelos técnicos de fiscalização, assim como a periodicidade e âmbito dessas verificações constam do Anexo II (*Checklist* de verificação do PGR).

A **empresa executante _____** deve também realizar verificações internas à implementação deste PGR, podendo usar, se entender correto, a mesma Lista de Verificação que foi atrás referida.

Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de fluxos específicos de resíduos.

- Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril:
Define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de resíduos (SIRER).

Anexo I – Modelo de registo de dados de RCD

I – Materiais reutilizados e RCD produzidos

Materiais reutilizados — tipologia	Em obra		Outra	
	Tipo de utilização	(ton ou l)	Tipo de utilização	(ton ou l)
Materiais reutilizados (ton)				
RCD — código LER (*)	Incorporação em obra		Operador de gestão (ton)	
	Tipo de utilização	(ton)		
RCD total (ton)				
Total (ton)				

(*) Os diferentes tipos de resíduos são definidos pela Lista Europeia de Resíduos (LER) publicada pela Decisão 2014/955/UE, 18 de dezembro.

II — Responsável pelo preenchimento

Assinatura:

Data:

--	--

Anexo II – Checklist de verificação do PGR

Verificação	Periodicidade	Âmbito de aplicação	Conformidade ⁽¹⁾	Recorrência ⁽²⁾
Adopção de procedimentos para minimizar produção de resíduos (taras retornáveis e reutilização de materiais)	Mensal	Globalidade da obra		
Existência de recipientes para a recolha de resíduos	Quinzenal	Estaleiro e locais de trabalho		
Características e estado de conservação dos recipientes	Quinzenal	Estaleiro e locais de trabalho		
Características dos locais de armazenamento de resíduos	Quinzenal	Estaleiro		
Correcta deposição dos resíduos nos recipientes	Quinzenal	Estaleiro e locais de trabalho		
Correcto armazenamento dos resíduos que não são depositados em recipientes, assim como dos materiais para reutilização	Quinzenal	Estaleiro		
Recolha de resíduos com a periodicidade suficiente (recipientes não estão sobrecarregados)	Mensal	Estaleiro		
Autorização das empresas/entidades que procedem à recolha e transporte de resíduos	Sempre que ocorrer recolha	Documentação		
Autorização do operador de gestão de resíduos	Sempre que ocorrer recolha	Documentação		
Correcto preenchimento das guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos	Sempre que ocorrer recolha	Documentação		
Cumprimento do procedimento de verificação e amostragem nas recolhas de óleos usados	Sempre que ocorrer recolha	Documentação		
Preenchimento e actualização do registo de dados de RCD	Mensal	Documentação		
Sensibilização e informação aos trabalhadores sobre gestão de resíduos em obra	Mensal	Estaleiro e locais de trabalho		

(1) – Indicar se está conforme (✓), não conforme (✗) ou se não é aplicável (NA)

(2) – Indicar se a não conformidade é recorrente, referindo há quanto tempo está por resolver.

ANEXO 8.3

MEDIDAS AMBIENTAIS APLICÁVEIS À EMPREITADA

(página intencionalmente deixada em branco)

Lista de Medidas Ambientais Aplicáveis à Empreitada de Construção da Central Solar Eólica de Pisões

Medida		Responsável		
		DO	E	EAA e EArqO
C01	Antes da obra ter início, deverá ser assegurado o Acompanhamento Ambiental da Obra e o necessário Acompanhamento Arqueológico da mesma.	X	X	X
C02	Sinalização dos acessos ao estaleiro e às diversas frentes de obra, visando a sua localização imediata. Redução da velocidade de circulação nas proximidades de povoações. Proibição de utilização de sinais sonoros, com vista a minimizar os impactes sobre as populações na envolvente.		X	X
C03	Privilegiar escavações por meios mecânicos, reduzindo eventual desmonte de fogo estritamente ao necessário, e Assegurar a utilização de equipamentos em bom estado e recentes, preferencialmente com potencias sonoras mais reduzidas (verificar fichas técnicas dos equipamentos), de forma a reduzir o ruído ao máximo possível.		X	X
C04	Garantir a presença em obra unicamente de equipamentos que apresentem homologação acústica nos termos da legislação aplicável e que se encontrem em bom estado de conservação/manutenção.		X	X
C05	Restrição da circulação de pessoas, máquinas e equipamentos afetos à obra, com vista a evitar o pisoteio, criação de trilhos e compactação do solo e /ou destruição de áreas importantes de habitats na envolvente.	X	X	X
C06	Proceder à aspersão regular e controlada de água, sobretudo durante os períodos secos e ventosos, nas zonas de trabalho e nos acessos locais utilizados pelos veículos, onde poderá ocorrer a produção, acumulação e ressuspensão de poeiras.		X	X
C07	Limitar as áreas de intervenção às ações inerentes à fase de construção, tendo em consideração as condicionantes existentes, evitando a ocupação, ainda que temporária, das zonas adjacentes à área de implantação dos diversos componentes da central solar-eólica, de forma a limitar as ações de erosão dos solos suscetíveis de potenciar a degradação dos mesmos.		X	X
C08	Proteger os solos sobrantes da decapagem de forma a possibilitar a sua reutilização nos locais de recuperação e valorização.		X	X
C09	Os resíduos resultantes das ações de decapagem e desmatagem e desflorestação, necessários à implantação do projeto, poderão ser aproveitados na fertilização de solos, evitando o seu armazenamento temporário na proximidade de linhas de água, onde a decomposição natural seja suscetível de provocar uma degradação da qualidade das águas.		X	X
C10	Providenciar a formação e sensibilização de todos os intervenientes na obra, alertando para os efeitos potenciais das suas atividades e para os benefícios ambientais resultantes de uma melhoria da sua atuação, por forma a evitar perturbações desnecessárias suscetíveis de produzir impactes negativos.	X	X	X
C11	Estabelecer e manter procedimentos para identificar potenciais acidentes e emergências sobre o ambiente e para atuar em caso de emergência de modo a prevenir e reduzir os impactes ambientais.	X	X	X
C12	Existência nas áreas de estaleiro de kit apropriado à contenção e limpeza de derrames, que inclua obrigatoriamente um produto de rápida absorção de hidrocarbonetos e outros adequados aos restantes produtos químicos existentes em obra.		X	X

(cont.)

Medida		Responsável		
		DO	E	EAA e EAqO
C13	Definir e implementar um Plano de Gestão de Resíduos que considere todos os resíduos suscetíveis de serem produzidos na obra, definindo as responsabilidades de gestão, os destinos finais mais adequados para os diferentes fluxos de resíduos, o correto armazenamento temporário dos resíduos produzidos, de acordo com a sua tipologia e em conformidade com a legislação em vigor, prevendo também a contenção/retenção de eventuais escorrências / derrames.	X	X	X
C14	Evitar a instalação de áreas de apoio que envolvam escavações e movimentação de terras nas proximidades de linhas de água, com vista a minimizar ações de degradação e a erosão e transporte sólido para os cursos de água envolventes.		X	X
C15	Como medida patrimonial genérica recomenda-se a realização de prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.		X	X
C16	Em termos de medidas patrimoniais específicas recomendam-se as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> - Para as Ocorrências Patrimoniais OP1 (Mamoá de Penedo da caldeira) e OP2 (Mamoá 2 do Penedo da Caldeira) recomenda-se a sinalização e vedação da Ocorrência, com recurso a fita sinalizadora, para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. - Para a Ocorrência Patrimonial OP 3 (Montalegre – Via XVII), recomenda-se a realização de uma prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido. - No caso das Ocorrências Patrimoniais OP4 a OP40 recomenda-se que qualquer demolição ou alteração das ocorrências identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção. 		X	X
C17	No caso de afetação direta de sítios de interesse patrimonial, deverá proceder-se ao seu levantamento pormenorizado da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de planta e alçado de cada unidade (à escala 1:500 e com amostragens de pormenor à escala 1:20). - Registo fotográfico exaustivo do sítio, após a limpeza da vegetação. - Elaboração da memória descritiva, na qual se caracterizam os elementos constituintes e as técnicas de construção usadas. 		X	X
C18	No caso de, na fase de construção, serem detetados vestígios arqueológicos, a obra deve ser suspensa nesse local, ficando o arqueólogo obrigado a comunicar de imediato à tutela essa ocorrência, devendo igualmente propor as medidas de minimização a implementar.	X	X	X

(cont.)

Medida		Responsável		
		DO	E	EAA e EArqO
C19	As ocorrências arqueológicas que vierem a ser reconhecidas no decurso do Acompanhamento Arqueológico da obra devem, tanto quanto possível e em função do valor do seu valor patrimonial, ser conservadas in situ, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual, ou serem salvaguardadas pelo registo.		X	X
C20	Deverá ser utilizada, sempre que possível, mão-de-obra local, com vista a beneficiar do ponto de vista social e económico a população residente nos locais próximos da obra.	X	X	X
C21	Otimizar a programação dos trabalhos de forma que a empreitada decorra no menor tempo possível, reduzindo a perturbação temporária originada pela obra sobre a comunidade faunística local. Os trabalhos deverão incidir no período diurno.		X	X
C22	Adotar velocidades reduzidas nos acessos ao projeto e nas frentes de obra.		X	X
C23	Após a conclusão da obra, proceder à descompactação do solo de forma a criar condições favoráveis à regeneração natural do coberto vegetal e favorecer a recuperação de habitats.		X	X
C24	Na fase final da construção, proceder à recuperação das áreas intervencionadas – zonas de estaleiro, de depósito, parques de material e acessos provisórios – através da promoção da recolonização espontânea do terreno e do revestimento vegetal das mesmas, sempre que o impacte verificado na ocupação do solo seja substancial. Estas medidas permitirão, de alguma forma, reduzir a magnitude dos potenciais impactes identificados, nomeadamente no que se refere à criação de áreas de descontinuidade visual durante a fase de construção.		X	X
C25	As ações de recuperação da vegetação nas áreas afetadas pela obra deverão ter em atenção as características fitossociológicas da região e as condições edáficas e ecológicas.		X	X
C26	Manter, dentro do possível, os usos e vegetação anteriormente existente, dentro das áreas vedadas dos núcleos solares, que não sejam diretamente afetados por painéis fotovoltaicos, centros de transformação e acessos a construir. Manter, particularmente, pastagens melhoradas, vegetação pioneira, afloramentos rochosos, culturas temporárias e eventuais elementos arbóreos autóctones (carvalhos, castanheiros ou outros) que não causem ensombramento. Relativamente aos matos, criar descontinuidades horizontais e verticais nas formações existentes, porém, manter a composição existente, nos espaços não ocupados por infraestruturas e respetiva envolvente imediata.	X	X	X
C27	Manter usos agrícolas e pastagens, e bosques de espécies florestais autóctones dentro da faixa de servidão das linhas elétricas. No caso destas últimas, proceder somente à poda das copas quando se verifique necessário. Relativamente aos matos, criar descontinuidades horizontais e verticais nas formações existentes, porém, manter a composição existente.	X	X	X

Legenda:

DO: Dono da Obra;

E: Empreiteiro;

EAA: Equipa de Acompanhamento Ambiental

EArqO: Equipa de Acompanhamento Arqueológico

ANEXO 8.4

PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS INTERVENZIONADAS

(página intencionalmente deixada em branco)

CENTRAL SOLAR-EÓLICA DE PISÕES

PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS INTERVENZIONADAS

ÍNDICE DE PORMENOR

MEMÓRIA DESCRITIVA

1.	Introdução.....	1
2.	Áreas a recuperar	2
3.	Identificação das ações	2
3.1	Fase de Obra.....	2
3.1.1	Limpeza das frentes de obra	2
3.1.2	Armazenagem de terra vegetal.....	3
3.2	Fase Após Conclusão da Obra	3
3.2.1	Limpeza das frentes de obra	3
3.2.2	Modelação do terreno	4
3.2.3	Aplicação de terra vegetal.....	4
3.2.4	Coberto vegetal	4
3.2.5	Cortinas arbóreas	Erro! Marcador não definido.

ANEXOS

Anexo I – Planta de Recuperação

Versão	Data	Descrição da Alteração
01	Set-23	1ª Edição

(página intencionalmente deixada em branco)

CENTRAL SOLAR-EÓLICA DE PISÕES

PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS INTERVENZIONADAS

MEMÓRIA DESCRITIVA

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI) da **Central Solar Eólica de Pisões**, cuja implementação é da responsabilidade do Dono da Obra, a EDP Gestão da Produção de Energia, S.A..

Este documento visa estabelecer as orientações para a implementação das zonas intervencionadas durante a obra, garantindo as condições ambientais adequadas, que contribuem para a minimização dos impactes negativos.

O PRAI integrará o Contrato da Obra, comprometendo desta forma o empreiteiro à sua implementação.

O PRAI, para além de indicar as áreas a intervencionar, estabelece as ações de recuperação, de forma a concretizar os seguintes objetivos principais:

- Restabelecimento da vegetação autóctone, promovendo a minimização dos impactes ao nível da paisagem;
- Proteger os taludes contra a erosão hídrica e eólica.

Atendendo às características e à capacidade regenerativa da vegetação da área de implantação do projeto após intervenção humana, e atendendo à experiência obtida em projetos similares na envolvente deste projeto, não se deverá proceder a qualquer tipo de sementeira após a conclusão das ações de Recuperação Paisagística, uma vez que a área de intervenção reúne as condições para que a recolonização vegetal se processe de forma natural.

Assim, propõe-se que a recuperação das áreas intervencionadas na Central Solar Eólica de Pisões seja realizada por um processo de regeneração natural, através do recobrimento dessas áreas com terra vegetal, de acordo com as especificações definidas neste plano.

Ao fim de 2 anos, caso se verifique que a vegetação apresenta deficiências na regeneração, será então efetuada uma reavaliação das condições naturais do terreno e propostas medidas de recuperação.

Importa referir que o presente Plano é um documento dinâmico, que pode sofrer ajustes em função das condições estabelecidas na DIA e, igualmente, em função do acompanhamento da regeneração natural das áreas intervencionadas.

2. ÁREAS A RECUPERAR

Após finalizados os trabalhos de construção deverão ser recuperadas e renaturalizadas as seguintes áreas:

- Locais de estaleiro e de armazenamento de materiais;
- Locais de depósito de materiais diversos e inertes;
- Acessos;
- Envolvente dos painéis solares;
- Envolvente dos aerogeradores;
- Envolvente dos centros de transformação e edifício de equipamentos elétricos;
- Vala de cabos;
- Zonas adjacentes aos apoios das linhas elétricas;
- Taludes de escavação e aterro;
- Zonas envolventes às fundações da vedação a construir nos núcleos solares.

De forma a cumprir os objetivos anteriormente enumerados, para as áreas agora assinaladas, propõe-se as intervenções identificadas no ponto seguinte.

3. IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES

3.1 Fase de Obra

3.1.1 Limpeza das frentes de obra

As superfícies de terreno a escavar ou a aterrizar devem ser previamente limpas (de pedra grada, detritos, árvores e arbustos) preservando-se a vegetação herbácea a remover com a decapagem.

A desmatação deve ser feita exclusivamente nas áreas sujeitas a terraplenagem, sendo estritamente necessário limitar a afetação da cobertura vegetal em áreas adjacentes. A limpeza e desmatação compreendem ainda o armazenamento e o transporte dos materiais provenientes desta operação para uma área pré-estabelecida, a identificar pelo empreiteiro. Estas ações precedem a decapagem do terreno.

A decapagem destas áreas, para obtenção da terra vegetal necessária às ações de recuperação das áreas intervencionadas, deverá ter lugar imediatamente antes dos trabalhos de movimentação de terras e incidirá nas zonas de solos mais ricos em matéria orgânica e de textura franca, numa espessura que será variável em função das características do terreno, compreendendo apenas a terra vegetal (camada onde as plantas desenvolvem o seu sistema radicular). A decapagem deverá ocorrer preferencialmente no período seco.

3.1.2 Armazenagem de terra vegetal

A terra vegetal deverá ser armazenada em pargas com altura e largura na base apropriadas (sugere-se 2,0 x 4,0 m), de modo a permitir uma boa infiltração de água, minorar a compactação do solo e permitir um arejamento suficiente. A terra vegetal não deve ser compactada por veículos em movimento.

É conveniente que a terra vegetal fique armazenada junto aos locais de onde foi removida, sendo estes em princípio os locais onde será posteriormente reposta aquando das ações de recuperação. Esta indicação deve ser ajustada às condições da obra e intervenções específicas.

Nas áreas identificadas na Planta Geral e de Condicionamentos (PGC) como de intervenção reduzida, não deverá ocorrer depósito temporário de terras ou inertes. A decapagem deve ser reduzida ao estritamente necessário para a implantação das estruturas definidas. Nestas áreas a delimitação da área de intervenção deve ser marcada pelo limite da implantação.

3.2 Fase Após Conclusão da Obra

3.2.1 Limpeza das frentes de obra

Uma vez concluídos os trabalhos de construção civil e montagem de equipamento, o empreiteiro deverá garantir a limpeza de todas as frentes de obra. Esta tarefa compreenderá ações como o desmantelamento do estaleiro e das áreas de armazenamento de materiais, remoção de eventuais resíduos, remoção de materiais de construção e de equipamentos não necessários às ações de recuperação paisagista.

Esta tarefa incluirá assim as zonas de estaleiro e de armazenamento de materiais, a envolvente de edifício de equipamentos elétricos e dos centros de transformação, as zonas adjacentes aos acessos a beneficiar e construir e as zonas adjacentes aos apoios das linhas elétricas, a área de montagem dos painéis e dos aerogeradores, as zonas de construção das valas para instalação dos cabos elétricos, bem como outras zonas que possam, eventualmente, vir a ser intervencionadas durante a construção e na envolvente à vedação.

3.2.2 Modelação do terreno

Todas as áreas sujeitas a intervenção durante a empreitada de construção, deverão ser modeladas antes de se iniciarem os trabalhos de preparação do terreno propriamente ditos. O terreno deverá ser colocado às cotas definitivas de projeto.

Estaleiro, Áreas de Armazenamento de Materiais e Áreas de Apoio

As superfícies das áreas ocupadas por estaleiro, áreas de armazenamento de materiais e eventuais áreas de empréstimo de solos e serventias, bem como outras áreas sujeitas a intervenção, que porventura se encontrem demasiado compactadas, devem ser mobilizadas até 0,30 m de profundidade, por meio de escarificação, idealmente seguida de gradagem. Devem ser, previamente, removidos os materiais externos que tenham sido utilizados para cobrir o terreno natural, tais como *tout-venant* e brita.

Taludes

Os taludes implantados sobre solo não rochoso deverão respeitar a regra de 1:3 (v/h) de declive máximo. Deverá ser aplicada uma camada de terra vegetal sobre os mesmos e a sua envolvente imediata eventualmente afetada pela desmatagem ou compactação do solo.

3.2.3 Aplicação de terra vegetal

A superfície do terreno deve apresentar-se, imediatamente antes da distribuição da terra vegetal, com o grau de rugosidade indispensável para permitir uma boa aderência à camada de terra vegetal de cobertura e não apresentar indícios de erosão superficial.

Nos casos em que haja indícios de erosão deverá ponderar-se a pertinência de realizar uma ligeira mobilização superficial do terreno (por exemplo até cerca de 10 cm de profundidade), para colmatar os sulcos e ravinas em pontos já erodidos.

Só depois da superfície do terreno se encontrar devidamente preparada se procederá ao espalhamento da terra vegetal que, antes da sua utilização, deverá ser cuidadosamente desfeita e limpa de pedras, raízes e ervas. O revestimento terá espessura média de 0,15 m. O espalhamento deverá ser feito manual ou mecanicamente, com auxílio de maquinaria dotada de pá frontal.

3.2.4 Coberto vegetal

Atendendo às características e à capacidade regenerativa da vegetação da área de implantação do projeto considera-se que, se devidamente cumpridos os procedimentos definidos nos pontos anteriores, a área de intervenção deverá reunir as condições para que a recolonização vegetal se processe de forma espontânea.

Na eventualidade de dois anos após terminada a fase de construção não se detetarem indícios de regeneração natural da vegetação, deverá propor-se uma solução alternativa à autoridade de AIA que poderá incluir a aplicação de uma sementeira respeitando as características genéticas das populações vegetais próprias do local, não introduzindo espécies alóctones ou invasoras.

Esta medida contribui para minimizar eventuais efeitos erosivos e naturalmente a vegetação autóctone existente na envolvente irá repovoar as áreas intervencionadas.

3.2.5 Integração paisagística

Para além da recuperação das áreas intervencionadas da central solar-eólica, o projeto considera, ainda, uma integração paisagística específica dos núcleos solares. As orientações para a referida integração constam do Plano de Integração Paisagística (PIP) igualmente apresentado no presente EIA.

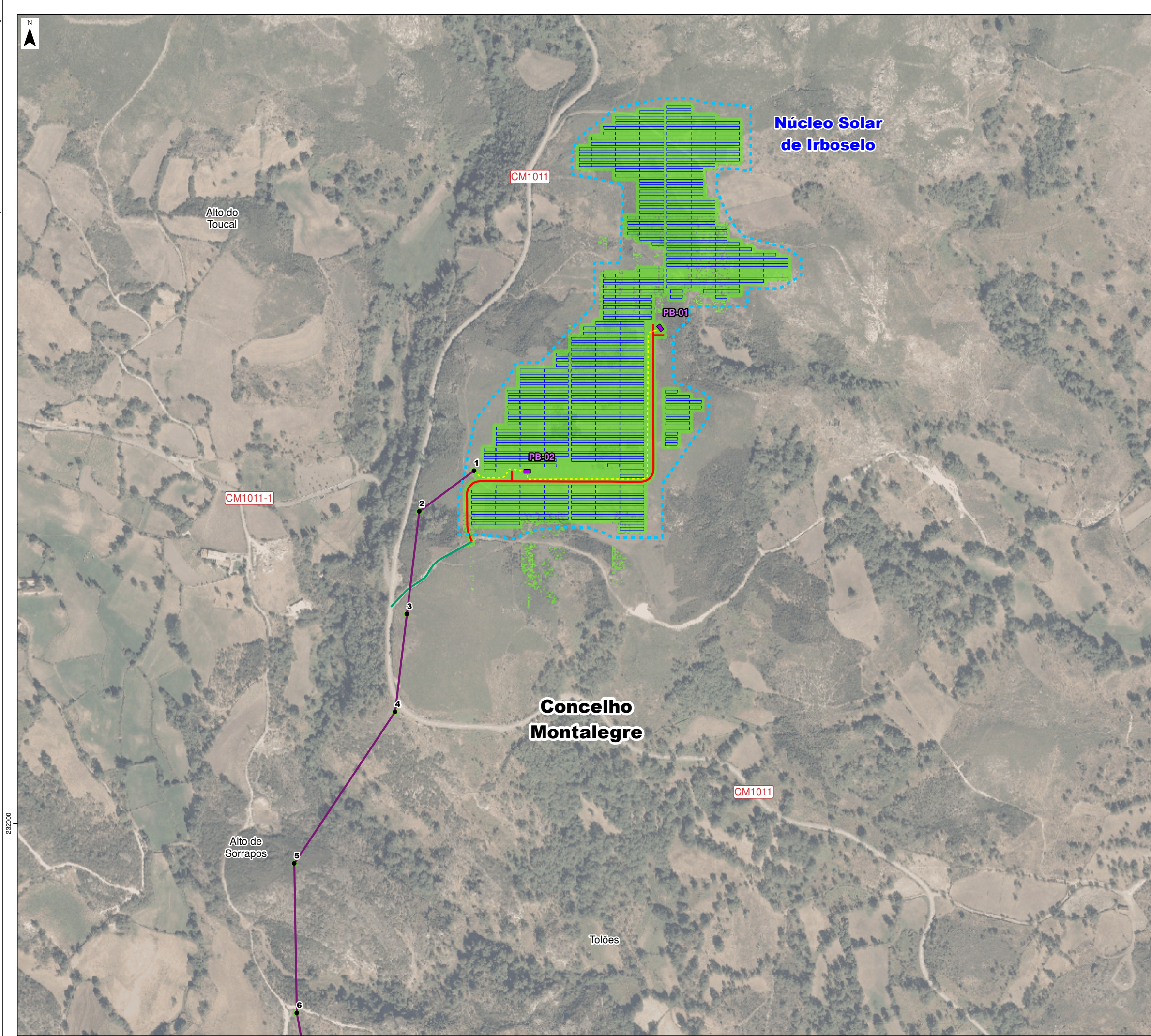
O referido plano tem como objetivo manter o continuum entre os elementos estruturais da paisagem, na envolvente aos núcleos solares, e, igualmente, reduzir possíveis visibilidades a partir de recetores envolventes mais sensíveis. Tal é conseguido, por um lado, pelo próprio layout proposto, que “compartimenta” o centro produtor fotovoltaico em pequenos núcleos, com claros corredores de passagem entre eles, e por outro, pela preservação de manchas arbóreo-arbustivas existentes, reforçadas com cortinas arbóreo-arbustivas de espécies da região adaptadas às condições edafoclimáticas locais.

(página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

PLANTA DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS INTERVENZIONADAS

(página intencionalmente deixada em branco)



Central Solar-Eólica de Pisões

Núcleo Solar

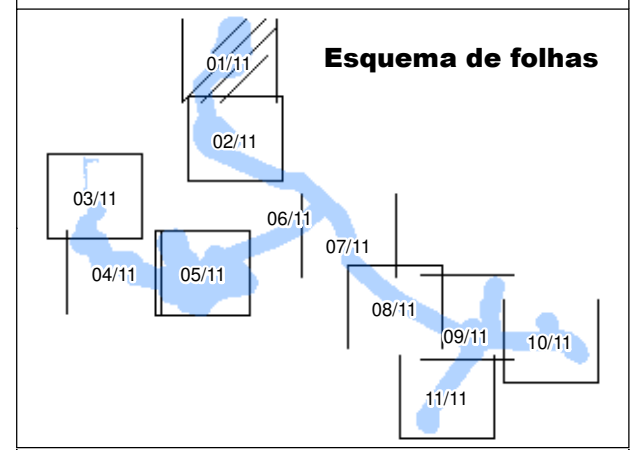
- Vedação
- Mesas de painéis fotovoltaicos
- Centro de transformação unitária (PB-##)
- Edifício de equipamentos elétricos
- Linha a 30 kV NS Irbosele e Perdizela - Alto Rabagão
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Área de armazenamento

Núcleo Eólico

- Aerogerador (AG#)
- Plataforma
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Subestação existente

Áreas a recuperar

- Áreas intervencionadas a recuperar
- Limite de concelho (CAOP2022)



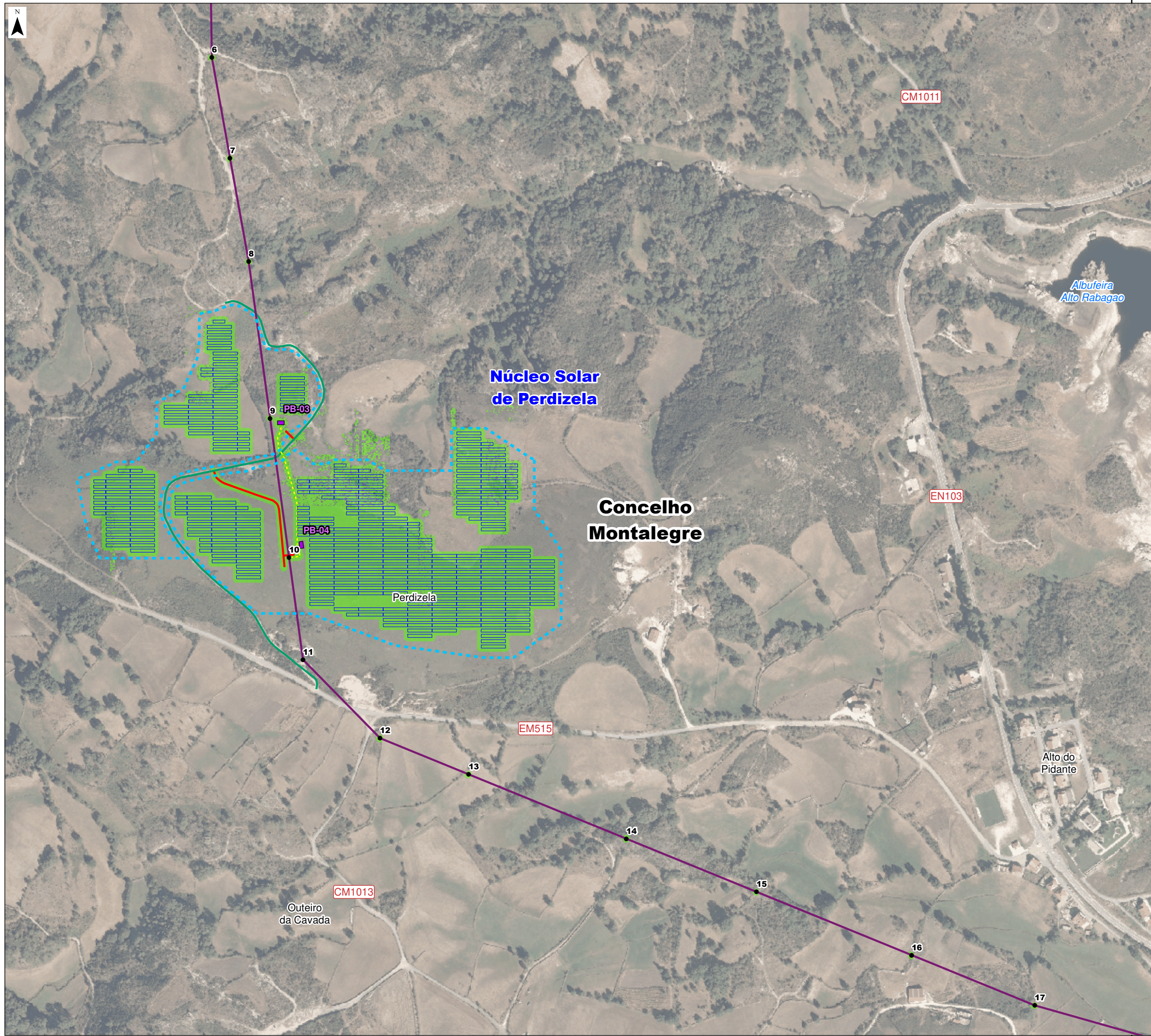
Fonte: (Cartografia de Base)

Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

Título Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 0 50 100 m	Folha 1/11	Versão A
Ficheiro FIG01_01-11-LayoutProjeto		Data 2023	Formato A3 - 297 x 420



Central Solar-Eólica de Pisões

Núcleo Solar

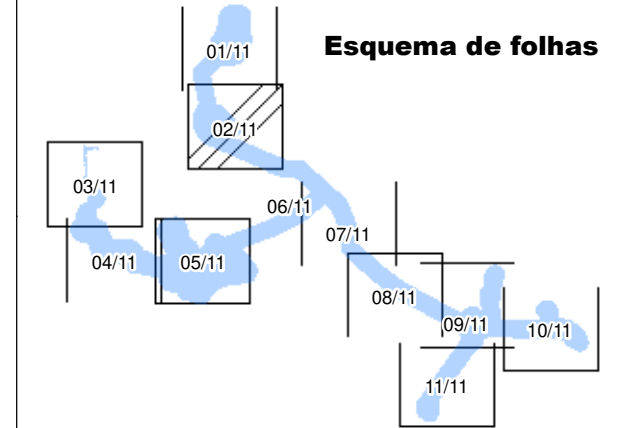
- Vedação
- Mesas de painéis fotovoltaicos
- Centro de transformação unitária (PB-##)
- Edifício de equipamentos elétricos
- Linha a 30 kV NS Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Área de armazenamento

Núcleo Eólico

- Aerogerador (AG#)
- Plataforma
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Subestação existente

Áreas a recuperar

- Áreas intervencionadas a recuperar
- Limite de concelho (CAOP2022)



Fonte: (Cartografia de Base)
 Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>

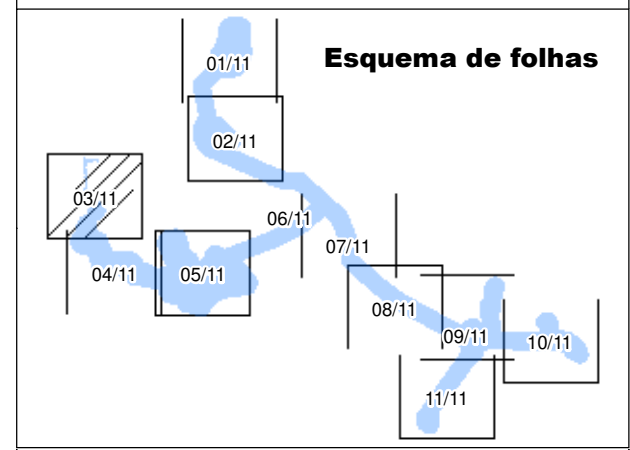


Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

Título Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escala 1:5 000 0 50 100 m	Folha 2/11	Versão A
Ficheiro FIG01_02-11-LayoutProjeto		Data 2023	Formato A3 - 297 x 420



- Central Solar-Eólica de Pisões**
- Núcleo Solar**
- Vedação
 - Mesas de painéis fotovoltaicos
 - Centro de transformação unitária (PB-#)
 - Edifício de equipamentos elétricos
 - Linha a 30 kV NS Irbosele e Perdizela - Alto Rabagão
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Área de armazenamento
- Núcleo Eólico**
- Aerogerador (AG#)
 - Plataforma
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Subestação existente
- Áreas a recuperar**
- Áreas intervencionadas a recuperar
 - Limite de concelho (CAOP2022)



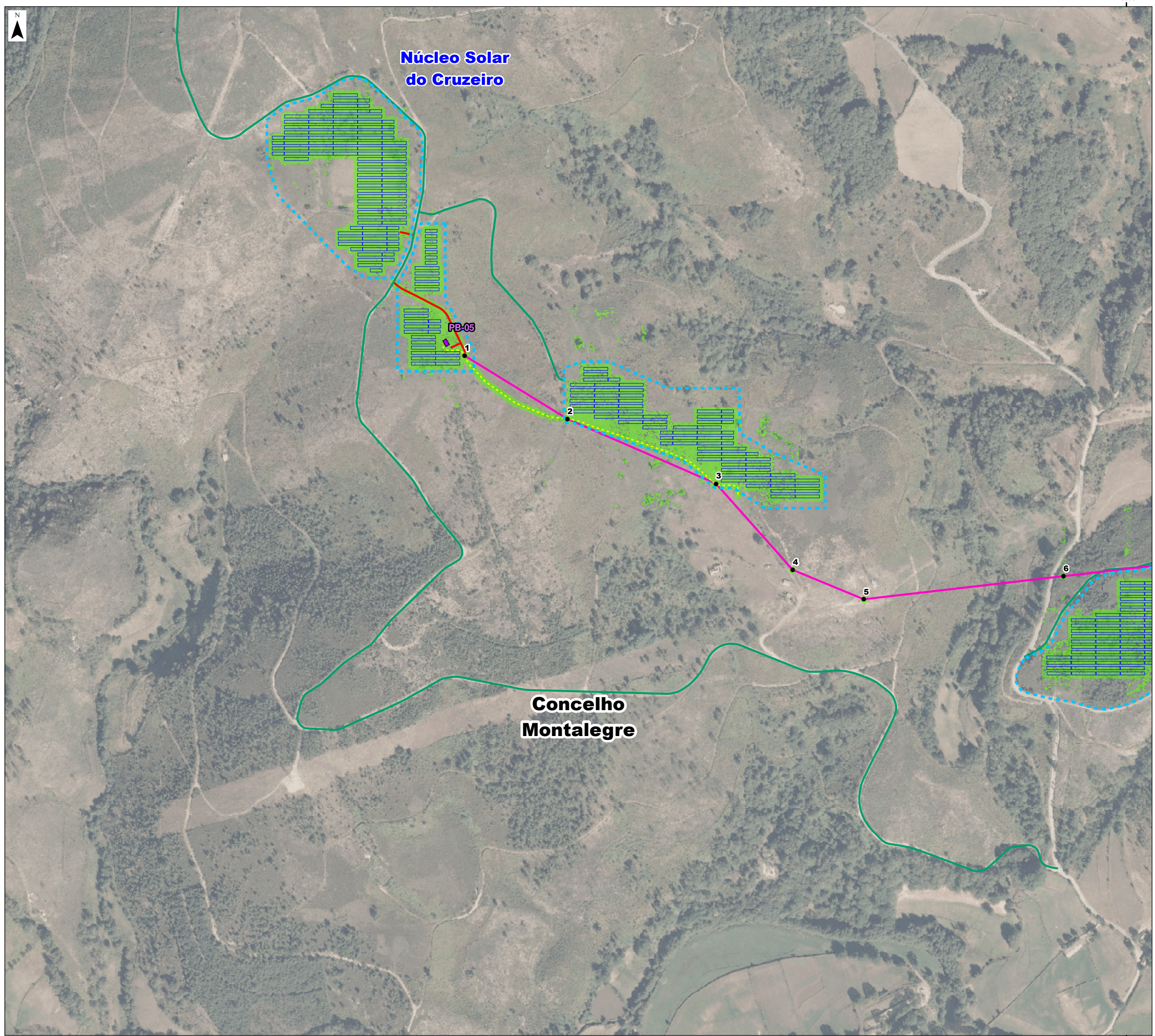
Fonte: (Cartografia de Base)

Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>

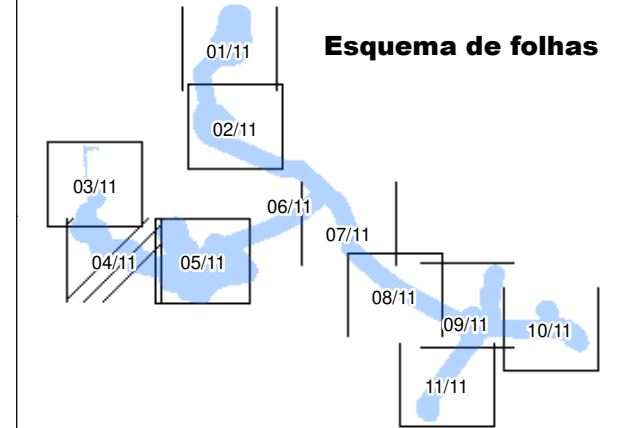


Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

Título		Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura		1	
Sistema de referência		Escala		Folha		Versão	
EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)		1:5 000 		3/11		A	
Ficheiro		Data		Formato			
FIG01_03-11-LayoutProjeto		2023		A3 - 297 x 420			



- Central Solar-Eólica de Pisões**
- Núcleo Solar**
- Vedação
 - Mesas de painéis fotovoltaicos
 - Centro de transformação unitária (PB-##)
 - Edifício de equipamentos elétricos
 - Linha a 30 kV NS Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Área de armazenamento
- Núcleo Eólico**
- Aerogerador (AG#)
 - Plataforma
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Subestação existente
- Áreas a recuperar**
- Áreas intervencionadas a recuperar
 - Limite de concelho (CAOP2022)



Fonte: (Cartografia de Base)

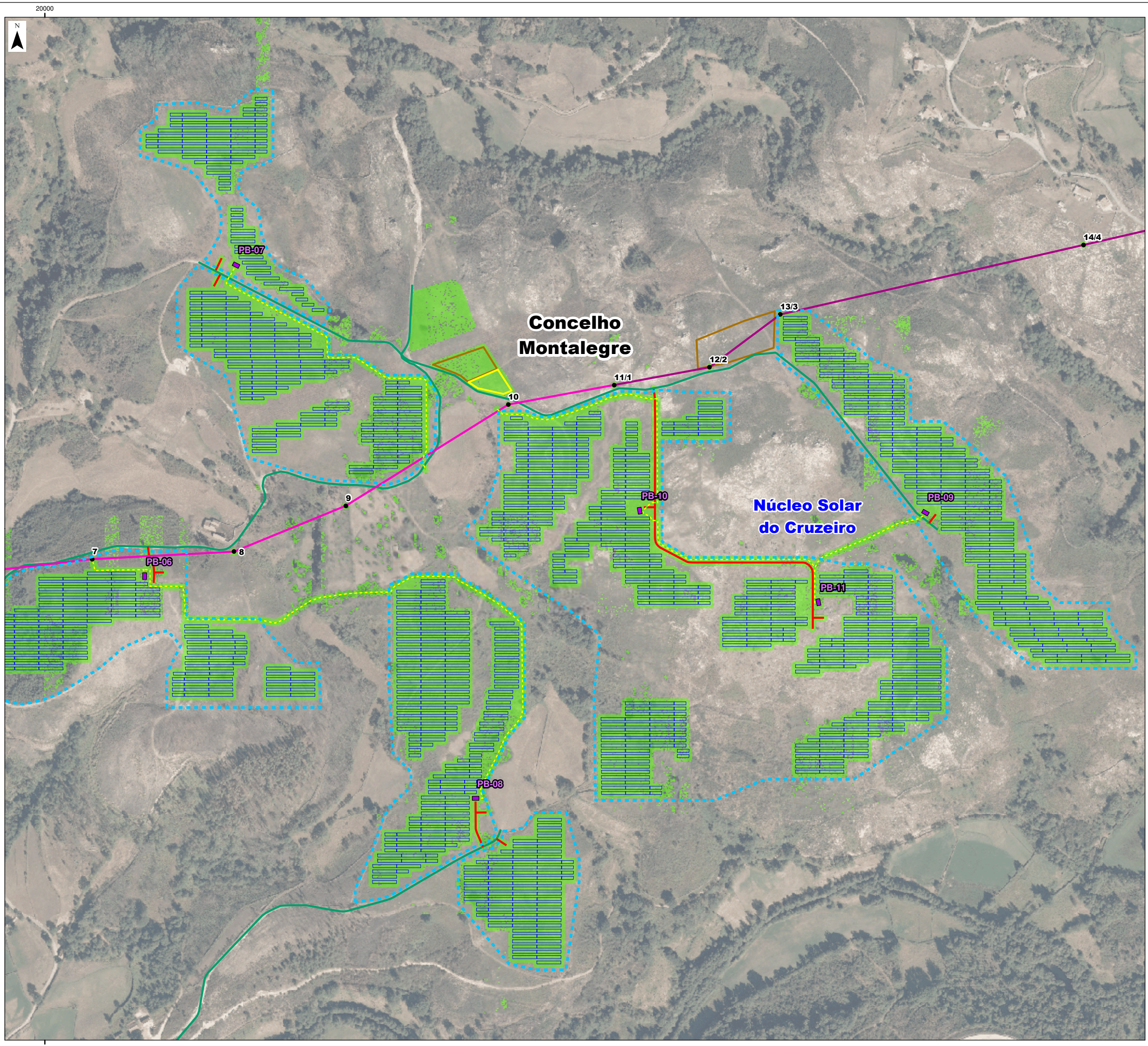
Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



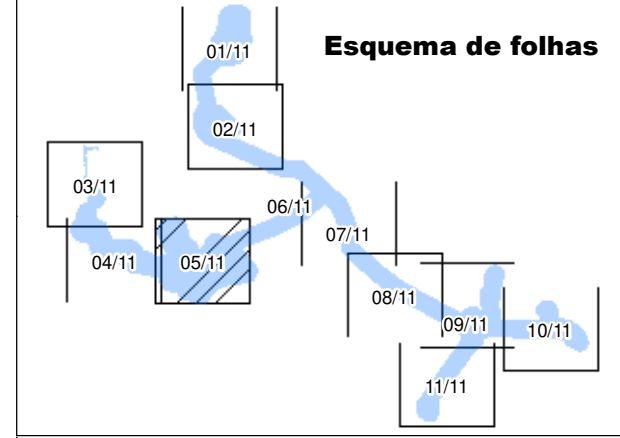
**Estudo de Impacte Ambiental da
Central Solar-Eólica de Pisões**

Título Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 	Folha 4/11	Versão A
Ficheiro FIG01_04-11-LayoutProjeto	Data 2023	Formato A3 - 297 x 420	

Em cópias deste desenho com formato diferente do A3 atender a escala gráfica



- ### Central Solar-Eólica de Pisões
- #### Núcleo Solar
- Vedação
 - Mesas de painéis fotovoltaicos
 - Centro de transformação unitária (PB-##)
 - Edifício de equipamentos elétricos
 - Linha a 30 kV NS Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Área de armazenamento
- #### Núcleo Eólico
- Aerogerador (AG#)
 - Plataforma
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Subestação existente
- #### Áreas a recuperar
- Áreas intervencionadas a recuperar
 - Limite de concelho (CAOP2022)



Fonte: (Cartografia de Base)
 Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até a escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

Título Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 0 50 100 m	Folha 5/11	Versão A
Ficheiro FIG01_05-11-LayoutProjeto		Data 2023	Formato A3 - 297 x 420



Central Solar-Eólica de Pisões

Núcleo Solar

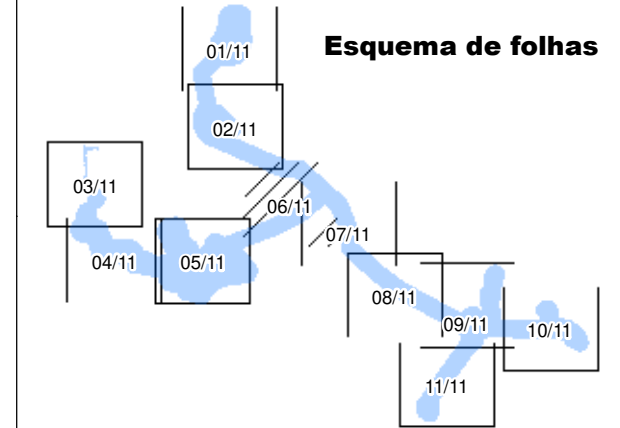
- Vedação
- Mesas de painéis fotovoltaicos
- Centro de transformação unitária (PB-##)
- Edifício de equipamentos elétricos
- Linha a 30 kV NS Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Área de armazenamento

Núcleo Eólico

- Aerogerador (AG#)
- Plataforma
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Subestação existente

Áreas a recuperar

- Áreas intervencionadas a recuperar
- Limite de concelho (CAOP2022)



Fonte: (Cartografia de Base)
 Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até a escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

Título Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 0 50 100 m	Folha 6/11	Versão A
Ficheiro FIG01_06-11-LayoutProjeto		Data 2023	Formato A3 - 297 x 420

Em cópias deste desenho com formato diferente do A3 atender à escala gráfica



Central Solar-Eólica de Pisões

Núcleo Solar

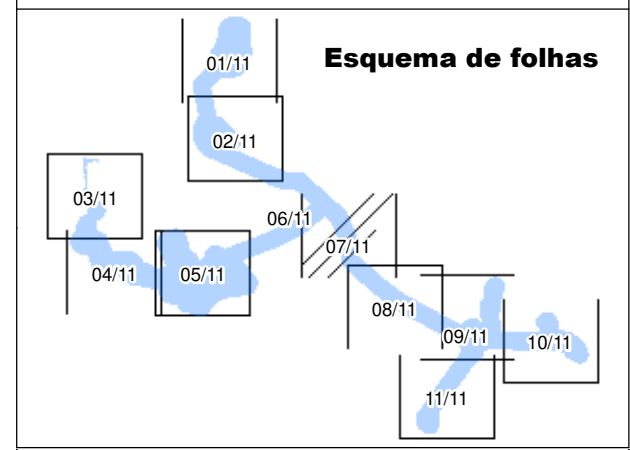
- Vedação
- Mesas de painéis fotovoltaicos
- Centro de transformação unitária (PB-##)
- Edifício de equipamentos elétricos
- Linha a 30 kV NS Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Área de armazenamento

Núcleo Eólico

- Aerogerador (AG#)
- Plataforma
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Subestação existente

Áreas a recuperar

- Áreas intervenionadas a recuperar
- Limite de concelho (CAOP2022)



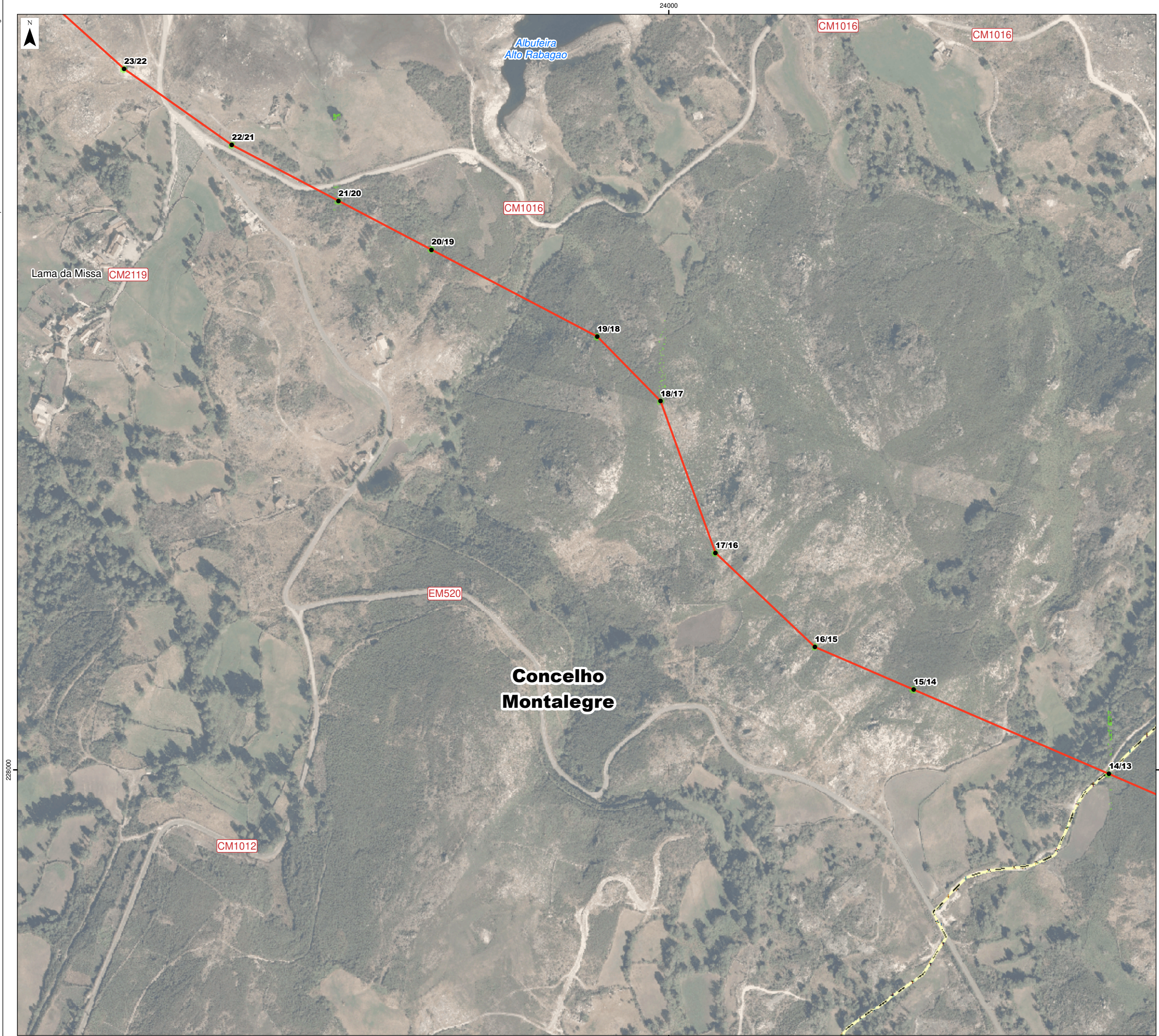
Fonte: (Cartografia de Base)

Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

Título Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 	Folha 7/11	Versão A
Ficheiro FIG01_07-11-LayoutProjeto		Data 2023	Formato A3 - 297 x 420



Central Solar-Eólica de Pisões

Núcleo Solar

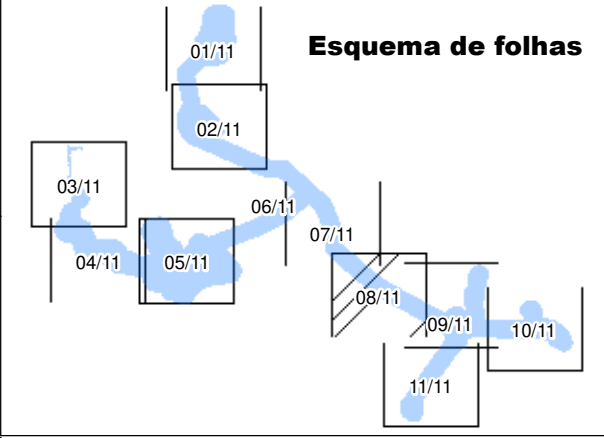
- Vedação
- Mesas de painéis fotovoltaicos
- Centro de transformação unitária (PB-#)
- Edifício de equipamentos elétricos
- Linha a 30 kV NS Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Área de armazenamento

Núcleo Eólico

- Aerogerador (AG#)
- Plataforma
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Subestação existente

Áreas a recuperar

- Áreas intervenionadas a recuperar
- Limite de concelho (CAOP2022)

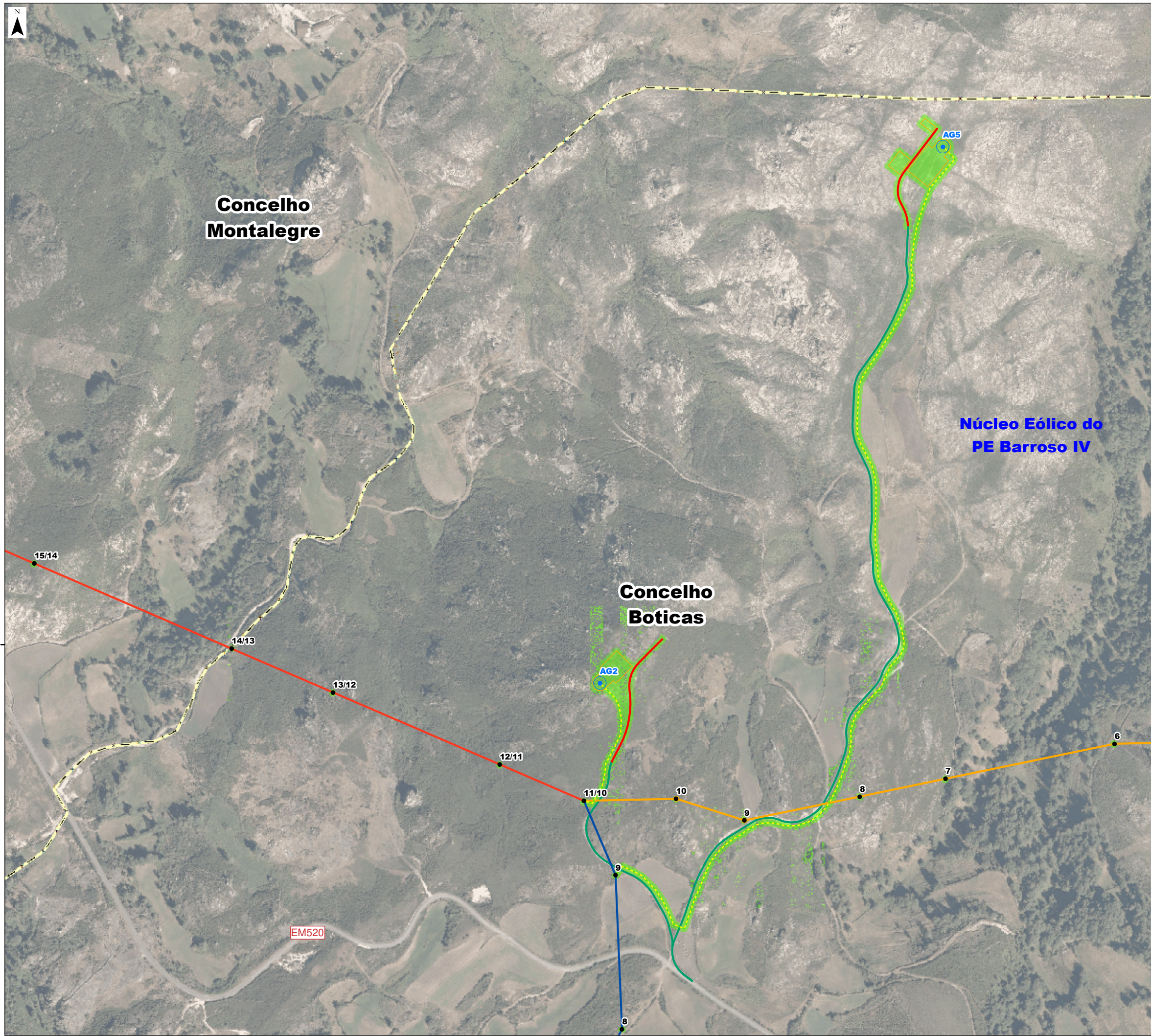


Fonte: (Cartografia de Base)
 Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



**Estudo de Impacte Ambiental da
Central Solar-Eólica de Pisões**

Título Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 	Folha 8/11	Versão A
Ficheiro FIG01_08-11-LayoutProjeto	Data 2023	Formato A3 - 297 x 420	



Central Solar-Eólica de Pisões

Núcleo Solar

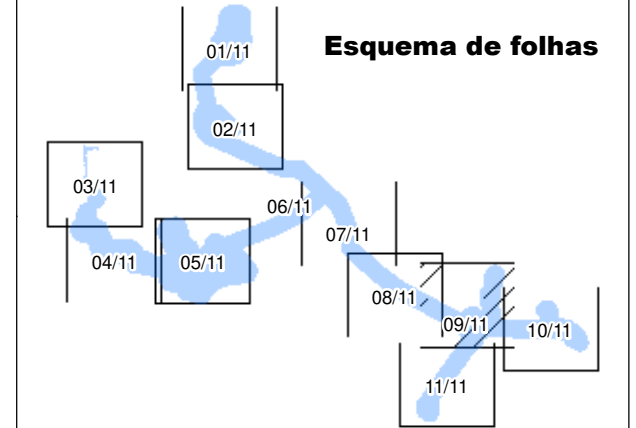
- Vedação
- Mesas de painéis fotovoltaicos
- Centro de transformação unitária (PB-##)
- Edifício de equipamentos elétricos
- Linha a 30 kV NS Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
- Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Área de armazenamento

Núcleo Eólico

- Aerogerador (AG#)
- Plataforma
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
- Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
- Troço Subterrâneo
- Vala de cabos
- Apoio (#)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar
- Estaleiro
- Subestação existente

Áreas a recuperar

- Áreas intervencionadas a recuperar
- Limite de concelho (CAOP2022)

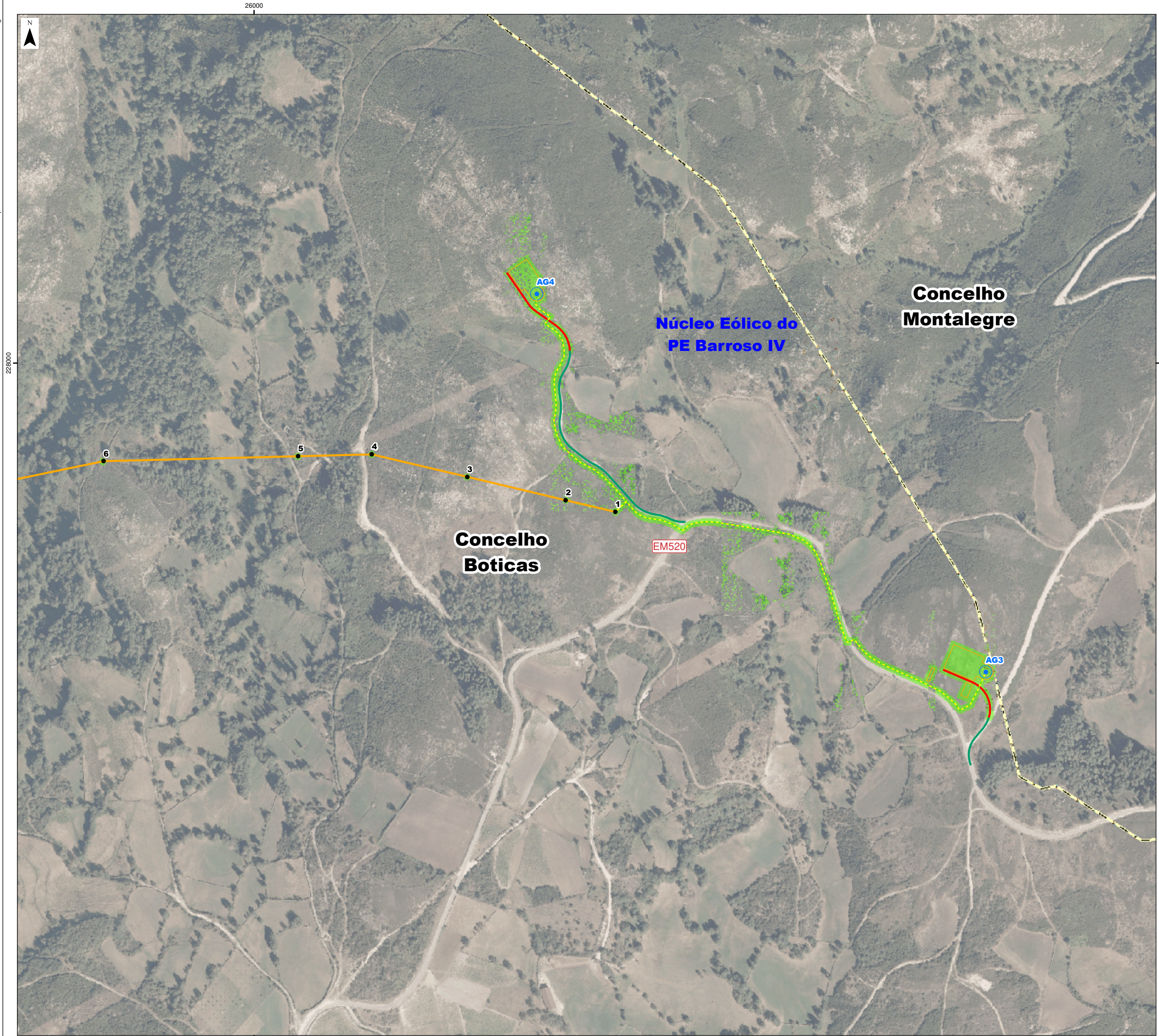


Fonte: (Cartografia de Base)
 Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>

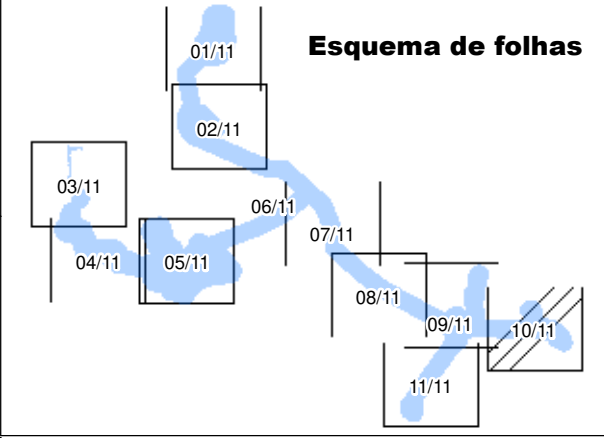


Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

Título Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 	Folha 9/11	Versão A
Ficheiro FIG01_09-11-LayoutProjeto		Data 2023	Formato A3 - 297 x 420



- Central Solar-Eólica de Pisões**
- Núcleo Solar**
- Vedação
 - Mesas de painéis fotovoltaicos
 - Centro de transformação unitária (PB-##)
 - Edifício de equipamentos elétricos
 - Linha a 30 kV NS Irbosele e Perdizela - Alto Rabagão
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Área de armazenamento
- Núcleo Eólico**
- Aerogerador (AG#)
 - Plataforma
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Subestação existente
- Áreas a recuperar**
- Áreas intervenionadas a recuperar
 - Limite de concelho (CAOP2022)



Fonte: (Cartografia de Base)

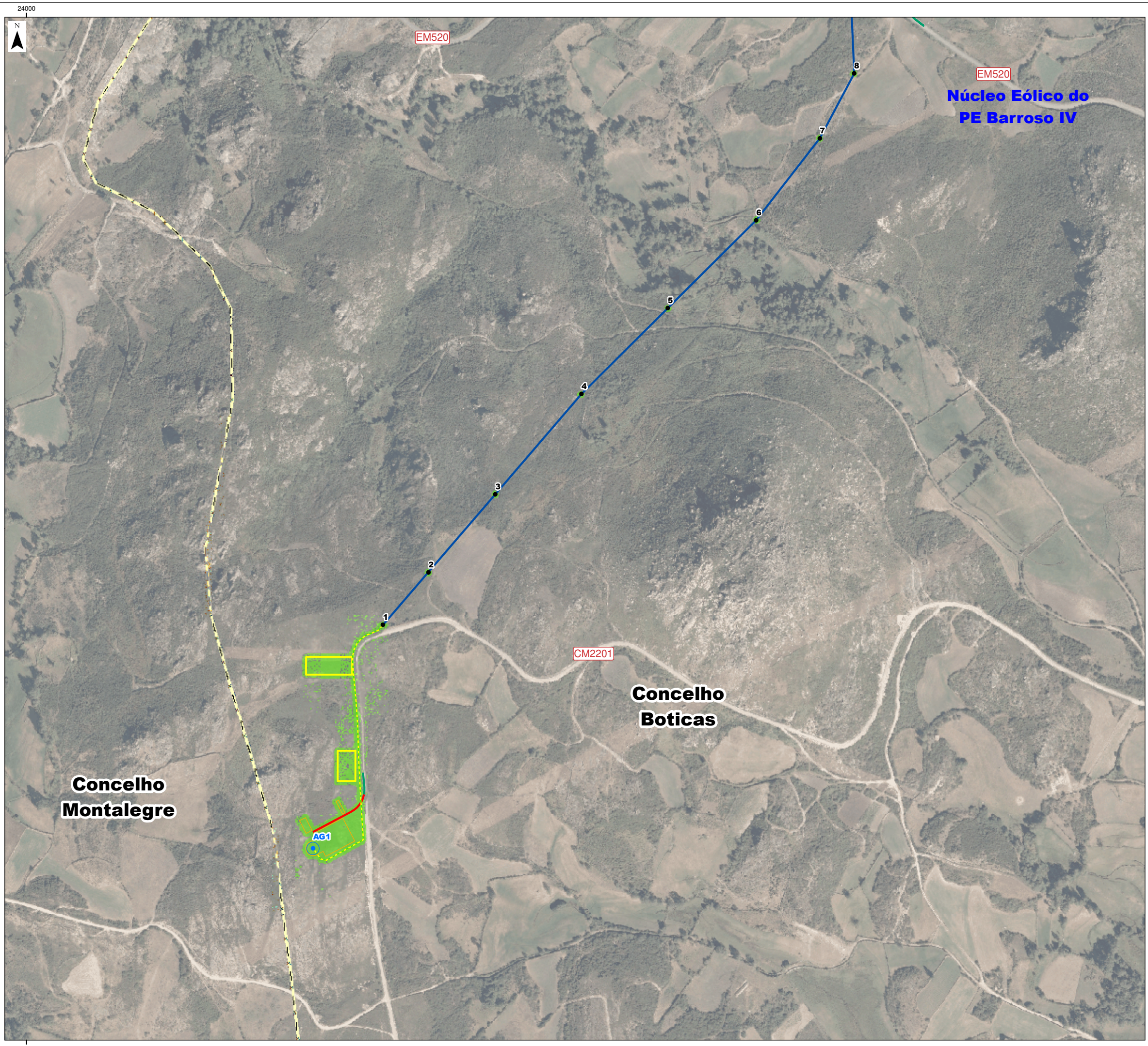
Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



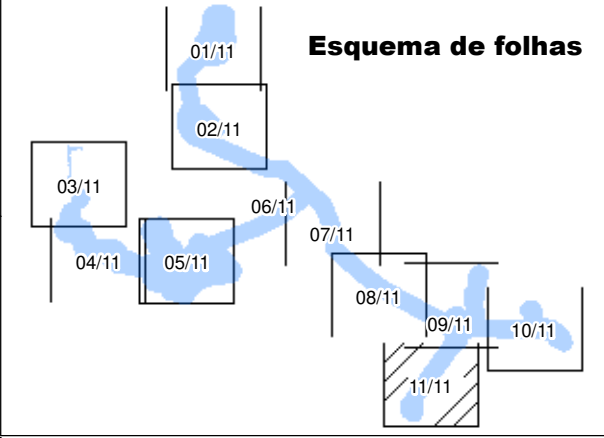
**Estudo de Impacte Ambiental da
Central Solar-Eólica de Pisões**

Título		Figura	
Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		1	
Sistema de referência	Escalas	Folha	Versão
EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	1:5 000 	10/11	A
Ficheiro	Data	Formato	
FIG01_10-11-LayoutProjeto	2023	A3 - 297 x 420	

Em cópias deste desenho com formato diferente do A3 atender a escala gráfica



- Central Solar-Eólica de Pisões**
- Núcleo Solar**
- Vedação
 - Mesas de painéis fotovoltaicos
 - Centro de transformação unitária (PB-#)
 - Edifício de equipamentos elétricos
 - Linha a 30 kV NS Irboselo e Perdizela - Alto Rabagão
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4)
 - Linha a 30 kV NS Cruzeiro - Alto Rabagão (Ramal 4 e 5)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Área de armazenamento
- Núcleo Eólico**
- Aerogerador (AG#)
 - Plataforma
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 1)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Ramal 2)
 - Linha a 30 kV PE Barroso IV - Alto Rabagão (Troço comum)
 - Troço Subterrâneo
 - Vala de cabos
 - Apoio (#)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
 - Estaleiro
 - Subestação existente
- Áreas a recuperar**
- Áreas intervenionadas a recuperar
 - Limite de concelho (CAOP2022)



Fonte: (Cartografia de Base)

Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



**Estudo de Impacte Ambiental da
Central Solar-Eólica de Pisões**

Título Planta de Recuperação das Áreas a Intervencionar		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 	Folha 11/11	Versão A
Ficheiro FIG01_11-11-LayoutProjeto		Data 2023	Formato A3 - 297 x 420

ANEXO 9

PLANO DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

(página intencionalmente deixada em branco)

CENTRAL SOLAR-EÓLICA DE PISÕES NÚCLEOS SOLARES

PLANO DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

ÍNDICE DE PORMENOR

MEMÓRIA DESCRITIVA

1. Introdução.....	3
2. Área de intervenção.....	3
3. Descrição da proposta.....	6
3.1 Medidas cautelares e trabalhos preparatórios	6
3.2 Proposta para o Plano de Estrutura Verde	7
3.2.1 Preservação da vegetação existente	7
3.2.2 Enquadramento Paisagístico do Projeto.....	8

PEÇAS DESENHADAS

Figura 1 – Plano de Integração Paisagística Núcleo de Irbosele

Figura 2 – Plano de Integração Paisagística Núcleo de Perdizela

Figura 3 – Plano de Integração Paisagística Núcleo de Cruzeiro

Versão	Data	Descrição da Alteração
01	Set-23	1ª Edição

(página intencionalmente deixada em branco)

CENTRAL SOLAR-EÓLICA DE PISÕES

PLANO DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

MEMÓRIA DESCRITIVA

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a proposta de Plano de Integração Paisagística (PIP) da Componente Solar da **Central Solar-Eólica de Pisões**, a implementar nos núcleos solares (NS) de Irboselo, Perdizela e Cruzeiro.

O plano apresentado define as principais tipologias de intervenção de modo a enquadrar, integrar e dissimular os elementos do projeto relativos aos núcleos solares, valorizando a paisagem do ponto de vista ecológico, cultural e estético. A presente proposta contempla a preservação da vegetação existente na envolvente imediata aos núcleos solares, com particular atenção ao estrato arbóreo-arbustivo, quer pelo valor intrínseco da mesma, como pela redução da acessibilidade visual aos núcleos solares. A estrutura verde agora proposta pretende, igualmente, manter um continuum entre as unidades homogêneas de vegetação, gerando descontinuidades “verdes” dentro do próprio centro produtor.

Para além da vegetação a manter, a presente proposta contempla a definição de áreas onde se propõe plantações arbóreas e arbustivas de modo a reforçar o efeito de cortina/barreira, da vegetação atualmente existente.

2. ÁREA DE INTERVENÇÃO

A Central Solar-Eólica de Pisões (CSEP) situa-se na região do Barroso. Este é um território serrano, de relevo acidentado, marcado pelas variações bruscas de altimetria entre as cumeadas das Serras do Barroso e Larouco, e os vales profundos dos cursos de água principais que as recortam.

O centro produtor fotovoltaico desenvolve-se no vale do rio Rabagão, a jusante da barragem do Alto Rabagão, e, ainda, no interflúvio entre este último e o rio Cávado. Neste local a paisagem é relativamente homogênea, sendo dominada por matos rasteiros, designadamente por urzais e carquejais e, pontualmente, giestais. Estes matos desenvolvem-se desde a zona de topo (onde se prevê a implantação dos painéis fotovoltaicos) até a base das encostas. São ainda visíveis os sinais da presença de antigos povoamentos florestais de produção, dominados por pinheiro-bravo. Nas zonas depressionárias, e cursos de água temporários que arrancam das encostas onde se situa o centro produtor, desenvolvem-se alguns bidoais ripícolas e carvalhais, enquadrados, nas cotas mais baixas por lameiros.

Este território enquadra-se, segundo Rivaz-Martínez (2017), no distrito Serrano Barrosão-Cabreirense, cuja vegetação climatófila se insere no carvalhal supratemperado de *Quercus robur* do *Vaccinio-Quercetum roboris* e carvalhal mesotemperado de *Quercus pyrenaica* do *Holco mollis-Quercetum pyrenaicae*. Os primeiros têm uma apetência pelas áreas mais oceânicas e hiper-húmidas cedendo perante o *Holco-Quercetum pyrenaicae* nos biótopos de ombroclima húmido ou mais elevados e continentalizados. Na vegetação também se encontram comunidades típicas como o zimbral do *Vaccinio-Juniperetum nani*, o bidoal ombrófilo *Holco mollis-Betuletum celtibericae*, o medronhal reliquial com azereiros do *Frangulo alni-Arbutetum unedonis prunetosum lusitanicae*, o urzal higrófilo *Cirsio filipenduli-Ericetum ciliaris*, o arrelvado vivaz de solos esqueléticos de cumes graníticos *Minuartio recurvae-Silenetum acutiflorae*, o prado de lima *Agrostio-Arrhenatheretum bulbosi*, as comunidades turfófilas do *Anagallido-Juncion bulbosi*, entre outros.

Nesta área o clima é mais frio e continentalizado e o período de geadas é mais prolongado. Apesar da precipitação ser elevada e o défice estival de água no solo ser reduzido, como o período favorável ao crescimento das plantas é mais curto, este défice de água no solo tem um impacto muito significativo na vegetação.

Por isso, começam a penetrar plantas e algumas comunidades mediterrânicas e submediterrânicas como o urzal-tojal *Ulici minoris-Ericetum umbellatae* - a comunidade mais importante na composição da paisagem do território - o urzal do *Genistello tridentatae-Ericetum aragonensis* e o giestal *Cytiso striati-Genistetum polygaliphyllae*. Os prados supratemperados de regadio da região (os lameiros ou prados de lima) e os juncais foram descritos respetivamente com os nomes *Anthemido-Cynosuretum cristati* e *Agrostio-Arrhenatheretum* e *Peucedano-Juncetum acutiflori*.

Destacam-se, atualmente, como principais espécies vegetais existentes na área de implantação dos núcleos solares, e sua envolvente alargada, a carqueja (*Pterospartum tridentatum*), urze (*Erica umbellata*, *Erica australis*, *Erica arborea*), a giesta (*Cytisus striatus*, *Genista florida*), o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o bidoeiro (*Betula celtiberica*), o castanheiro (*Castanea sativa*), o amieiro (*Alnus glutinosa*) e o salgueiro (*Salix atrocinerea*), bem como espécies de produção como pinheiros (*Pinus pinaster*, *Pinus nigra*), abetos (*Abies alba*) ou cedros (*Chamaecyparis lawsoniana*).

O NS de Irboselo (Foto 1) situa-se na margem esquerda do Rabagão, sensivelmente, entre os 1.000 e os 1.030 m. Desenvolve-se num pequeno cabeço, relativamente plano, que “separa” as povoações de Brandim e Viade de Baixo. É constituído por uma área vedada de 13,4 ha.

O NS de Perdizela (Foto 2) é repartido por duas áreas vedadas, que totalizam 15,9 ha. Posicionam-se a sul do NS de Irboselo, num pequeno cabeço, entre os 940 e 980 m, com exposição à norte para as povoações de Fervidelas, Brandim e Viade de Baixo, e a sul para Pisões.

O NS de Cruzeiro (Foto 3) é repartido por 10 áreas vedadas, que totalizam 59,9 ha. Estas pequenas parcelas podem ser agrupadas em dois conjuntos principais, nomeadamente na vertente sul do *Alto do Fossadouro*, e num pequeno planalto com designação de *Pedra da Caldeira*, ambas na margem direita do Rio Rabagão. Este núcleo apresenta exposição para Friães, a norte, Vila da Ponte, a sul, Labrugães, a poente, e Pisões a nascente.



Foto 1 – Núcleo solar de Irboselo

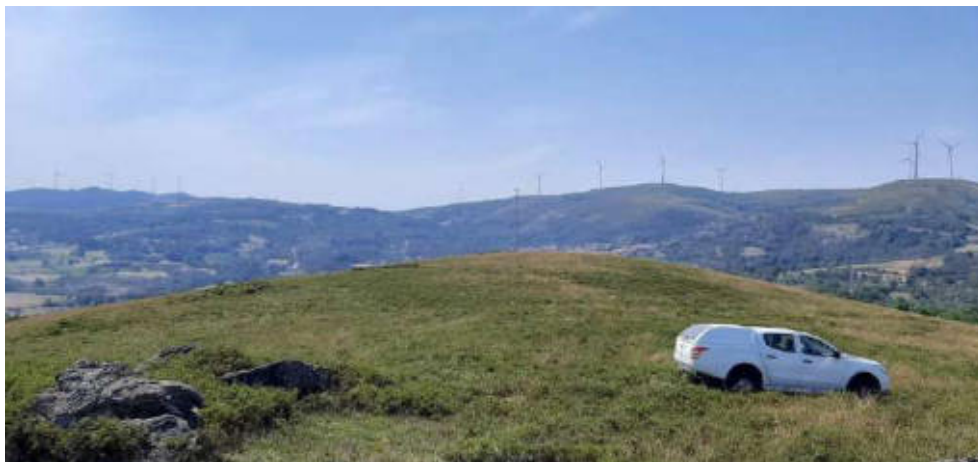


Foto 2 – Núcleo solar de Perdizela.



Foto 3 – Núcleo Solar de Cruzeiro.

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

O centro produtor fotovoltaico da CSEP foi projetado tendo como suporte vários estudos preliminares entre o projetista e a equipa de ambiente responsável pela elaboração do EIA, com intuito de definir o layout mais favorável para implementação das suas várias componentes, minimizando potenciais impactes e a perturbação de áreas mais sensíveis. A configuração dos painéis solares procurou evitar comunidades ecologicamente e socialmente mais sensíveis, procurando, sempre que possível a seleção de locais de características mais homogêneas e de menor qualidade cénica. A configuração proposta procurou, ainda, manter, tanto quanto possível, o continuum entre unidades homogêneas de vegetação e, conseqüentemente, conexão entre as diferentes componentes de paisagem. Tal foi possível, repartindo os painéis solares por pequenos grupos desagregados, em função do relevo, gerando várias zonas de descontinuidades e corredores verdes. Evitou-se, assim, a criação de um extensa área contínua e homogênea, com um efeito fragmentador importante.

Este último aspeto é, no quadro do presente plano, complementado pela definição de uma Estrutura Verde que potencie, ainda mais, o continuum entre unidades homogêneas de vegetação, permitindo, em simultâneo, uma redução das visibilidades para o centro produtor fotovoltaico, a partir dos locais dos observadores permanentes mais próximos e de maior sensibilidade (povoações mais próximas), bem como dos eixos viários principais, de maior tráfego, e que integram roteiros cénicos (EN 103). Em simultâneo, e de forma integrada com o Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI), prevê-se a recuperação da paisagem degradada pelo decorrer da obra e a integração/valorização do empreendimento, através das adequadas medidas cautelares e de intervenções recorrendo a elementos naturais que se enquadrem na paisagem envolvente.

3.1 Medidas cautelares e trabalhos preparatórios

As medidas cautelares, em fase de construção, elencam-se seguidamente:

- Toda a vegetação arbustiva e arbórea existente nas áreas não atingidas pelas ações de desmatamento/decapagem e movimentos de terras deverão ser convenientemente salvaguardadas. Dever-se-á dar particular atenção às folhosas (carvalhos, castanheiros, bidoeiros, amieiros e salgueiros) e resinosas (pinheiros, cedros e abetos) e, ainda, às giestas e piornos altos.
- Manter, sempre que possível, os elementos arbóreos (em particular folhosas autóctones) presentes na área vedada e que não interfiram direta ou indiretamente com os painéis solares.
- Os trabalhos de desarborização, desmatamento e decapagem de solos deverão ser limitados às áreas estritamente necessárias à execução dos trabalhos, devendo proceder-se à balizagem prévia das áreas a intervir.
- A decapagem das áreas de implantação dos elementos constituintes dos núcleos solares permite a obtenção de terra vegetal para ações de recuperação das áreas intervencionadas. Esta ação deverá ter lugar imediatamente antes dos trabalhos de movimentação de terras e incidirá nas zonas de solos mais ricos em matéria orgânica e de textura franca, numa espessura que será variável em função das características do terreno, compreendendo apenas a terra vegetal.

- A terra vegetal deverá ser armazenada em pargas com altura e largura na base apropriadas (sugere-se 2,0 x 4,0 m), de modo a permitir uma boa infiltração de água, minorar a compactação do solo e permitir um arejamento suficiente. A terra vegetal não deve ser compactada por veículos em movimento.
- No caso particular da desarborização, após o desenraizamento será necessário proceder a uma regularização do terreno, de forma que os locais de onde se retiram as raízes, que formam covas, sejam cobertos com terra.
- Para evitar o ravinamento de taludes de aterro e escavação não rochosos provocados pela escorrência de água superficial, deve ser realizado, no mais curto espaço de tempo possível após as operações de terraplenagem, o revestimento dos taludes com terra vegetal.
- As zonas a afetar a estaleiros e os corredores de circulação de máquinas e viaturas deverão ser rigorosamente delimitadas, de modo a evitar a compactação e degradação dos solos adjacentes e respetivo coberto vegetal.
- Avaliar a possibilidade de reforço da plantação arbórea e arbustiva nas zonas mais visíveis a partir dos aglomerados habitacionais identificados.
- Dentro da área dos núcleos solares o solo deve ser coberto com vegetação herbácea e/ou arbustiva rasteira, garantindo a máxima preservação do solo.
- Em caso de ocupação de espaços agrícolas e pastagens, manter o tipo de coberto vegetal existente (herbáceo) dentro da área vedada.

3.2 Proposta para o Plano de Estrutura Verde

A estrutura verde pretende manter o continuum entre as unidades homogéneas de vegetação, mas, igualmente, minimizar os impactes sobre a paisagem, durante a fase de exploração. A preservação de carvalhais, povoamentos de pinheiro-bravo, soutos e matagais altos de giesta (giestais) e a descontinuidade do layout do centro produtor fotovoltaico provocada pelo relevo e pelas cortinas arbóreas a criar ou reforçar, permite a minimização dos impactes na paisagem, funcionando como barreiras visuais naturais (perimetrais) e interiores.

3.2.1 Preservação da vegetação existente

O projeto de instalação das várias componentes do centro produtor fotovoltaico evitou a afetação das áreas consideradas de maior valor no interior da área de intervenção, que permanecem, todavia, na sua envolvente. Importa, portanto, manter numa envolvente aproximada, dentro dos terrenos arrendados para instalação dos núcleos solares, as principais formações arbóreo-arbustivas existentes, o que exige medidas adequadas de proteção, nomeadamente na sensibilização do empreiteiro e outros operacionais na sua salvaguarda durante a fase de construção e exploração. Estas formações preexistentes integram a estrutura verde proposta.

Na área dos núcleos solares e envolvente próxima identificam-se os seguintes elementos relevantes cuja salvaguarda é fundamental para permitir a manutenção da identidade do local e a restituição da situação de referência aquando da desativação da central:

- Linhas de água e vegetação associada, tendo sido estabelecido uma faixa de proteção.
- Bosquetes de carvalho-negral, soutos e outras formações de folhosas. Matagais de giesta-amarela, que pese embora não apresentem valor particularmente elevado, podem atingir dimensões importantes, constituindo interessantes barreiras visuais naturais.

Importa referir que a maioria destas áreas foram delimitadas na Planta Geral e de Condicionamentos como *Áreas a interditar*, de forma a garantir a sua integridade.

3.2.2 Enquadramento Paisagístico do Projeto

Após a conclusão dos trabalhos de construção do centro produtor fotovoltaico será feita a recuperação das áreas intervencionadas e melhoramento da vegetação nas zonas adjacentes, nomeadamente nas áreas de estaleiro e armazenamento temporário, nos termos do Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI). A intervenção privilegia a colocação de terra vegetal e recuperação natural da vegetação, com eventuais medidas de reforço caso esta última não ocorra de forma regular e expedita.

Prevê-se, ainda, a constituição de uma estrutura verde, composta por elementos arbóreo-arbustivos, que reúne os conceitos de continuidade ecológica e funcional dos ecossistemas, constituindo uma rede com as barreiras visuais constituída por árvores existentes ou propostas. Assim, a regeneração natural da vegetação e salvaguarda da qualidade do solo, previsto no PRAI, é complementar a esta estrutura verde, garantindo a evolução da paisagem ao encontro do seu equilíbrio.

As zonas estratégicas para existência das barreiras de vegetação autóctone (existentes ou a criar) assinalam-se nas Figuras 1 a 3 das Peças Desenhadas, e integram uma rede de espaços verdes estruturantes. Essa estrutura assume carácter de sebe de compartimentação da paisagem, integrada com o sistema de drenagem natural, que tal como referido por Cancela d'Abreu *et al.* (2004), permite a melhor gestão das unidades de paisagem ao garantir, por exemplo, maior biodiversidade e heterogeneidade.

A proposta de estrutura verde teve em particular atenção a redução da acessibilidade visual aos núcleos solares, a partir dos principais pontos de observação envolvente, nomeadamente as principais povoações (observadores permanentes) e os principais eixos viários (observadores temporários), neste último caso aqueles com tráfego mais importante e valor panorâmico. Propõe-se:

NS Irboselo

- Criação e reforço de cortinas arbóreo-arbustivas a nascente, que permitem minimizar visibilidades a partir de Viade de Baixo.
- Criação e reforço de cortinas arbóreo-arbustivas a poente, que permitem minimizar visibilidades para Brandim.
- Preservação/potenciação do giestal existente a sul, que permite minimizar visibilidade a partir da EN 103 e povoação de Pisões.

- Não se preconizam intervenções a norte uma vez que a orografia funciona como barreira natural.

NS Perdizela

- Criação e reforço de cortinas arbóreo-arbustivas a nascente e sul, que permitem minimizar visibilidades a partir da estrada de acesso a Fervidelas e a algumas habitações no *Alto do Picante* (Pisões).
- Preservação/reforço dos giestais e carvalhais a poente, para reduzir visibilidades a partir de Fervidelas.

NS Cruzeiro

- Nas áreas vedadas a nascente, criação e reforço de cortinas que permitem minimizar visibilidades a partir da rede viária (EN 103, estrada para Friães), de Friães (a norte) e de Vila da Ponte (a sul).
- Nas áreas vedadas a poente, criação e reforço de cortinas que permitem minimizar visibilidades a partir de Ladrugães e Vila da Ponte. Note-se que a norte, a orografia funciona como barreira natural, não sendo necessário preconizar complementos na estrutura verde.

Na seleção de espécies a utilizar foram seguidos critérios de coerência fitossociológica e paisagística, tendo em conta as condições edafoclimáticas da região (Quadro 1).

Quadro 1 – Listagem de espécies adequadas a utilizar o PIP

Nome comum	Nome científico	porte
Carvalho-negral	<i>Quercus pyrenaica</i>	Árvore
Carvalho-roble	<i>Quercus robur</i>	Árvore
Castanheiro	<i>Castanea sativa</i>	Árvore
Bidoeiro	<i>Betula pubescens</i>	Árvore
Azevinho	<i>Ilex aquifolium</i>	Pequena árvore
Urze-molar	<i>Erica arborea</i>	Arbusto
Pilriteiro	<i>Crataegus monogyna</i>	Arbusto
Mirtilo-silvestre	<i>Vaccinium myrtillus</i>	Arbusto

Na fase de exploração deverá ser assegurada uma adequada manutenção e conservação de todas as espécies arbustivas e arbóreas instaladas em fase de construção, garantindo-se a eficácia das medidas de minimização.

Propõe-se, ainda, no caso particular do NS Cruzeiro, a reabilitação da vegetação ribeirinha associada a uma linha de água que acompanha o limite poente da área vedada mais a nascente. Recorre-se, neste caso, à plantação de espécies de formações ripícolas, mas também das formações tipicamente presentes em contacto catenal. Neste caso particular, as espécies previstas são as seguintes:

- *Quercus pyrenaica*
- *Betula pubescens*

- *Salix atrocinerea*
- *Erica arborea*
- *Crataegus monogyna*
- *Frangula alnus*

A proposta apresenta-se seguidamente, nas Figuras 1 a 3.

4. BIBLIOGRAFIA

Cancela D'Abreu, A. et al. (2004) – Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Volume IV. DGOTDU., Lisboa.

Capelo J. & Aguiar C. (2020). A vegetação de Portugal. Edições Lisboa Capital Verde Europeia 2020. Botânica em Português 4, 335 pp.

Capelo, J., Mesquita, S., Costa, J.C., Ribeiro, S., Arsénio, P., Neto, C., Lousã, M., (2007). A methodological approach to potential vegetation modelling using GIS techniques and phytosociological expert-knowledge: application to mainland Portugal. Phytocoenologia 37 (3–4), 399–415.

Rivas-Martínez S., Penas A., Díaz-González T.E., Cantó P., Ríó S., Costa J.C., Herrero L., & Molero J., 2017. Biogeographic Units of the Iberian Peninsula and Balearic Islands to District Level. A Concise Synopsis. The Vegetation of the Iberian Peninsula, Plant and Vegetation 12: 131-188.

CENTRAL SOLAR-EÓLICA DE PISÕES

PLANO DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

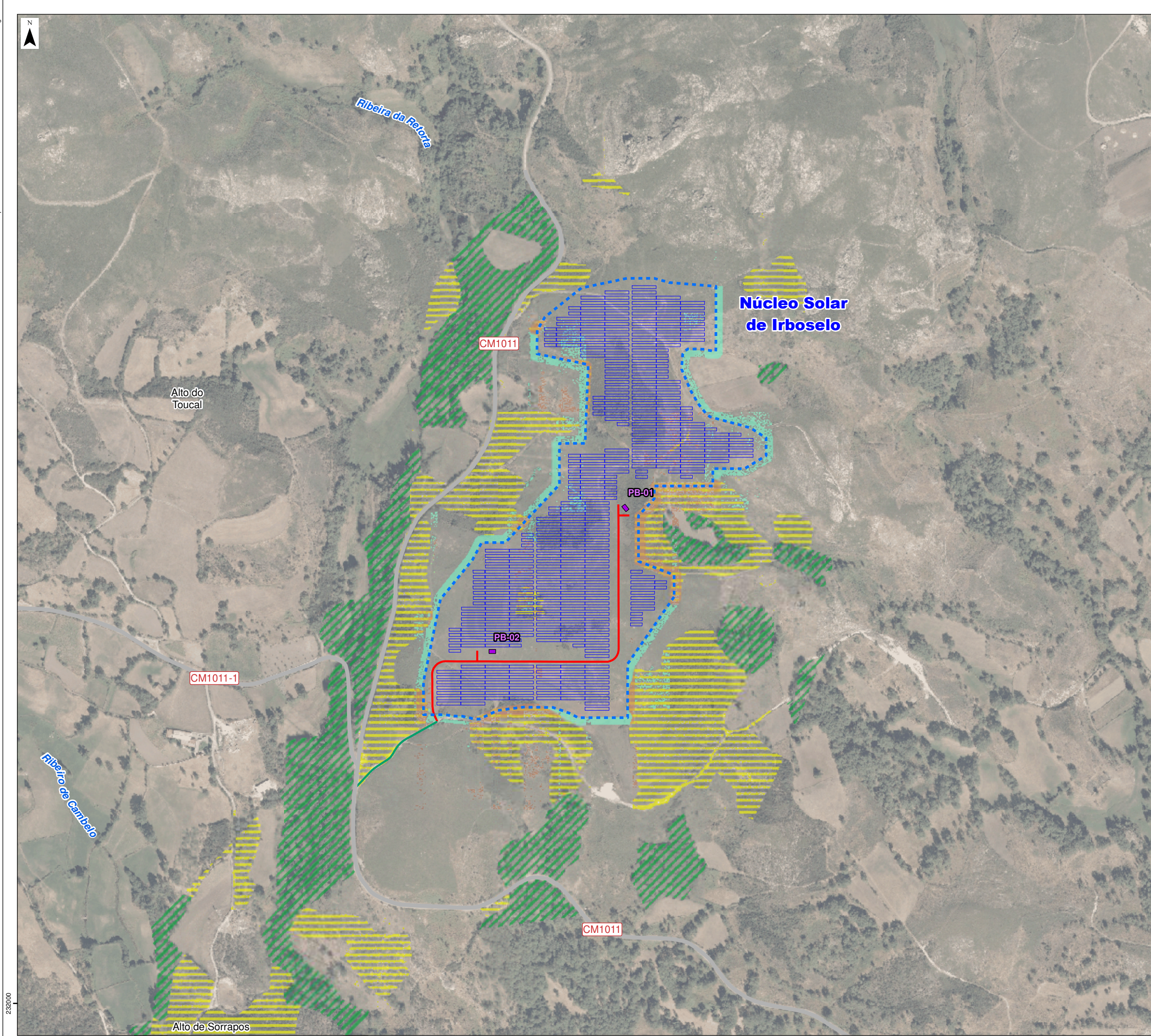
PEÇAS DESENHADAS

Figura 1 – Plano de Integração Paisagística Núcleo de Irboselo

Figura 2 – Plano de Integração Paisagística Núcleo de Perdizela

Figura 3 – Plano de Integração Paisagística Núcleo de Cruzeiro

(página intencionalmente deixada em branco)



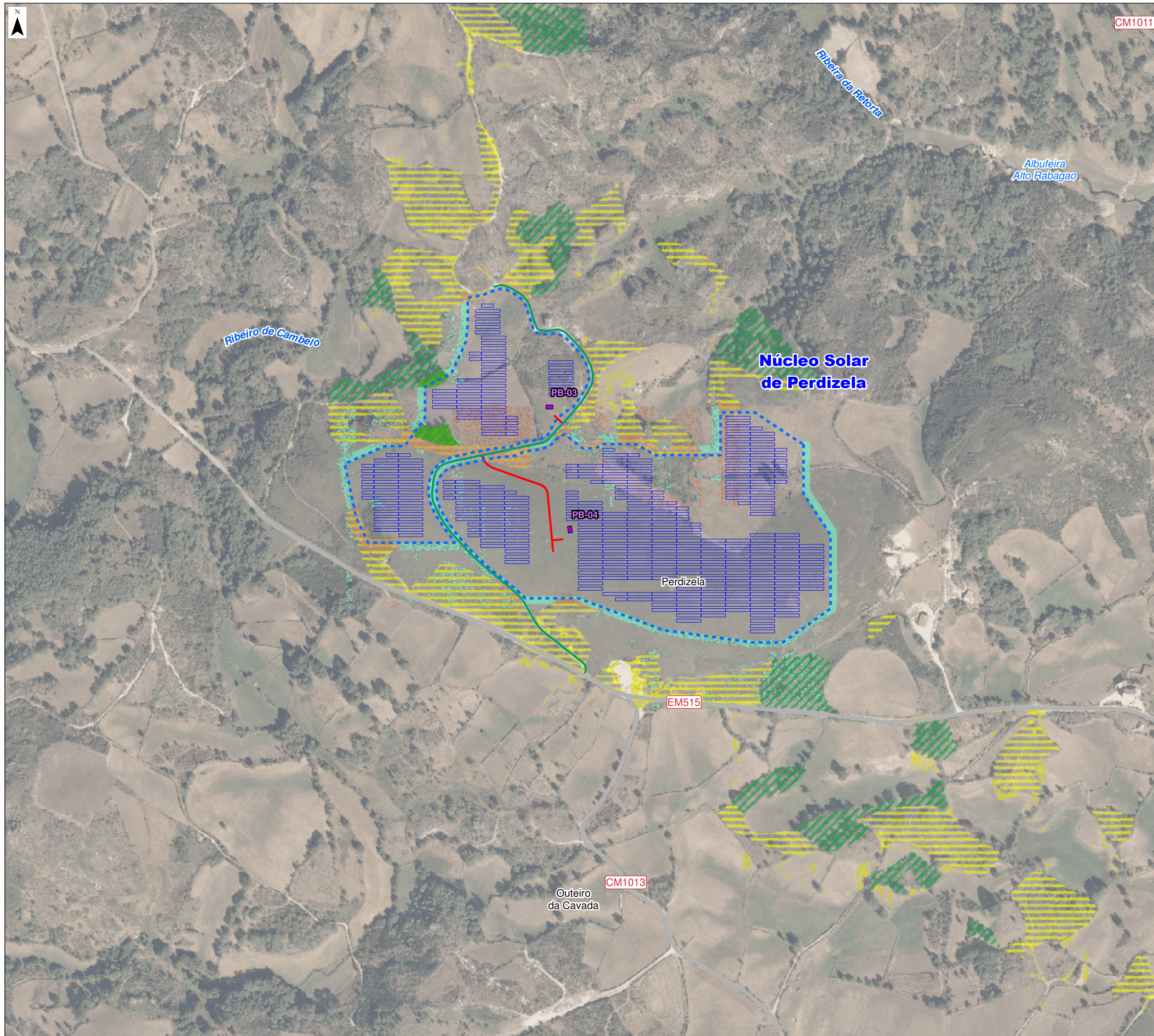
- Central Solar-Eólica de Pisões**
- Núcleo Solar**
- Vedação
 - Mesas de painéis fotovoltaicos
 - Centro de transformação unitária (PB-##)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
- Plano de Integração Paisagística**
- Estrutura Verde
- Giestais a conservar
 - Cortinas arbóreas a criar ou a reforçar
- Vegetação Existente
- Florestas de folhosas existentes
 - Giestais existentes

Fonte: (Cartografia de Base)
 Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



**Estudo de Impacte Ambiental da
 Central Solar-Eólica de Pisões**

Título Plano de Integração Paisagística Núcleo Solar de Irboselo		Figura 1
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 	Folha 1/1
Ficheiro FIG01_01-01-PIP_NucleoSolarIrboselo	Data 2023	Versão A Formato A3 - 297 x 420



Central Solar-Eólica de Pisões

Núcleo Solar

- Vedação
- Mesas de painéis fotovoltaicos
- Centro de transformação unitária (PB-##)
- Acesso a construir
- Acesso existente a beneficiar

Plano de Integração Paisagística

Estrutura Verde

- Florestas de folhosas a conservar
- Giestais a conservar
- Cortinas arbóreas a criar ou a reforçar

Vegetação Existente

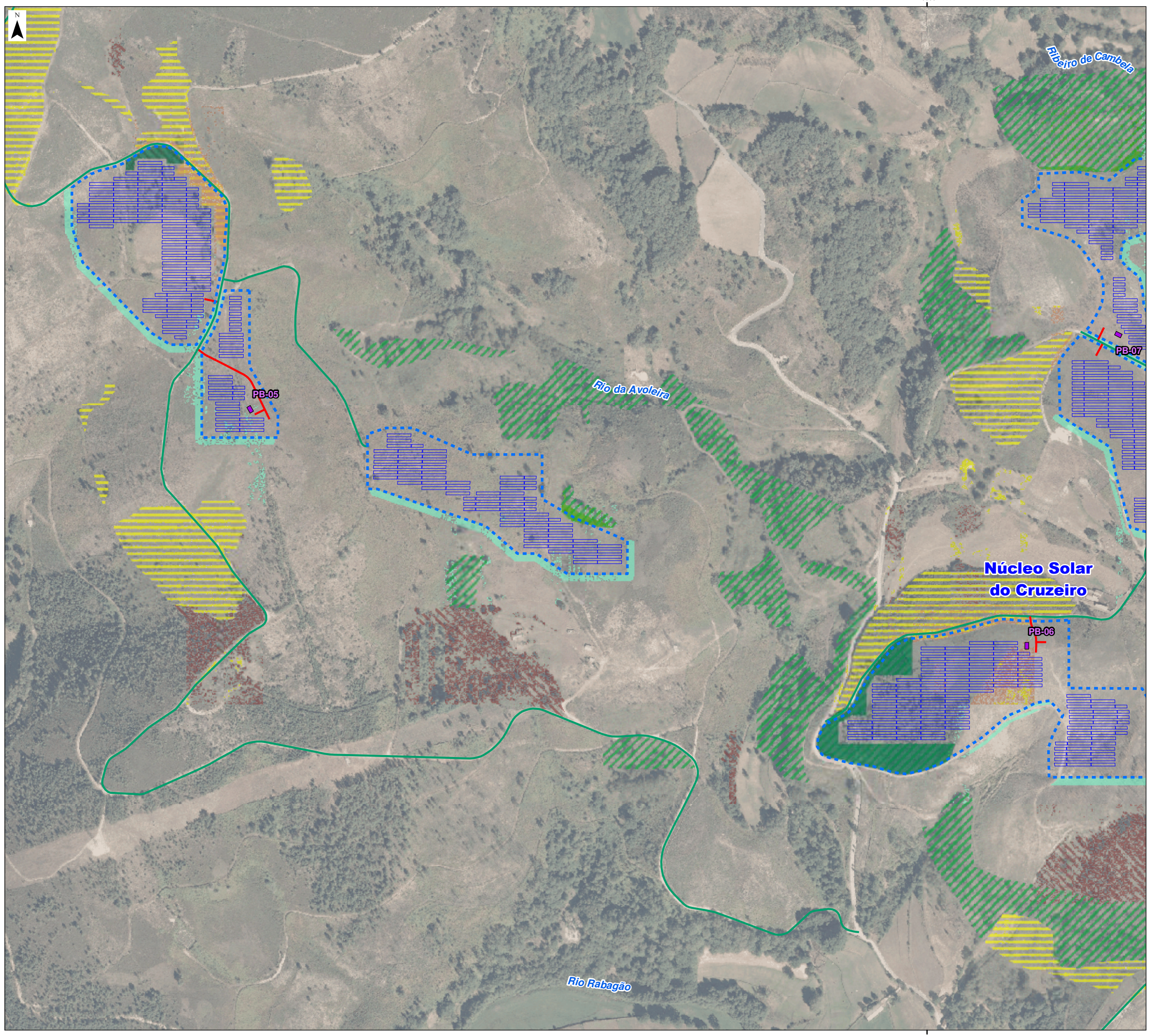
- Florestas de folhosas existentes
- Giestais existentes

Fonte: (Cartografia de Base)
 Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service/>



Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

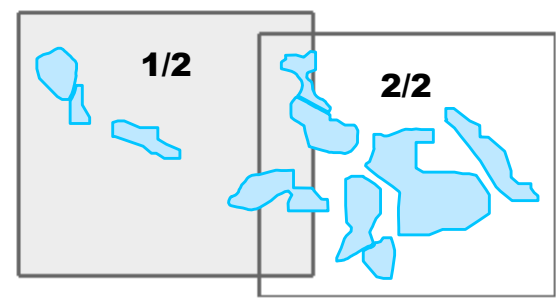
Título Plano de Integração Paisagística Núcleo Solar de Perdizela		Figura 2
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 	Folha 1/ A
Ficheiro FIG02_01-01-PIP_NucleoSolarPerdizela	Data 2023	Formato A3 - 297 x 420



Central Solar-Eólica de Pisões

- Núcleo Solar**
- Vedação
 - Mesas de painéis fotovoltaicos
 - Centro de transformação unitária (PB-##)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
- Plano de Integração Paisagística**
- Estrutura Verde
- Florestas de folhosas a conservar
 - Florestas de resinosas a conservar
 - Giestais a conservar
 - Cortinas arbóreas a criar ou a reforçar
- Áreas complementares
- Reabilitação de vegetação natural
- Vegetação Existente
- Florestas de folhosas existentes
 - Florestas de resinosas existentes
 - Giestais existentes

Esquema de folhas

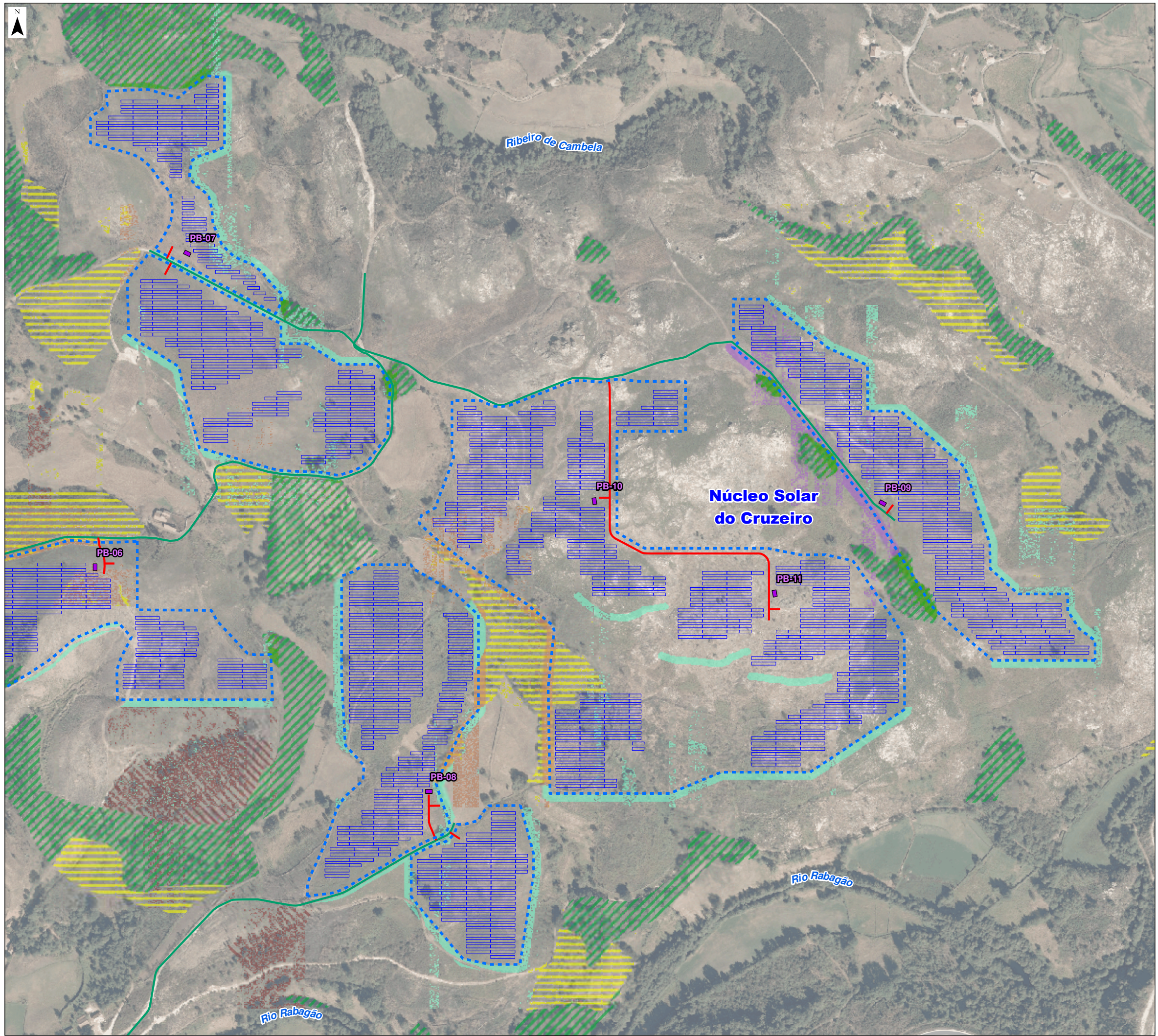


Fonte: (Cartografia de Base)
 Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até a escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



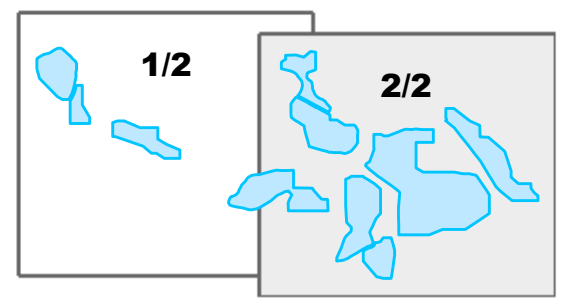
Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

Título Plano de Integração Paisagística Núcleo Solar do Cruzeiro		Figura 3	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 	Folha 1/2	Versão A
Ficheiro FIG03_01-02-PIP_NucleoSolarCruzeiro	Data 2023	Formato A3 - 297 x 420	



- Central Solar-Eólica de Pisões**
- Núcleo Solar**
- Vedação
 - Mesas de painéis fotovoltaicos
 - Centro de transformação unitária (PB-##)
 - Acesso a construir
 - Acesso existente a beneficiar
- Plano de Integração Paisagística**
- Estrutura Verde**
- Florestas de folhosas a conservar
 - Florestas de resinosas a conservar
 - Giestais a conservar
 - Cortinas arbóreas a criar ou a reforçar
- Áreas complementares**
- Reabilitação de vegetação natural
- Vegetação Existente**
- Florestas de folhosas existentes
 - Florestas de resinosas existentes
 - Giestais existentes

Esquema de folhas



Fonte: (Cartografia de Base)
 Serviço WMTS dos ortofotos de 2018, disponível para visualização até à escala 1:2 000.
 MapProxy WMS
<http://cartografia.dgterritorio.gov.pt/ortos2018/service?>



Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar-Eólica de Pisões

Título Plano de Integração Paisagística Núcleo Solar do Cruzeiro		Figura 3	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escalas 1:5 000 	Folha 2/2	Versão A
Ficheiro FIG03_02-02-PIP_NucleoSolarCruzeiro	Data 2023	Formato A3 - 297 x 420	